

Vinculação e Qualidade da Amizade em  
Jovens Institucionalizados

ANA BÁRBARA PEREIRA COUTINHO

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

2011

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor António José dos Santos, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer, ao Professor Dr. António José dos Santos, pela sua disponibilidade, pela partilha de sábios conhecimentos, por ter impulsionado a reflexão teórica e aplicação dos meus conhecimentos, pela partilha de saber e experiência, pela motivação que sempre transmitiu para avançar sem medos, pela orientação e correcção, colmatando no melhor desempenho do meu trabalho.

Aos meus pais, e à minha irmã, sem os quais nada faria sentido, nem seria possível. Agradeço pela ajuda suporte, orientação, contenção das minhas ansiedades, disponibilidade, compreensão e preocupação, por terem estado sempre presentes e por terem acreditado em mim, incentivando-me, fazendo de mim uma pessoa mais confiante das minhas capacidades.

Ao Nuno, pelo apoio e presença constantes, pela compreensão, por ouvir e conter os meus receios, e principalmente, por acreditar em mim.

Ao Bruno, à Margarida, à Inês e à Marta, companheiros de curso, por terem estado presentes nesta etapa da minha vida, por termos partilhado não só esta experiência de muita partilha de conhecimentos, como também experiências e confidências pessoais, ajudando a que estes anos fossem mais fáceis, agradáveis e divertidos. Pela amizade que fora construída, empatia e companheirismo que sempre demonstraram.

Aos jovens institucionalizados, por terem permitido que eu entrasse um pouco no seu mundo, pela abertura e disponibilidade que mostraram, facilitando o desempenho do meu trabalho, aos quais agradeço a realização deste trabalho.

Por último e não menos importante, aos directores, funcionários e profissionais das instituições pela disponibilidade que mostraram, facilitando a melhor concretização do meu trabalho.

## ÍNDICE

1- <i>Resumo</i>	7
2- <i>Abstract</i>	8
3- Introdução	9
4- Enquadramento Teórico:	
4.1- Vinculação	11
4.1.1- Origem da Teoria da Vinculação	11
4.1.2- As Figuras de Vinculação e os Prestadores de Cuidados	13
4.1.2.1- A Figura de Vinculação Principal	14
4.1.2.2- Formação de Relações de Vinculação Simultâneas	14
4.1.2.3- As Figuras de Vinculação Alternativas	17
4.1.3- Modelos Dinâmicos Internos	18
4.1.4- Desenvolvimento da Vinculação: <i>Fases e Padrões de Vinculação</i>	20
4.1.5- Desenvolvimento da Vinculação na Adolescência	23
4.2- Privação Materna e Cuidados Parentais	26
4.3- Amizade	29
4.3.1- Relação entre Pares e Amizade: <i>O Início</i>	29
4.3.2- A Amizade: Conceito e seu Contexto de Desenvolvimento	31
4.3.3- As Relações de Amizade na Adolescência	32
4.2.4- A Qualidade da Amizade na Adolescência	36
4.4- Relações de Amizade e Relações de Vinculação na Adolescência	39

4.5- Institucionalização	44
4.5.1- O Acolhimento Institucional: <i>Funcionamento e Implicações</i>	44
4.5.2- Institucionalização e Vinculação na Adolescência	47
4.5.3- As Relações de Proximidade em Adolescentes Institucionalizados	50
5- Objectivo e Hipóteses	53
6- Método	54
6.1- Participantes	54
6.2- Instrumentos	56
6.3- Procedimento	58
7- Resultados	60
7.1-Diferenças de Géneros	60
7.2-Correlação entre as Representações de Vinculação e a Qualidade da Amizade	61
7.3-Diferenças na Segurança ao Pai e à Mãe em função do contacto familiar	62
7.4-Diferenças na Segurança da Vinculação em função das figuras significativas	62
7.5-Diferenças nas dimensões da Amizade em função do contacto familiar	63
7.6-Diferenças nas dimensões da Amizade em função das figuras significativas	64
8- Discussão	67
9- Referências Bibliográficas	83

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. Distribuição da Amostra por Idade

TABELA 2. Características Sócio - Demográficas da amostra

TABELA 3. Sub - Escalas do FQQ - Itens Correspondentes

TABELA 4. Correlações entre as Escalas da Vinculação e da Amizade para a amostra total

TABELA 5. Diferenças nas sub-escalas da Amizade em função do contacto familiar

TABELA 6. Diferenças na Escala da Amizade considerando a Figura Paterna enquanto familiar vs não familiar

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Diferenças de Géneros na Segurança ao Pai e a Mãe

FIGURA 2. Diferenças entre Géneros na Qualidade da Amizade

FIGURA 3. Diferenças na Escala da Amizade considerando a Figura Materna enquanto Familiar vs não familiar

## 1. Resumo

Esta investigação tem por objectivo analisar de que forma a qualidade da vinculação com as figuras significativas se relaciona com a qualidade da amizade em adolescentes institucionalizados. Da mesma forma, pretende-se averiguar a influência do contacto familiar que os adolescentes mantêm, assim como a possível interferência das figuras significativas pertencentes, ou não, ao sistema familiar, ao nível das representações de vinculação, e ao nível das relações de amizade e qualidade da mesma. A amostra foi composta por 78 adolescentes em regime de acolhimento institucional, sendo 32 do sexo masculino e 46 do sexo feminino, com uma média de idades de aproximadamente 15 anos. Para averiguar a segurança da vinculação às figuras significativas foi utilizada a *Escala de Vinculação de Kerns et al, (KSS, 1996)*, adaptado por Santos et al. (ISPA, 2009), sendo que a qualidade da amizade foi analisada através do *Questionário da Qualidade da Amizade (FQQ, Parker & Asher, 1989)* em adaptação por Santos e colaboradores. Não foi encontrada correlação entre a vinculação e a amizade, podendo este resultado estar relacionado com o contexto em que estão inseridos estes adolescentes, com as adversidades relacionais inerentes ao acolhimento e à carência de relações familiares estáveis e contínuas que a literatura expõe como subjacente ao processo de estabelecimento das relações de proximidade com os pares. Porém, considerando as variáveis do contacto familiar e das figuras significativas familiares, foram verificadas diferenças significativas ao nível de vários aspectos da qualidade de amizade, realçando a importância e influência das relações primárias e afectivas no desenvolvimento das relações de proximidade subsequentes, como as amizades.

PALAVRAS-CHAVE: Vinculação, amizade, institucionalização, adolescência, privação.

## 2. *ABSTRACT*

This investigation aims to examine how the qualities of attachment with the significant figures relate to the quality of friendship, in institutionalized adolescents. In addition we intend to investigate the influence of family contact that adolescents maintain, as well as the possible interference of significant figures belonging, or not, the family system in terms of representations of attachment, and in terms of relations of friendship quality. The sample was composed of a total of 78 adolescents in residential care system, 32 male and 46 female, with an average age of approximately 15 years. The security of attachment to significant figures was measured by Attachment Scale, Kerns et al, (KSS, 1996), adapted by Santos et al. (ISPA 2009), and friendship quality was measured by the Friendship Quality Questionnaire (FQQ, Parker & Asher, 1989) in adaptation by Santos et al. No correlation was found between attachment and friendship quality. This result may be related to the context in which these adolescents are inserted, and to the relational and social adversities of the institution process, as well as stable family relationships deprivation, that literature exposes as underlying the process of establishing close relationships with peers. However, considering the variables of family contact and the significant figures as family members, were observed significant differences in many aspects of quality of friendship, enhancing the importance of primary and affective relationships, and its influence in the development of close relations, as friendships.

Key-words: Attachment, friendship, institutionalization, adolescence, deprivation.

### 3. Introdução

De acordo com Bowlby, (1981) a qualidade dos cuidados parentais recebidos nos primeiros anos de vida, são os constituintes fundamentais do delineamento das futuras trajetórias desenvolvimentais, nas quais se encontram os alicerces da saúde mental, fundados através da *relação primordial* que a criança estabelece com uma figura primária. Esta relação é geralmente designada por *vinculação* e pode ser definida como uma relação emocional próxima entre duas pessoas caracterizada pelo afecto mútuo e pelo desejo de manter proximidade. Segundo o autor (1969), o processo de vinculação é formado durante a primeira infância, baseado na natureza e na qualidade das primeiras interações da criança com as figuras parentais ou outras figuras próximas e/ou substitutas. A qualidade das interações e a relação com as figuras primárias têm sido consideradas como fundamentais na natureza das relações sociais subsequentes das crianças e jovens, proporcionando a segurança necessária para explorar e interagir adequadamente com o meio (Bowlby, 1969; Sroufe, Egeland & Carlson, 1999). Estas definem o percurso por meio das representações internas que estabelecem via relação primária, possibilitando a formação de crenças e expectativas acerca do self, do outro e das relações, através das quais interpretam e conduzem as suas expectativas acerca do mundo social (Bowlby, 1969). Tais representações parecem servir, assim, como intermediários entre as experiências das relações primárias e a qualidade das relações com outros intervenientes sociais, proporcionando um contexto elementar para as transacções em ambientes sociais distintos, nomeadamente as relações de proximidade com os pares, *as amizades* (Sroufe, 1988; 2005; Dunn, 2004; Rubin, et al., 2004). Concebemos, assim que a relação de qualidade e o self merecedor, favorece modelo relacional da criança e futuro adolescente com o par, e assim maiores níveis de qualidade nas relações de amizade (Sroufe, 1983; Booth-LaForce & Kerns, 2009; Howes & Aikins, 2002).

À luz da teoria da vinculação de Bowlby, (1984) as separações prolongadas da figuras significativas, e a privação dos cuidados parentais, conduzem a sentimentos de abandono e rejeição, que se reflectem ao nível da perturbação de comportamento, dificuldades de relacionamento, e no estabelecimento de relações afectivas e saudáveis. Inerente a todo este domínio da separação e privação, o processo de *institucionalização*, é acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão, na medida em que implica o confronto com a realidade de privação, negligência e insensibilidade familiar. A carência de uma base segura, a falta de estabilidade e fragilidade dos vínculos estabelecidos consequentes de um acolhimento institucional durante o desenvolvimento, potencia um mecanismo de insegurança emocional que

poderá conduzir a trajectórias desenvolvimentais desadaptativas e assim impossibilitar o desenvolvimento sócio-emocional adequado (Bowlby, 1981; Mota e Matos, 2010).

Considerando o exposto, concebemos assim, que os laços afectivos estabelecidos na relação com as figuras primordiais de vinculação, tornam-se fundamentais no processo de significação da relação com o mundo, nomeadamente ao nível das relações de amizade. Quando esta relação primordial é comprometida, tal como é passível de acontecer em jovens inseridos em contexto de acolhimento institucional, assistimos a uma maior dificuldade na relação com o exterior a nível social e relacional, e conseqüentemente em todos os processos de desenvolvimento emocional e de integração psicossocial, dificultando desta forma o estabelecimento de relações sociais saudáveis e de qualidade.

Neste sentido, o presente estudo tem como objectivo perceber em que medida as representações de vinculação às figuras significativas, se relacionam com as relações de amizade adquiridas e a qualidade da mesma, em adolescentes inseridos em regime de acolhimento institucional, bem como a influência e importância do contacto familiar neste contexto, e das figuras significativas pertencentes ao sistema familiar, podem ter, ao nível das representações de vinculação e em diversos aspectos qualitativos das relações de amizade.

## 4. Enquadramento Teórico

### 4.1. VINCULAÇÃO

#### 4.1.1. Origem da Teoria da Vinculação

A relação primordial estabelecida pelo bebé no seu primeiro ano de vida com uma figura particular, desde logo impõe a consideração dos pressupostos teóricos, contributos e escritos científicos de John Bowlby, como impulsionador da Teoria da Vinculação. Desde cedo, Bowlby manifestou o seu interesse pela Psiquiatria Infantil, convencido da importância da influência das relações precoces, no desenvolvimento da sua personalidade. Tomado pela insatisfação de que dela valorizava a fantasia e o conflito interno, manifesta a necessidade de contemplar aspectos experienciais e externos no decurso da sua formação, passando assim a focar-se na transmissão intergeracional das relações primordiais (Bretherton, 1992). Movido pela necessidade de enquadrar o padrão de interacção familiar actual nas suas pesquisas, desenvolveu, posteriormente, a sua própria unidade de investigação, que teve como propósito inicial a observação de crianças separadas das suas mães. Em 1952, juntamente com Robertson, por vias da observação naturalista a crianças isoladas da figura materna, constatou que os bebés estabelecem fortes laços com os seus prestadores de cuidados, os quais, quando quebrados, causam grande tristeza e desespero (Cassidy, 2008; Bretherton, 1992) fazendo-o questionar acerca da importância da mãe para a criança. Assim, à luz das evidências das suas posteriores indagações, Bowlby concebe como ganho último que a *“vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente), na qual ambos encontrem satisfação e prazer”*, é de importância vital para a saúde mental futura e desenvolvimento da personalidade (Bowlby, 1981, p.13). De igual forma, considera, influenciado pelos teóricos da Psicanálise e da Aprendizagem Social, que o elo de ligação/relação da criança com a sua mãe, emerge devido à satisfação da oralidade (alimento) como sendo a primeira experiência agradável do bebé, estando este associado à presença da mãe (Cassidy, 2008). Ainda, elaborando uma revisão sobre as explicações da teoria psicanalítica, expõe que o vínculo da criança com a figura materna e o tipo de respostas instintivas do bebé - *chupar, agarrar, seguir, sorrir e chorar* - constituem produto do reportório e da actividade de um número de sistemas comportamentais que visam a relação de proximidade com a mãe como propósito último. Mais tarde, insatisfeito com os pressupostos das teorias tradicionais, demarcando-se destas e influenciado pela recolha de contributos em campos científicos diferenciados, reformula a sua teoria de que os mecanismos subjacentes ao estabelecimento da forte ligação do bebé à mãe, emergem como resultado de um processo biológico baseado no desejo de aproximação que surge por vias do processo de selecção natural (Cassidy, 2008). Assim, no decurso do desenvolvimento

da Teoria da Vinculação, Bowlby tomou consciência da importância da relação continuada com o prestador de cuidados, a qual se encontra subjacente ao desenvolvimento emocional da criança, conduzindo-o à indagação dos pressupostos etiológicos, e às evidências dos registos da pesquisa animal, que indiscutivelmente questionaram a validade do pressuposto psicanalítico acima referido. Deste modo, consciencializou-se nomeadamente das investigações de Lorenz acerca do *imprinting* com gansos, e dos trabalhos de Harlow com macacos *resbus*, tendo estas investigações, vindo a refutar a hipótese do princípio psicanalítico freudiano, de que a oralidade e a alimentação originavam o comportamento de vinculação (Cassidy, 2008; Bretherton, 1992). Estes desígnios da pesquisa etológica, ilustraram a preferência de uma relação de vinculação a uma figura materna nutridora de segurança e conforto, (Bretherton, 1992; Bowlby, 1969) levando o autor a considerar o impacto da resposta de contacto e conforto no desenvolvimento da relação de vinculação entre mãe-bebé.

Ao nos debruçarmos acerca da Teoria da Vinculação, não podemos deixar de distinguir a importância de outros contributos essenciais, como é o caso dos trabalhos de Mary Ainsworth, os quais se revelaram determinantes no desenvolvimento e formulação inicial da Teoria da Vinculação. A autora, que em 1950 se congregou ao grupo de investigação de Bowlby, concebe a Teoria da Segurança juntamente com Blatz, defendendo ser fundamental, as crianças desenvolverem uma dependência segura relacional com os pais. Ainda, argumenta acerca da importância do conforto, do afecto e da disponibilidade parental, para a construção de uma “*base-segura*”, traduzindo a necessidade da ligação da criança ao seu prestador de cuidados, a partir do qual esta explora o meio e encontra suporte emocional no retorno da sua exploração (Bretherton, 1992). Pioneira de grandes estudos de observação naturalista, e do primeiro estudo empírico sobre a vinculação “*Infancy in Uganda*”, Ainsworth favoreceu o desenvolvimento desta teoria, apresentando dados fundamentais para o crescimento do estudo empírico das diferenças individuais na qualidade da interacção da relação de vinculação mãe/criança, impulsionando ainda, a avaliação da sensibilidade materna aos sinais da criança, (Bretherton, 1992; Cassidy, 2008). Em 1963, noutra investigação, realçou o significado dos comportamentos no contexto, identificando padrões de interacção mãe/criança, estudando as expectativas das crianças baseadas em experiências prévias com a mãe, de satisfação ou rejeição. Estes padrões de pesquisa, constituíram um marco importante no estudo da relação mãe-filho, sendo igualmente responsável pelo lugar que a teoria da vinculação ocupa na Psicologia Desenvolvimental contemporânea.

Podemos assim analisar, que a Teoria da Vinculação encontra a sua origem no trabalho conjunto de Bowlby e Ainsworth (Bretherton, 1992). Neste sentido, “*if drawing on concepts from*

*ethology, cybernetics, information processing, developmental psychology, and psychoanalysis, John Bowlby formulated the basic tenets of the theory (...) revolutionized our thinking about a child's tie to the mother and its disruption through separation, deprivation, and bereavement”, por sua vez, “Ainsworth contributed the concept of the attachment figure as a secure base from which an infant can explore the world. In addition, she formulated the concept of maternal sensitivity to infant signals and its role in the development of infant-mother attachment patterns” (Bretherton, 1992, p. 759).*

Denota-mos assim que esta teoria, se encontra subjacente a um contínuo de reuniões de investigações de áreas de formação diversificadas, que foram progressivamente integrados num modelo actualizado, sustentado num domínio em constante evolução e desenvolvimento.

#### *4.1.2. As Figuras de Vinculação e os Prestadores de Cuidados*

Como é do conhecimento, ao longo dos pressupostos teóricos da Teoria da Vinculação apresentados por Bowlby, (1969) sabemos que a criança tende a evidenciar a necessidade biológica de desenvolver relações de proximidade, dirigindo o seu comportamento de vinculação para diversas figuras. Encontra-se, assim, implícito que desde o início da vida, a maioria das crianças têm mais de uma figura para a qual dirigem o comportamento de vinculação – figuras alternativas - embora elejam uma figura principal de vinculação. Segundo o autor, a eleição da figura principal de vinculação, tende a recair sobre a figura responsável pelos cuidados dispensados à criança, conforto e segurança, desempenhando um papel fundamental no seu desenvolvimento. A este estabelecimento de relações de vinculação diferenciais, Bowlby, (1969) designou por desenvolvimento de uma *hierarquia* das relações de vinculação, onde a criança detém capacidade de discriminação, procurando determinadas figuras para um fim.

De acordo com o autor, à luz de diversos estudos e observações efectuadas, as crianças parecem, de facto, manifestar naturalmente o seu comportamento de vinculação dirigido a mais que uma figura, sendo que, a partir dos 12 meses, tendem a limitar o seu comportamento dirigindo-se e recorrendo a uma única figura. Tal facto, revela, a existência de uma tendência acentuada para o comportamento de vinculação ser dirigido especialmente a uma pessoa – figura principal de vinculação - o que Bowlby, (1969) designou por *monotropia*. À luz destes dados, o autor destaca, contudo, que “*from an early age different figures may elicit different patterns of social behaviour, and that it may be confusing to refer to them all as attachment-figures and to all the behaviour as attachment behaviour” (Bowlby, 1969, p.364).*

Compreendemos, desta forma, que o estabelecimento da relação de vinculação principal e a ligação afectiva às figuras alternativas, dependem sobretudo de quem lhe presta cuidados, da qualidade destes cuidados e da composição do sistema familiar em que se insere.

#### *4.1.2.1. A figura de Vinculação Principal*

Aquando a selecção da figura principal de vinculação, e das figuras secundárias, normalmente a escolha recai sobre figuras afiliativas da composição familiar. De facto, segundo Bowlby, (1969), as figuras a quem a criança se liga afectivamente são frequentemente a mãe, o pai, os irmãos mais velhos e os avós, sendo entre estas que ela irá seleccionar a sua figura de vinculação principal e as figuras alternativas. No que concerne ao papel da figura principal de vinculação, o autor salienta que embora exista maior incidência para a mãe biológica, este papel pode ser efectivamente assumido por outra pessoa, desde que a figura substituta se comporte de um modo maternal e responsivo em relação à criança. Este cuidado maternal, parece consistir, de acordo com Bowlby, (1969) em manter uma interacção social activa com a criança, respondendo prontamente e adequadamente aos seus sinais e abordagens.

#### *4.1.2.2. Formação de Relações de Vinculação Simultâneas*

Ao pensarmos em relações de vinculação simultâneas, sabemos, que geralmente, ao longo das famílias tradicionais, a criança estabelece uma relação de vinculação com a mãe e com o pai. De facto, a teoria da vinculação, apresenta-nos ambas as figuras parentais enquanto figuras de vinculação (Grossmann, Grossmann, Fremer-Bombik, Kindler, Scheuerer-Englisch, & Zimmermann, 2002), não deixando de distinguir, porém, que a comparação dos processos de vinculação a ambas as figuras parentais é complexa, pois a organização das famílias, relativamente aos cuidados parentais, além de poder ser variada, pode sofrer alterações ao longo do desenvolvimento da criança (Howes, & Spieker, 2008).

Tal como esclarece Bowlby, as crianças tendem a manifestar necessidade de interagir de um modo contínuo e estável com outras figuras significativas, nomeadamente com o pai. No que respeita ao papel da figura paterna, o autor começa por entender o pai como figura de interacção social e actividade lúdica, considerando-o, portanto, como figura alternativa de vinculação, concedendo-lhe importância secundária, ao qual as crianças dirigem, preferencialmente, comportamentos de carácter afiliativo (Bowlby, 1969; Newland, Coyl, Freeman, 2008; Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, & Fernandes, 2008). Na verdade, ao longo das últimas décadas, tem-

se vindo a assistir a um acréscimo do estudo empírico no que concerne à figura paterna, reconhecendo-se sua importância no desenvolvimento da criança/adolescente e do seio familiar, como também a importância do envolvimento paterno e seu contributo para a relação de vinculação entre pai-filho (e.g: Lamb, 1987; Brown; McBride, Shin & Bost, 2007; Cabrera, et al., 2000; Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, & Fernandes, 2008). O conceito de paternidade tem vindo a experimentar drásticas mudanças decorrentes das modificações económicas, sociais e culturais que a família tem sofrido (e.g: Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hoffert & Lamb, 2000; Grossmann, et al., 2002). Em contraste às concepções primárias e tradicionais, onde se enfatizava o papel da figura paterna como o responsável pela subsistência familiar e suporte económico, mais tarde, as discussões empíricas focadas no envolvimento paterno, vieram a permitir o reconhecimento, de que a figura paterna desempenha importantes papéis na dinâmica familiar, sendo distinguidos como companheiros, fornecedores de suporte emocional, prestadores de cuidados, modelos a seguir e protectores (Lamb, 1987; Lamb 2010).

A investigação, acerca do envolvimento do pai enquanto prestador de cuidados, tem vindo a realçar a importância de múltiplos aspectos ao nível do sistema de cuidados parentais, evidenciando, que a *qualidade* dos cuidados prestados, a disponibilidade/acessibilidade para com as necessidades da criança, a responsabilidade partilhada (e.g. Lamb, 1987, Caldera, 2004; Monteiro, Veríssimo, Santos & Vaughn, 2008; Newland, Coyl & Freeman, 2008; Brown, McBride, Shin & Bost, 2007), e a participação nas tarefas para com a criança, constituem factores determinantes e essenciais no estabelecimento da relação, beneficiando directamente a segurança na vinculação (Brown, McBride, Shin & Bost, 2007; Monteiro, Veríssimo, Santos & Vaughn, 2008). Ainda, a responsividade, a sensibilidade dos pais, a competência na construção de interacções diádicas, e o suporte emocional, parecem estar, de igual modo, associadas à regulação dos afectos (Lamb et al., 1983) tendo vindo a ser apontadas como factores determinantes na relação de base-segura na infância, predizendo níveis altos de desenvolvimento psico-social, (Grossmann & Grossman, 2009), e de competência social, emocional e cognitiva na adolescência (Brown; McBride, Shin & Bost, 2007; Lamb, 2010).

Compreendemos desta forma, de acordo com a investigação efectuada, que os pais manifestam tanta capacidade como as mães, de cuidar dos seus filhos, revelando competência e sensibilidade nas interacções (Lewis & Lamb, 2003) manifestando-se capazes de fornecer cuidados parentais sensíveis, respondendo adequadamente às necessidades das crianças (e.g: Cox, Owen, Henderson & Margand, 1992; Caldera, 2004; Lewis & Lamb, 2003; Grossmann & Grossmann, 2009). Percebemos, assim, tal como expõe Lamb, (2010) que os pais podem de facto

interagir de várias maneiras, envolvendo-se em diversos domínios da vida dos filhos, servindo como seus modelos identificatórios.

No que concerne ao estudo das diferenças entre a natureza e o estilo das relações de interacção e vinculação estabelecidas entre mãe-criança vs pai-criança, a investigação dá-nos conta de evidência de semelhanças vs diferenças na qualidade destas relações, distinguindo-se resultados divergentes. Comparativamente com as mães, os pais, passam menos tempo com os filhos, o que conseqüentemente implica menos interacção, acessibilidade e responsabilidade para com a criança (Cox, Owen, Henderson & Margand, (1992). Inúmeros estudos têm manifestado que as mães tendem a envolver-se consistentemente ao nível da prestação de cuidados, enquanto que os pais passam mais tempo de interacção em brincadeira, envolvendo portanto, diferentes tipos de experiências (Lamb, 1987; Lewis, & Lamb, 2003; Newland, Cowl & Freeman, 2008). As investigações levadas a cabo por Lamb, (1977), evidenciam que no decorrer do 1º ano de vida, as crianças não parecem dirigir preferencialmente comportamentos vinculativos para nenhum dos pais, mas contudo, manifestavam preferência aos pais do que a um estranho. Pelo contrário, à luz das observações de Lamb, (1987); Lewis & Lamb, (2003); Lamb, Frodi, Hwang & Frodi, (1983); Suess, Grossmann & Sroufe, (1992) as crianças tendem a manifestar uma clara preferência para as mães em vez dos pais, como figura de vinculação e interacção.

Também, no que se refere às relações de vinculação mãe/criança vs pai/criança, encontramos, algumas divergências empiricamente documentadas. Para muitos autores, mães e pais manifestam qualitativamente diferentes tipos de papéis no sistema de prestação de cuidados, evidenciando diferentes padrões de vinculação (e.g: Benson, Harris & Rogers, 1992; Lamb, 1987). Da mesma forma, indo ao encontro dos estudos de Main & Weston, (1981), e Suess, Grossmann & Sroufe, (1992), não se verifica concordância entre as classificações de vinculação ao pai e à mãe, destacando-se a figura materna, como figura de vinculação mais importante. No mesmo sentido, o estudo de Benson, Harris & Rogers, (1992), acentua que adolescentes parecem demonstrar níveis superiores de vinculação à mãe, realçando o papel diferencial de ambos no sistema de socialização dos filhos, destacando, evidências empíricas de uma mãe mais presente e próxima, influenciando os processos de realização e de experiências sociais, com os pares e de realização escolar, e um pai, mais focado no incentivo ao estabelecimento de comportamentos independentes. Por outro lado, evidencia-se um vasto número de estudos, onde se verifica uma correlação positiva nas relações de vinculação seguras, relativamente a ambas as figuras parentais, salientando-se níveis de vinculação semelhantes e congruentes quer ao pai quer à mãe (e.g: Fox, Kimmerly, Schafer, 1991; Lewis & Lamb, 2003; Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos & Fernandes, 2008). Por último, é ainda importante salientar que algumas investigações, sugerem

que mães e pais podem influenciar domínios diferentes de desenvolvimento, contribuindo de diferentes maneiras mas complementares, ao nível da personalidade, do desenvolvimento emocional e social da criança (Caldera, 2004). Para Grossmann, et al., (2002) a representação interna da criança de um self competente e merecedor de ajuda, parece derivar de uma variedade de experiências de vinculação com cada uma das figuras parentais. No mesmo sentido, Newland, Coyl & Freeman, (2008) sugerem que os MDI dos pais e o suporte social estão relacionados com os comportamentos de parentalidade e co-parentalidade, revelando-se determinantes para o estabelecimento da segurança nas relações de vinculação. Consideramos, assim, que *“children’s who have, secure, supportive, reciprocal and sensitive relationships with their parents are much more likely to be adjusted psychologically than individuals whose relationships with their parents are less satisfying”* (Lamb, 2010, p.11).

#### 4.1.2.3. *As Figuras de Vinculação Alternativas*

Relativamente ao domínio das figuras de vinculação alternativas ou subsidiárias, Bowlby, (1969) acentua que o estabelecimento destas relações vinculativas, são normalmente, estabelecidas em diferentes contextos e muitas vezes em períodos distintos de desenvolvimento.

Atendendo ao anteriormente referido, Bowlby, (1969) considera que as crianças com uma vinculação segura são as que, normalmente tendem a dirigir o seu comportamento social para outras figuras discriminadas, ou seja, quanto mais insegura for a criança mais inibida será na interação e desenvolvimento relacional.

Neste sentido, afigura-se essencial considerar a estabilidade, e a continuidade ou consistências das relações com as figuras de vinculação alternativas, apresentando-se critérios problemáticos devido a instabilidade e durabilidade das relações com estes prestadores (e.g: educadores, professores), que raramente desempenham esse papel por muito um longo período de tempo (Howes, & Spieker, 2008). De acordo com a autora, quando a criança experimenta mais do que uma mudança de prestador de cuidados, há mais consistência na qualidade da relação estabelecida, o que sugere que a criança começa a tratar o prestador de cuidados (educador ou professor) como figura alternativa de vinculação.

Estudos longitudinais a este respeito mostram que mostram que, quando há estabilidade das figuras de vinculação alternativa, na vida da criança, a qualidade das relações estabelecidas mantém-se estável no tempo, quando essa figura alternativa muda, também muda a qualidade da relação, o que sugere que a criança constrói novas representações das suas relações, com o novo prestador de cuidados (Howes & Hamilton, 1992).

Ainda, segundo Salvaterra, (2007) existem um grupo de prestadores de cuidados alternativos, (e.g: pais adotivos, famílias de acolhimento, prestadores de cuidados em instituições), com os quais as relações de vinculação são geralmente construídas após uma relação de vinculação inicial, que de alguma forma foi perdida, a qual poderá ser restaurada.

Estudos acerca das relações entre criança-prestador de cuidados que possuem cuidados não parentais, sugerem que, quanto maior for a sensibilidade e responsividade apresentada pelo prestador de cuidados, maiores níveis se verificam nos padrões de relações seguras (Cox, et al., 1992; Goossen & van IJzendoorn, 1990). Ainda neste sentido, Howes e Segal, (1993) destacam, que crianças retiradas de casa por maus tratos ou negligência maternal e que são colocadas numa instituição, evidenciam 47% relações seguras com os prestadores de cuidados, levando-os a concluir semelhanças nos processos de vinculação aos pais e a figuras cuidadoras, considerando a sensibilidade e responsividade destes cuidadores. Assim, mesmo crianças com vinculações prévias difíceis são capazes, de reorganizar as suas representações de vinculação, e de construir relações independentes baseadas nas experiências com o novo prestador de cuidados (Howes & Spieker 2008; Gossen & van Izendoorn, 1990).

#### 4.1.3. Modelos Dinâmicos Internos

Assente nos pressupostos da Teoria da Vinculação, Bowlby, salienta a existência da capacidade de interiorização de sequências de acontecimentos nas crianças, que lhes permite adaptar o comportamento, tendo em conta as experiências anteriores. Kenneth Craik, concebe o constructo “*internal working models*”, abordando-o numa perspectiva evolucionista, considerando que os organismos capazes de formar modelos dinâmicos internos sobre o meio, melhoram as hipóteses de sobrevivência, devido à capacidade para construir e usar esses modelos mentais como alternativas, para avaliar as consequências da acção, tornando o comportamento mais flexível e adaptado, (Bretherton & Munholland, 2008). Bowlby, (1969), influenciado pelos escritos psicológicos de Craik adopta a concepção de representações internas como modelos mentais, considerando que o individuo, deve possuir uma representação interna do ambiente em que se insere, bem como conhecimento acerca do seu comportamento e das suas competências, afim de atingir um objectivo. Neste sentido, o autor destaca que os modelos dinâmicos internos (MDI), descrevem representações internas que os indivíduos desenvolvem acerca do mundo envolvente, de pessoas significativas e do self. Da mesma forma, Sroufe, (1988, p. 18), considera que “ *such models concerning the availability of others and, in turn, the self as worthy or unworthy of care, provide a basic context for subsequent transactions with the environment, most particularly, social relationships*”.

Tais modelos permitem, assim, antecipar, interpretar e conduzir as interações diádicas com os membros da relação de vinculação, possibilitando ainda a capacidade de imaginar interações e conversas com outros, baseado em experiências prévias (Bowlby, 1969; Bretherton & Munholland, 2008). Os autores, salientam, ainda, que este modelos são construídos ao longo dos primeiros anos de vida das crianças, à medida que experimentam e conhecem o comportamento e os sentimentos da figura de vinculação, sendo portanto, determinadas pela responsividade e disponibilidade emocional do prestador de cuidados às suas necessidades. À medida que o desenvolvimento se processa, a relação e o comportamento entre pais/filhos vão sendo mentalmente representados pela criança, sob a forma de representações internas, sendo através destas expectativas e experiências que a criança desenvolve estratégias comportamentais para assegurar que as suas necessidades são satisfeitas. Assim, crianças com figuras de vinculação responsivas e sensitivas, aprenderão a abordar o mundo com confiança, desenvolvendo modelos dinâmicos internos do *self* seguros. Pelo contrário, crianças que não puderam contar com figuras responsivas e adequadas, irão perceber de forma negativa o mundo envolvente, tendo dificuldade em lidar com o mesmo (Bowlby, 1976). De igual forma, indo ao encontro do proposto pelo autor, Cassidy, Scolton, Kirsh & Parke, (1996) consideram que estes modelos internos servem para a criança evitar a contínua configuração de expectativas em torno de cada situação emergente, ou seja, se a criança sentir a relação com a sua figura de vinculação como responsiva, disponível e gratificante, vai edificar um modelo de *self* valorizado e digno de ser amado, o que se encontra associado com o tipo de relação previamente experimentada.

Bowlby, (1976) destaca que numa relação segura continuada, as mudanças graduais no comportamento e as suas competências emocionais, sociais e cognitivas, requerem um update do modelo dinâmico interno do *self* e da figura de vinculação. Assim, no decurso do seu desenvolvimento, a criança vai reconhecendo os sentimentos e motivações da sua figura primordial, efectuam-se alterações profundas, possibilitando-lhe a capacidade de desenvolver modelos dinâmicos internos das relações de vinculação partilhadas, onde os objectivos a atingir poderão ser partilhados e negociados, como sejam, “goal-corrected partnerships” (Bretherton, & Munholland 2008; Bretherton, 2005). De acordo com Bowlby, (1969), a concepção dos MDI consiste na tradução de padrões relacionais actuais em representações interdependentes do *self* e da figura de vinculação, em que os padrões relacionais precoces influenciam a forma como a criança estabelece relações com outros prestadores de cuidados, com os pares, e futuros companheiros em idade adulta. Bretherton, & Munholland, (2008) parecem questionar esta concepção, salientando a importância do tipo de vinculação com ambas as figuras parentais, discutindo a forma como a criança constrói um modelo integrado quando participa em duas ou

mais relações de vinculação que diferem em termos de qualidade. Estudos comparativos neste sentido, evidenciaram que a consistência da vinculação segura com a mãe, é factor determinante na predição de padrões relacionais, que mais tarde, tendem a surgir com os pares (Bretherton, & Munholland, 2008). Também, como proposto por Bowlby, (1969) as representações internas não só influenciam os afectos, as cognições e o comportamento com as figuras parentais, como também moldam as representações das relações de proximidade com os pares. De acordo com as investigações acerca das representações mentais e estilos relacionais com os pais e com os pares, a relação mãe-criança parece ser determinante para as representações dos estilos relacionais subsequentes, nomeadamente nas relações sociais com os pares (Suess, Grossmann & Sroufe 1992; Sroufe, 1988). Seguindo este pressuposto, Cassidy, (2008), salienta que experiências promovidas por figuras sensíveis e gratificantes parecem contribuir para a constituição de um modelo de vinculação seguro e responsivo, como para a representação interna de um modelo de self valorizado, que se manifesta ao longo do estabelecimento de relações que acompanham o decurso da vida.

#### *4.1.4. Desenvolvimento da Vinculação: Fases e Padrões de Vinculação*

Os sistemas comportamentais mediadores da vinculação afiguram-se um complexo em evolução que se vão desenvolvendo de um modo relativamente estável. Dentro destes sistemas, encontramos os que fornecem as bases para o desenvolvimento do comportamento de vinculação, como sejam, o *choro*, a *sucção*, o *agarrar* e o *seguir*, meses mais tarde seguidos do *sorriso* e do *balbuceio*, ultrapassados em fases posteriores pelo *gatinhar* e pelo *andar* (Bowlby, 1969). Tais comportamentos, manifestam-se primeiramente estabelecidos numa estrutura simples, embora os padrões motores se apresentem organizados de modo cada vez mais elaborado. Deste modo, torna-se relevante, algum esclarecimento acerca do desenvolvimento do comportamento de vinculação, onde, de acordo com Bowlby, (1969) podemos identificar 4 fases.:

**1ª Fase: Orientação e sinais com discriminação limitada das figuras (0-3 meses):** no decorrer desta fase o bebé, embora não seja capaz de diferenciar pessoas, comporta-se de modo característico em relação às mesmas. A sua capacidade de discriminação encontra-se limitada aos estímulos olfactivos e auditivos, sendo que os seus comportamentos traduzem procura de interacção, exibindo um comportamento pró-social, que inclui a orientação para essa pessoa. Este comportamento do bebé influencia o comportamento de quem lhe presta cuidados, podendo aumentar o tempo de contacto com essa pessoa.

**2ª Fase: Orientação e sinais dirigidos para uma ou mais, figura(s) discriminada(s) (3 a 6 meses):** durante esta fase, o bebé dirige de forma acentuada os seus comportamentos e procura interactivas à figura materna, sendo que *“shows discrimination in the way he directs his various proximity-promoting (attachments) behaviours toward different figures may also differ in how readily they can terminate an attachment behaviour”* (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978 p.24). Ao longo desta fase cresce o interesse por quem lhe presta cuidados, ou seja, os comportamentos de procura de proximidade tornam-se claramente mais orientados para uma determinada figura, e o seu repertório de comportamentos de vinculação activos expandem-se.

**3ª Fase: Manutenção da proximidade com a figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais (6/7 a 24 meses):** esta fase é caracterizada pela consolidação da vinculação com o prestador de cuidados. É assinalada por um conjunto de mudanças significativas, quer a nível motor, cognitivo e linguístico, quer a nível da organização dos sistemas comportamentais. No decurso desta fase o bebé não só é cada vez mais discriminatório, como também se assiste a um aumento progressivo do seu repertório de respostas, possibilitando-lhe a inclusão dos movimentos, possibilitando-lhe a exploração. Com o desenvolvimento do controle motor, da mobilidade e mais tarde da linguagem, a criança torna-se muito mais activa, não só, ao procurar e manter o contacto com a figura de vinculação e na exploração do meio. Ainda, de acordo com Bowlby, (1969, p.321) *“during this phase some of the systems mediating a child’s behaviour to his mother become organized on a goal-corrected basis. And then his attachment to his mother-figure is evident for all to see”*. Na presente fase, os comportamentos passam a estar organizados hierarquicamente assim como as figuras vinculativas. O comportamento de vinculação encontra-se subjacente a uma grande flexibilidade, isto é, as metas orientadas *“set-goals”* são estabelecidas num certo momento, existindo sempre uma grande variedade de sistemas comportamentais alternativos (Soares, 1996). Percebemos assim, tal como Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, (1978) referem, o grau de proximidade para com a figura de vinculação é especificado pelo objectivo a atingir, dependendo do tempo e do contexto em que ocorre.

**4ª Fase: Formação de uma relação recíproca corrigida para a meta/objectivo *“goal-corrected partnership”* (24-30 meses):** aquando esta fase, a proximidade com uma figura de vinculação começa a ser mantida através de sistemas corrigidos para a meta (goal-corrected). De acordo com Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, (1978), a criança começa a desenvolver uma maior compreensão do comportamento da mãe e do seu próprio comportamento, a figura materna passa a ser concebida como um objecto independente. O bebé começa a representar cognitivamente as metas e objectivos da mãe, distinguindo-os dos seus próprios. Este conhecimento permite ao bebé controlar e modificar o seu comportamento, bem como o

comportamento da sua figura de vinculação. O bebê, passa assim, a inferir sobre as metas-fixadas da mãe, sendo, a partir daqui que a criança altera a sua percepção do mundo, modificando o seu comportamento, tornando-se mais flexível e refinado. Uma vez atingido este momento, consideram-se alcançadas as bases para o desenvolvimento de um relacionamento mútuo complexo, a que Bowlby, (1969) designou “*partnership*”(parceria). Desta forma, a figura materna passa a ser concebida como um objecto independente, que persiste no tempo e no espaço e que se movimenta de uma forma mais ou menos previsível. Segundo Soares, (1996) para além da acomodação dos seus comportamentos e objetivos aos da mãe, a criança começa também a procurar influenciar e a mudar os planos maternos, no sentido de os tornar mais convergentes com os seus.

Como anteriormente explicitado, as condições que contribuem para o desenvolvimento ou não da vinculação com a(s) figura(s) significativa(s), consideram-se essencialmente, a sensibilidade dessa figura, a capacidade de responsividade, e a quantidade e natureza da interacção entre criança/figura. Contudo, apesar de existir tal relação primordial, estas por vezes diferem em qualidade. Deste modo, afigura-se assim oportuno, esclarecer o importante papel do trabalho de investigação observacional de Ainsworth, ao qual já nos referimos brevemente, detendo-nos assim, por instantes, na especificidade do seu trabalho, no que concerne ao desenvolvimento do comportamento de vinculação. Os resultados obtidos por Ainsworth, et al., (1978) revelaram três tipos de padrões de vinculação. Encontramos crianças seguramente vinculadas, interessadas em explorar o contexto, prosseguindo com a tarefa exploratória depois do encontro com a mãe; crianças com vinculação insegura, que se manifestam pouco exploratórias quanto ao meio envolvente e que mantêm proximidade constante com a mãe; e crianças não vinculadas, não evidenciando um comportamento diferenciado na presença da mãe. A autora e colaboradores, prosseguiu nesta linha de investigação, privilegiando, os padrões de comportamento observados no primeiro ano de vida. Surge assim, o procedimento experimental, por ela desenvolvido, conhecido como “Situação Estranha”, através do qual é possível avaliar a segurança na vinculação, e as diferenças individuais na organização do comportamento de vinculação (Bretherton, 1992; Bowlby, 1969). O procedimento consiste numa sequência de oito episódios de 3 minutos, representacionais de cenas impulsionadoras de comportamentos de vinculação,. incluindo potenciais cenas geradoras de stress, fazendo com que a criança active o seu sistema comportamental de vinculação, revelando as diferenças individuais quanto às suas expectativas sobre a acessibilidade do seu prestador de cuidados (Bowlby, 1969; Ainsworth et al., 1978 & Bretherton, 1992). Os resultados encontrados, manifestaram diferenças ao nível da qualidade de

vinculação, onde os autores identificaram três padrões de vinculação (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Bowlby, 1969):

**Tipo A: Inseguro- Evitante** - manifestam-se crianças que exploram prontamente o meio, não se importando com o paradeiro da mãe. No episódio de separação, não há sinais visíveis de angústia quando é deixada sozinha e no episódio de reunião ignora a mãe; resiste activamente a ser confortada. Aceita atenção tanto do estranho como da mãe.

**Tipo B: Seguro** – crianças que revelam segurança na proximidade com a mãe, utilizando-a como base segura para exploração do meio, não tem necessidade de se ressegurar constantemente da sua presença e mostra um interesse positivo no estranho. Nos episódios de separação sente a falta da mãe, e na reunião com a mãe, cumprimenta-a efusivamente, e pode procurar o contacto físico com a mãe. Uma vez reconfortada, volta à actividade de exploração.

**Tipo C: Inseguro/Resistente ou Ambivalente** - crianças que evidenciam ambivalência na proximidade com a mãe, oscilando entre a busca de proximidade e contacto e a resistência ao contacto interação com a mãe. A procura activa inibe a actividade exploratória. A separação da mãe provoca angústia, mas na reunião mostra-se ambivalente, resistindo ao contacto físico iniciado pela mãe.

É ainda de referir, a existência de um outro tipo de vinculação, considerado por Main e Solomon, (1990) os quais abrangiam as crianças que não se enquadravam nas categorias anteriormente descritas. Estas crianças pareciam exibir, uma série de comportamentos inexplicáveis, desorganizados e conflituosos na presença dos pais (Main, & Hesse, 2000). Sobre este padrão de comportamento Main & Solomon, (1990, p. 122), referem que “*in some infants behaviour could be seen as disorganized only when it was considered at an abstract level (...) regarding the usual temporal patterning of infant behaviour. In others there were episodes of more obviously disorganized behaviour*”, apresentando as seguintes características:

**Tipo D: Inseguro/Desorganizado/Desorientado** – crianças que não apresentam uma estratégia de vinculação coerente, manifestando, de acordo com os autores, características como sequências temporais desordenadas, padrões de comportamentos contraditórios, movimentos e expressões indirectos, desorientação, desorganização, face à proximidade com a mãe (Main & Solomon, 1990).

#### 4.1.5- O Desenvolvimento da Vinculação na Adolescência

A adolescência afigura-se um período de profundas transformações nos sistemas emocionais, cognitivos, e comportamentais, envolvendo qualquer relação de vinculação (Allen &

Land, 1999; Allen, 2008; Allen, McElhane, Land, Kuperminc, Moore, O'Beirne-Kelly & Kilmer, 2003). Ao longo deste período, as modificações internas e externas que se fazem notar, vão inevitavelmente repercutir-se no comportamento de vinculação, merecendo, este, alguma consideração ao nível das várias transformações inerentes. Segundo Atger, (2004) assiste-se a uma mudança primordial, evidenciada nos períodos entre a infância e a idade adulta, a qual emerge na imposição de uma organização preponderante da vinculação, a partir dos padrões de comportamentos divergentes perante as figuras de vinculação, sendo tal processo, possibilitado pela evolução das capacidades cognitivas do adolescente. Neste sentido, tais capacidades acrescidas possibilitam, ainda, a construção - a partir de experiências com múltiplas figuras significativas - de um padrão de experiências de vinculação mais integrado e generalizado. Deste modo, os desenvolvimentos cognitivos e emocionais que se afiguram, permitem a reflexão e a modificação das concepções mentais relativamente às relações de vinculação (Sroufe & Waters, 1977; Allen, 2008; Allen & Land, 1999; Allen, et al., 2003). Inerente a todas estas transformações, este é um período, onde, de igual modo, se evidencia a imposição da distanciação das figuras de vinculação iniciais, como também a alteração da relação de vinculação com as mesmas, distinguindo-se o estabelecimento e necessidade de novos laços.

A vinculação na adolescência é vista, como um constructo organizacional que é passível de se reflectir no desenvolvimento intra-psíquico como também ao nível de variados aspectos de todas as relações de vinculação existentes, podendo ser, assim entendido, numa abordagem intrapsíquica e relacional (Sroufe & Waters, 1977; Allen, 2008; Allen, & Land, 1999; Allen, et al., 2003), onde o conceito e fenómeno de base segura, se afigura central (Sroufe & Waters, 1977; Waters & Cummings, 2000). Uma vinculação segura encontra-se inerente a uma figura de base-segura, a qual manifesta contínua presença ao longo do tempo e dos contextos, transmitindo confiança enquanto prestador de cuidados, disponível e responsivo (Waters & Cummings (2000) predizendo padrões seguros relacionais na adolescência. Segundo Kobak & Sceery, (1998); Allen, Moore, Kuperminc, & Bell (1998), também a sensibilidade materna, regulação dos afectos e des-idealização das figuras parentais como figuras de vinculação, se encontram grandemente relacionadas com a vinculação segura primária, parecendo, predizer uma organização de vinculação segura na adolescência. À luz destes dados, Allen, et al., (2003), destacam que adolescentes seguros são caracterizados pela capacidade de autonomia e capacidade de avaliação de relações parentais, manifestando-se capazes de explorar a sua independência intelectual e emocional, a partir de um suporte de base-segura, em que impera o relacionamento positivo com a figura materna. Outros autores (Allen & Land, 1999) destacam que uma das características mais importantes das relações de vinculação com os pais na adolescência, é a capacidade de metas e

objectivos a atingir, os desde já designados “goal-corrected”. Segundo os autores, à medida que o adolescente ganha capacidade de comunicação e perspectiva, torna-se possível para pais e filho, modificar ou corrigir, quando necessário, o seu comportamento de vinculação, indo ao encontro das necessidades de ambos. Evidencia-se, assim, um acréscimo do sistema de objectivos corrigidos para a meta, na relação entre pais-adolescente, o qual promove a diminuição da dependência nos pais como figuras de vinculação. Face ao exposto, rapidamente se manifesta no adolescente, a imposição da necessidade de explorar e dominar novos ambientes, promovendo inevitavelmente o crescimento saudável do seu sistema exploratório (Allen & Land, 1999; Allen, McElhaney, Land, Kuperminc, Moore, O’Beirne-Kelly & Kilmer, 2003).

Uma grande variedade de estudos longitudinais, têm focalizado o seu interesse empírico, no que concerne à continuidade e estabilidade do modelo de vinculação, desde a infância à adolescência, tendo vindo, porém a evidenciar resultados e descobertas divergentes. Considerando o estudo, de Hamilton, (2000), analisando a continuidade da vinculação desde a infância à adolescência, esclarece que a qualidade da relação estabelecida entre mãe-criança, se encontra significativamente associada com as representações da vinculação no período da adolescência. No que respeita a alterações na classificação do modelo vincutivo, o autor verificou, que tal facto se encontra dependente de acontecimentos de vida negativos, sendo que, porém estes tendem a expressar-se em trajectórias de vida em crianças classificadas como inseguras (Hamilton, 2000). Também de acordo com Ammanitti, van IJzendoorn, Speranza & Tambelli, (2000) é importante considerar que possíveis alterações destes modelos, possam ser influenciadas e ocorrer em função dos diferentes momentos desenvolvimentais e dos diferentes contextos, destacando a exposição a situações de risco. Ainda, considerando o estudo de Allen, McElhaney, Kuperminc, & Jodl (2004), os autores salientam algumas condições que podem prever alterações quanto ao modelo seguro de vinculação, encontrando-se entre as mesmas, a qualidade da relação familiar, sintomas depressivos, e o pobre estatuto que o adolescente poderá ter perante o seu grupo de pares. Por sua vez, Aikins, Howes & Hamilton, (2009) verificaram baixos níveis de estabilidade de vinculação no período infância-adolescência, indo ao encontro de potenciais mudanças nas representações de vinculação, sendo mais uma vez ilustrado, o papel interveniente e determinante dos acontecimentos de vida stressantes e negativos. Assim, tal como Aikins, Howes & Hamilton, (2009), Allen, McElhaney, Kuperminc, Jodl, (2004), e Hamilton, (2000) esclarecem, existe, de facto, a evidência de moderada estabilidade do padrão de vinculação ao longo do tempo, sendo que contudo, tendem a ser identificados baixos níveis de estabilidade em amostras de risco.

No decurso do estudo empírico da organização da vinculação na adolescência, é ainda de extrema importância, referir, o elevado consenso empírico de que as relações de vinculação segura na adolescência, tendem a ser positivamente relacionadas com os resultados ao nível da relação e popularidade com os pares, detendo, de igual forma, profundas ligações teóricas a elevados níveis de competência social, tal como a vários aspectos da qualidade de amizade e aceitação social (Allen & Land, 1999; Allen, et al, 2004; Kobak & Sceery, 1988). De acordo com Aikins, Howes & Hamilton, (2009), parece ser na pré-adolescência, que as interações com os pares começam a deter muitas das funções que servirão mais tarde, como bases importantes para a intimidade, comportamento social, e principalmente para as relações de vinculação, domínio no qual nos debruçaremos mais à frente.

Concluimos assim, que a adolescência e inerente desenvolvimento, suporta crescimentos surpreendentes ao nível da capacidade relacional, impulsionando o desenvolvimento de inúmeros sistemas organizacionais relacionados com o sistema de vinculação, os quais são determinantes para o estilo e padrão relacional manifesto no decurso de toda a sua vida (Allen, 2008). Neste sentido, é necessária a contínua expansão da pesquisa e investigação, ilustrando assim a complexidade e sofisticação deste período que é a *adolescência*.

#### ***4. 2. Privação Materna e Cuidados Parentais***

Como evidenciado ao longo deste estudo, a Teoria da Vinculação, acentua a crescente comprovação de que a qualidade dos cuidados que uma criança recebe, nos seus primeiros anos de vida é de importância vital para o seu futuro desenvolvimento. Acredita-se ser essencial que o bebé e a criança pequena desfrutem de uma vivência relacional calorosa, íntima e contínua com a figura materna, tal como o enriquecimento relacional afectivo com o pai e com a família extensa.

Designa-se por “*privação materna*” toda a situação na qual uma criança não encontra a disponibilidade afectiva e relacional, constante e regular acima descrita, e onde não lhe é proporcionado os cuidados amorosos necessários Bowlby, (1976;1981), sendo que, podemos assim dizer, que, “*the implicit definition of maternal deprivation is insufficiency of interaction between the child and a child-mother figure*” (Ainsworth, (s/data, p.98). O termo “privação materna” tem sido aplicado a vários grupos representativos de diferentes condições, que, contudo tendem a evidenciar consequências semelhantes. A experiência de privação materna designa situações em que: a criança viva em instituição ou hospitalização e não desfruta de cuidados maternos suficientes e de qualidade; em que a criança vive com a mãe ou substituta e os cuidados que recebe e a interação entre ambos são insuficientes; e em que existe separação mãe-bebé (Bowlby, 1981).

Os episódios de privação, encontram inerentes a condição de separação e perda, traduzindo inacessibilidade à figura de vinculação, podendo esta ser temporária (separação), ou permanente (perda), as quais não implicam necessariamente ausência de cuidados e interacção, excepto casos como o acolhimento institucional (Bowlby, 1984), onde se encontra susceptível a interacção insuficiente com figuras substitutas. A colocação em instituição num período transitório pode tornar-se erosiva e perpetuar-se sem critérios, fragilizando a criança e o adolescente pela sucessão de vínculos e das reparações que pode exigir (Bowlby, 1984). Segundo o autor, (1981; 1984) as repercussões inculcadas pela separação e a conseqüente institucionalização, poderão ser diminuídas pela prestação de cuidados maternos muito próximos daqueles que a criança deveria receber da sua figura materna. Considera, porém, que os cuidados necessários ao saudável desenvolvimento, se encontram comprometidos devido à distribuição dos mesmos por vários cuidadores em contexto institucional, o que constitui factor impeditivo na construção de uma interacção privilegiada, rica e empática.

Os estudos primordiais atendendo ao contexto da privação materna em acolhimento institucional, foram instigados por autores como Bowlby, (1981;1984) e Rutter, (1979) os quais apontaram os prejuízos que a vivência institucional proporcionava, nomeadamente ao nível do desenvolvimento cognitivo, e desenvolvimento da linguagem. Segundo Bowlby, (1981) estas crianças também manifestavam maiores níveis de agressividade, dificuldades a nível emocional e comportamental, e incapacidade de estabelecimento de laços afectivos duráveis, distinguindo que as experiências de privação neste contexto e as angústias provocadas por relações insatisfatórias na primeira infância, exercem forte influência ao nível do desenvolvimento da personalidade, inferindo na capacidade do estabelecimento de relações futuras. Da mesma forma, seguindo os pressupostos dos estudos de Bowlby, Kobak & Madsen, (2008), acrescentam que crianças e adolescentes expostos a acolhimento institucional, tendem a esconder e bloquear sentimentos futuros e a estabelecer e manter relações superficiais, podendo exibir, de igual forma, comportamentos hostis e anti-sociais, e mais tarde amizades indiscriminadas.

Desta forma, à luz de estudos efectuados, Bowlby, (1981) concluiu que as separações e a privação nos primeiros seis meses de vida eram menos importantes para o bem-estar da criança do que em momentos posteriores. De acordo com o autor (1976), o processo de vinculação e seu desenvolvimento são experiências decisivas nos primeiros 9 meses de vida, sendo que, quando a criança é privada de tão importante experiência afectiva, a sua capacidade de estabelecer vínculos afectivos fica comprometida. Quando a experiência de privação ocorre neste período sensível, o autor considera que a longa convivência em ambiente institucional pode ser particularmente traumática para a criança e adolescente, não deixando de acentuar que as crianças que revelam

maior sofrimento, parecem ser as que tiveram uma relação mais íntima e satisfatória com as mães. Neste sentido, considera que crianças que foram criadas em instituições e que não tiveram uma figura materna permanente, não apresentam reacções tão intensas pelo facto da sua vida emocional já ter sido emocionalmente perturbada.

Para Brofenbrenner, (1996) as consequências a longo prazo podem ser superadas ou reparadas considerando factores, como a qualidade do sistema institucional, o tempo de convivência nesse meio ambiente e a pós-institucionalização. Ressalta, porém, tal como Bowlby, quando a privação ocorre nos primeiros seis meses, os prejuízos emocionais e cognitivos tendem a ser mais severos e persistentes e conseqüentemente a reparação pode ser menor. Atendendo a estes aspectos, realça que as reacções nocivas, a longo prazo, de um meio ambiente institucional físico e socialmente empobrecido, podem dificultar e deter o desenvolvimento à entrada da instituição (Brofenbrenner, 1996). Contudo, apesar de compreender que o ambiente institucional pode servir como contexto abrangente para o desenvolvimento humano, destaca que a instituição não fornece um equivalente funcional familiar e desenvolvimental (Bronfenbrenner, 1996).

Parece assim, que a idade, o início e término da experiência de privação, revelam ser factores determinantes na reversibilidade dos efeitos nefastos da privação materna (Bowlby, 1981; Ainsworth s/data). Percebemos, porém, que os efeitos desta privação precoce podem ser grandemente reduzidos desde que a criança volte a receber, em tempo, cuidados maternos de boa qualidade (Bowlby, 1981;1984; Ainsworth s/data).

Ao longo das décadas, estudos foram evidenciando mudanças nas práticas dos cuidados direccionados a crianças e adolescentes em acolhimento institucional (Martins, 2004), marcando na realidade, um ponto de viragem na investigação neste contexto. A institucionalização deixa de ser percebida enquanto variável homogénea e isolada, abrangendo uma nova perspectiva dos assentes nos efeitos da institucionalização, deixando esta de ter efeitos negativos inevitáveis com repercussões no decurso do desenvolvimento, compreendendo-os à luz do contexto (Martins, 2004). Neste sentido, marcando um ponto de viragem na investigação do domínio da privação institucional (Martins, 2004), o estudo de Tizard, Cooperman, Joseph & Tizard, (1972), em que se avaliou o efeito da qualidade do trabalho dos monitores e o desenvolvimento ao nível da linguagem, vem de facto acentuar que o atraso não encontra necessariamente relação à vivência institucional, descobrindo que muito do desenvolvimento da criança se devia à qualidade relacional com o cuidador. Ainda, os autores concluíram, que apesar de se verificarem efeitos prejudiciais à entrada da instituição, estes estavam a ser demasiado enfatizados. Inerente a esta questão, o domínio da privação materna é assim reenquadrada no conjunto mais vasto das relações que a criança estabelece com o ambiente que a rodeia. De acordo com Rutter, (1979), o

processo de privação envolve um grande grupo heterogéneo de adversidades que operam através de vários mecanismos psicológicos diferentes, fazendo assim ressaltar a crescente investigação que salienta a importância das relações das crianças com outras pessoas para além da mãe.

### **4.3. A AMIZADE**

#### *4.3.1- Relação entre Pares e Amizade: O Início*

Nos primeiros anos de vida, a criança começa a envolver-se em actividades coordenadas bem como em relações recíprocas com os seus pares, manifestando as primeiras trocas sociais, começando a evidenciar-se a preferência para determinados parceiros de interacção social. A partir do momento em que as crianças se começam a relacionar umas com as outras, desde logo exibem uma diversidade de comportamentos e interacções, que oscilam, consoante as características da criança, do contexto, da natureza e o tipo de interacção (Fabes, Martin, & Hanish, 1999). As relações entre pares podem apresentar grande variabilidade, podendo ser positivas (caracterizadas por comportamentos pró-sociais e por afectos positivos), negativas (caracterizadas por afectos negativos, conflito e agressividade), e de carácter breve ou prolongado quanto à duração e intensidade, sendo de igual forma, influenciadas pela variabilidade manifestada pela identidade individual e características de cada membro da díade, pelo seu estado emocional (Fabes, Martin, & Hanish, 1999), e pelas normas e valores culturais impostos pelos contextos culturais em que se inserem (Chen, Chung, & Hsiao, 2009).

Ao longo da literatura desenvolvimental tem-se evidenciado a crescente convicção de que, crianças e adolescentes que estabelecem e desfrutam de interacções e relações positivas com o seu grupo de pares, manifestam um desenvolvimento psicossocial saudável (Hartup, 1983, 1999, 2000; Hay, Caplan & Nash, 2009; Dunn, 2004; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006; Newcomb, Bukowski & Bagwell, 1999)

Concebemos desta forma, que crianças e adolescentes que experienciam interacções positivas com o grupo de pares, parecem ser socialmente competentes, sendo vital para o estabelecimento e desenvolvimento da expressão de autonomia (Hartup, 1999; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006), e para o desenvolvimento da identidade, fornecendo suporte social e emocional, confiança, e intimidade e assim competência no estabelecimento de relações de proximidade como as amizades (Hartup, 1999; Fabes, Martin & Hanish, 2009; Parker, et al., 2006). Por outro lado, crianças que experimentam pobres interacções com o grupo de pares, que sofrem rejeição

por parte dos mesmos, tendem a manifestar fraco ajustamento social e emocional, e dificuldades no estabelecimento de amizades recíprocas (Rubin, et al., 2006; Lopes, et al., 2006).

Ainda, as diferenças individuais que ocorrem nas diferentes idades, bem como as mudanças físicas, emocionais, cognitivas e as habilidades sociais que vão sendo adquiridas, promovem e facilitam a capacidade para interpretar e pensar acerca das relações com os pares, tornando-se mais complexas e sofisticadas com a idade (Fabes, Martin & Hanish, 2009; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006).

Desta forma, as relações com os pares podem promover, alargar, desencorajar ou distorcer o crescimento inter-pessoal e intra-pessoal, bem como o ajustamento ou adaptação pessoal e social do indivíduo (Lopes, et al., 2006), o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, (Hartup, 2009; Lopes, et al., 2006) e a competência social (Hartup, 1983). De facto, a competência social, apresenta-se como factor determinante no desenvolvimento positivo da relação com os pares, promovendo altos níveis de aceitação, como também um estatuto sociométrico elevado. Neste sentido, é assim provável que crianças e adolescentes competentes e populares, manifestam maior capacidade de ir ao encontro das necessidades dos outros, detendo maior aptidão no estabelecimento e manutenção de amizades recíprocas.

Afigura-se, de igual forma, no decurso das primeiras trocas e experiências sociais, o estabelecimento das primeiras relações de amizade, sendo estas, o contacto mais íntimo e um dos primeiros aspectos evidenciados no contínuo da interacção e experiência entre pares (Hartup, 2009; Berndt, & McCandless, 2009). Tal como as interacções criança-criança, são muitos os autores que se referem ao estabelecimento das relações de amizade, como essenciais para a aquisição de competências ao nível do desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança e do adolescente (e.g: Fabes, Martin, & Hanish, 1999; Hartup, 1992;1999; Hartup, & Stevens, 1997; Dunn, 2004; Bukowski, Motzoi & Meyer, 2009; Rubin, et al., 2006). A amizade constitui a primeira relação íntima e afectiva onde a criança começa a compreender a preocupar-se com os sentimentos dos outros, tentando responder às suas necessidades e problemas (Dunn, 2004) percebendo esta relação como um contínuo ao longo do tempo, espaço e contexto (Hartup & Stevens, 1997).

Neste sentido, o desenvolvimento global das crianças e adolescentes, parece ser fortemente influenciado pelo tipo de relação que ocorre no contexto do grupo de pares, o qual constitui um contexto de aprendizagem básica e de apoio para os desafios do crescimento psicológico e social com que a criança e jovem se confronta (Hartup, 1992).

Compreendemos, assim, que é através destas experiências desenvolvimentais, que as crianças internalizam representações de relações afectivas e sociais que influenciam as suas

orientações para o mundo social, enquanto, crianças, adolescentes e adultos (Howes & Tonyan, 1999).

#### 4.3.2. *A Amizade: Conceito e seu Contexto de Desenvolvimento*

No decorrer da investigação empírica efectuada, temo-nos deparado com o amplo consenso por parte dos teóricos e empíricos, ao definir a amizade como uma relação voluntária e recíproca entre duas pessoas (e.g. Rubin, Bukowski, Parker, 2006; Newcomb, Bukowski, Bagwell, 1999; Hartup, 1999; 1992; Dunn, 2004; Berndt, 1982), evidenciando-se contudo, algumas oscilações relativas às características e atributos que a definem. Rubin, & Thompson (2002), refere-se à amizade como uma relação voluntária e recíproca baseada em sentimentos positivos, em que ambos os intervenientes têm poder igual, considerando o afecto mútuo critério básico e definidor da amizade. Para Dunn, (2004, p.2) “*friendship is a voluntary relationship, not one that is prescribed or obligatory (...) that includes companionship, intimacy and affection*” sendo que, no mesmo sentido, Hartup & Stevens, (1997) salientam que a relação de amizade compreende disponibilidade, ajuda, companheirismo, segurança e suporte emocional recíprocos, sendo definida como um laço afectivo entre duas pessoas, que possibilita a concretização de objectivos sócio-emocionais. Os autores, destacam, neste sentido, que “*friendship consists mainly of being attracted to someone who is attracted in return, with parity governing the social exchanges between the individuals involved*” (p. 355). Ainda, de acordo com Berndt & McCandless, (2009) a relação de amizade é determinada pelos seus atributos, encontrando-se associada a predicados como conhecimento, afeição e ligação mútuas.

Como é do conhecimento, a amizade tem vindo a ser apresentada, como factor determinante ao nível do crescimento global, sendo abordada e investigada enquanto contexto de desenvolvimento, promovendo o crescimento psicossocial e da identidade (Berndt & McCandless, 2009, Hartup, 1999, 1983; Vitaro, Boivin, & Bukowski, 2009; Newcomb, Bukowski & Bagwell, 1999).

Newcomb, Bukowski & Bagwell, (1999) distinguem o trabalho de Hartup, o qual impulsionou e marcou fortemente o campo da progressão da investigação das relações de pares, favorecendo a investigação da amizade como um contexto relacional que orienta o desenvolvimento individual. No decurso do seu trabalho Hartup, (1999;1992) enfatizou a importância da amizade na adaptação aos domínios social, comportamental e cognitivo, percepcionando a amizade como um constructo multidimensional, envolvendo fenómenos de complexidade relacional a nível individual e diádico, tendo vindo a impor um ponto de viragem

na corrente investigação da amizade, enquanto contexto de desenvolvimento. Movidos pela forte influência de Hartup no estudo das relações de amizade, Newcomb, Bukowski & Bagwell, (1999) salientam uma abordagem focada na *influência interpessoal*, compreendendo que embora a amizade seja um constructo diádico, encontra-se dependente das características individuais dos membros da díade, estando, por sua vez agregados a vastos grupos sociais. Estudos recentes demonstram, que os amigos moldam e influenciam os comportamentos uns dos outros, influenciando de igual forma, ao nível da personalidade e do desenvolvimento social, sendo através da interacção, que se estabelecem e desenvolvem experiências comuns, e assim a promoção da continuidade da relação (Hartup, 1992). Quando uma amizade é estabelecida, as características de cada um dos intervenientes encontram a sua combinação, impondo-se como referência que define, em parte, o contexto de desenvolvimento. Desta forma, consideramos que a amizade se encontra inserida num contexto desenvolvimental, enquanto produto das características e trocas que os indivíduos oferecem à relação, as quais derivam dos atributos e diferenças individuais de ambos os intervenientes (Newcomb, Bukowski & Bagwell, 1999). Podemos assim dizer, que são os próprios indivíduos que escolhem e que proporcionam o seu contexto de desenvolvimento (Newcomb, Bukowski & Bagwell, 1999; Hartup, 1992).

No que se refere ao percurso desenvolvimental que conduzem as relações de amizade, de acordo com Hartup, (1983) consideráveis consensos se evidenciam na literatura, relativos ao decurso da amizade na infância e adolescência. À medida que a criança se desenvolve e vai amadurecendo, a relação vai ficando cada vez mais próxima, íntima e estável (Rubin, Bukowski & Parker, 2006; Hartup, 1999), evidenciando-se, diferentes níveis de complexidade e organização das relações de amizade, no decurso dos períodos de desenvolvimento (Hartup, & Stevens, 1997; Bukowski, Motzoi, & Meyer, 2009).

#### *4.3.3. As Relações de Amizade na Adolescência*

Ao longo do tempo, na maioria dos escritos da psicologia do desenvolvimento, deparamo-nos com a consensual importância atribuída às relações de amizade durante a adolescência, (Berndt, 1982; Brown, & Klute, 2003), no qual a amizade exerce maior impacto e influência ao nível do desenvolvimento da personalidade e das competências e comportamentos sociais (Hartup, 1983; Berndt, 1982; Demir, & Urberg, 2004). De facto, à medida que um indivíduo se move para a adolescência, o sistema de pares torna-se mais elaborado e complexo, emergindo novas formas e níveis de interacção nas relações diádicas com os pares e com os amigos, originando novas ligações próximas, como relações de amizade profundas (Brown & Klute, 2003;

Rubin, Dwyer, Booth-LaForce, Burgess, & Krasnor, 2004). Inerente a este período e subsequente decurso de maturação biológica, comportamental, emocional e cognitiva, evidencia-se uma nova consciencialização do self e da identidade, uma compreensão mais sofisticada dos outros e dos eventos, crescimento gradual na estrutura e na organização da informação e expectativas acerca das relações interpessoais, denotando-se a imposição do reconhecimento e de propriedades mais complexas atribuídas às relações de amizade e uma maior consciência acerca da importância da reciprocidade e mutualidade nas relações de amizade (Berndt, 1982). Ainda, é de salientar que o benefício primordial destas relações, contrariamente à estrutura hierárquica das relações parentais, assenta na equivalência desenvolvimental entre os intervenientes e a natureza igualitária da sua interacção (Hartup, 1983; 1992; 1999, Hartup, & Stevens, 1997).

Considerando o período transitivo da adolescência, Coleman, (1980) identifica três etapas na evolução das amizades, as quais são assinaladas pela imposição de diferentes conceitos relacionais. Por volta dos 11-12 anos, as amizades centram-se nas actividades lúdicas e de interacção e nas trocas sociais significativas, aos 14-15 anos evidencia-se a importância da introdução dos afectos e consciencialização dos sentimentos nas relações de amizade, sendo estas marcadas por qualidades como sinceridade, lealdade e confiança; pelos 18 anos impõe-se a predominância de partilhas de experiências, estabilidade relacional e intimidade, interesses comuns, e a tolerância face às diferenças individuais aumenta.

De acordo com Bhurmester, (1990) e Coleman, (1980) a adolescência é marcada pela emancipação das figuras parentais, evidenciando-se a direcção dos comportamentos afectivos para os pares, maior envolvimento e compromisso para com outras pessoas, distinguindo-se o aumento da partilha de experiências comuns, compreensão mútua e suporte emocional, os quais fortalecem o sistema relacional entre pares, criando laços promovidos pela interacção. Este período transitivo, é de igual forma, assinalado pelo aumento dos índices de ajustamento, como auto-estima, sociabilidade e baixos níveis de solidão (Demir & Urberg, 2004) bem como das correlações entre a competência social, satisfação e companhia (Buhrmester, 1990), sendo caracterizado pelo acréscimo significativo da intimidade e auto-revelação e validação, evidenciando-se confiança, lealdade, companheirismo e disponibilidade, reciprocidade e sensibilidade e suporte emocional (Hartup, 1992;1999, Berndt, 2002).

No que concerne à função da amizade, evidencia-se consenso entre diversos autores que a referem enquanto promotora de ajustamento social e regulação emocional, inferindo ao nível do desenvolvimento e exploração da identidade, e sensibilidade interpessoal, (Way & Greene, 2006; Demir, & Urberg, 2004; Berndt, 1982). Outros autores distinguem que na adolescência, a amizade serve a função de fornecer afecto, companheirismo, segurança emocional, validação

pessoal de interesses, contenção de expectativas e medos, oportunidades para revelações íntimas, promover suporte, reforço da auto-estima e auto-avaliação positiva; promover o crescimento da sensibilidade interpessoal (e.g; Brown, & Klute, 2003; Rubin & Fredstrom, 2008; Berndt, 1982, Dunn, 2004). Já para Hartup, (1992) as funções da amizade residem na promoção de contextos nos quais as competências sociais são adquiridas e elaboradas, sendo importantes fontes de informação na aquisição do auto-conhecimento e conhecimento exterior, estabelecendo-se como forte precursor de relações subsequentes, moldando a intimidade e regulação emocional requeridas pelas relações de proximidade. Por sua vez, Rubin & Fredstrom, (2008, p. 1086) realçam que “*friends are thought to bolster feelings of self-worth and promote the growth of social skills and interpersonal sensitivity*” considerando que “*the most important function of friendship is to offer a pleasurable, extra-familial safe haven that reassures their exploration of the effects of their behaviours on themselves, their peers, and their environments*”.

Atendendo à perspectiva desenvolvimental da amizade, esta tem vindo a desempenhar um importante papel, nomeadamente no desenvolvimento psicossocial do adolescente, o qual tem vindo a ser alvo de intensa pesquisa, conquistando enormes contributos traçados a partir de duas abordagens contrastantes: a teoria da *ligação social* «*social bonding*», e a *teoria da interação social*. A perspectiva da ligação social, enfatiza o positivo contributo da amizade, no funcionamento cognitivo, emocional, comportamental e académico, examinando particularmente a participação da amizade e as características da amizade, tentando compreender o contributo positivo ou não da amizade. Por sua vez, a *abordagem da interação social*, salienta as características dos amigos, detendo especial atenção nas características negativas, com o intuito investigar o possível impacto negativo da amizade, no que concerne particularmente a comportamentos de risco, comportamentos anti-sociais e problemas internalizantes (Vitaro, Boivin & Bukowski, 2009).

Embora exista a premissa de que a amizade geralmente beneficia o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes, afigura-se ainda de extrema importância, salientar o carácter ambíguo patente nas relações de amizade, podendo estas, enunciar, de igual forma, um impacto negativo ao nível do desenvolvimento do indivíduo (Vitaro, Boivin & Bukowsky, 2009; Rubin et al. 2006). O papel dual da amizade, é examinado à luz do modelo através do qual opera na relação diádica, das características relacionais, e do seu impacto positivo ou negativo ao nível psicológico (emocional e cognitivo) comportamental (comportamentos pró-sociais externalizantes e internalizantes) ou de ajustamento (Vitaro, Boivin & Bukowsky, 2009; Hartup, & Stevens 1997).

De acordo com a investigação empírica, deparamo-nos com a evidência de que adolescentes que possuem relações de amizades, parecem ser socialmente mais competentes,

sendo que em contrapartida, jovens referenciados com problemas psicossociais, apresentam maior probabilidade de não ter amigos, parecendo, que possuir pelo menos uma relação de amizade, não só se apresenta benéfico para o ajustamento social e emocional, servindo de agente protector quanto às consequências negativas emocionais e experiências aversivas sociais (Hartup & Stevens, 1997; Hatup, 1999). No mesmo sentido, estudos evidenciam que o envolvimento com amigos desviantes com problemas de ajustamento e amizades pautadas por conflitos e características negativas predizem o crescimento de comportamento anti-social e desviante durante a adolescência (Vitaro, Boivini & Bukowsky, 2009; Rubin et al., 2006).

Ainda, a capacidade de estabelecer relações de amizade, tem vindo a ser, de igual forma, evidenciada como factor protector de risco para problemas tais como vitimização, isolamento e agressividade e sintomas depressivos (Rubin & Fredstrom, 2008; Bukowski, Motzoi, & Meyer, 2009). Por outro lado, como é do conhecimento existem evidências de que a amizade, contribui em grande medida para o bem-estar, ajustamento emocional e auto-estima através do companheirismo, suporte social, validação e reciprocidade (Rubin & Fredstrom, 2008; Brown & Klute, 2003; Berndt & McCandless, 2009).

Evidencia-se, ainda, vasta documentação empírica que acentua as diferenças de géneros nas relações de amizade. Tais estudos, sugerem que, ao contrário do exteriorizado pelos rapazes, as raparigas tendem a manifestar maior auto-revelação, e a fornecer maior suporte emocional (Parker, & Asher, 1993; Rubin et al., 2006), evidenciando, de igual forma, maiores níveis de intimidade e expressão de sentimentos (Parker & Asher, 1993; Rubin, Dwyer, et al., 2004; Berndt, 1982). Embora a amizade seja considerada tão importante para os rapazes como para as raparigas, de facto, evidencia-se, maior predisposição, por parte das raparigas, para relações afectivamente mais intensas, existindo maior propensão nos rapazes para orientarem as suas relações de amizade para a assertividade e para a acção, enquanto que as raparigas parecem dirigir a actividade relacional em função da satisfação afectiva e relacionamento empático (Medeiros, 2004).

Podemos assim compreender que a amizade apresenta grande variabilidade, dependendo da predominância de determinadas atributos que envolvem a relação, os quais devem ser concebidos como características que compõem e definem a relação de amizade, permitindo aceder à qualidade da mesma (e.g. Rubin, et al., 2006; Berndt, & McCandless, 2009; Hartup, 1999; 2000; Brown & Klute, 2003, Dunn, 2004).

#### 4.3.4. *A Qualidade da Amizade na Adolescência*

No decorrer do estudo das relações de amizade, vários autores têm focado o seu interesse em diversas características e dimensões que envolvem e caracterizam a mesma, evidenciando a importância da análise da qualidade destas relações no desenvolvimento do adolescente (e.g. Hartup & Stevens, 1997; Berndt, 2002; Brown, & Klute, 2003; Rubin, & Fredstrom, 2008, Berndt, & McCandless, 2009).

A qualidade de uma relação de amizade encontra-se baseada na combinação das características positivas e negativas envolvidas na relação, através das quais se define a qualidade relacional (Berndt, 2002). A avaliação da *qualidade* da amizade pode ser definida e avaliada sob duas formas complementares: podemos aceder à qualidade de acordo com o grau/nível em que se evidencia a relação de amizade (alta, média e baixa); e podemos avaliar a qualidade da relação relativamente a importantes características presentes na amizade e definidoras da mesma (Berndt & McCandless, 2009; Hartup, 1999; 2000; Hartup, & Stevens, 1997).

A qualidade das relações de amizade, encontra-se associada à presença de inúmeros atributos ao nível da relação diádica, evidenciando-se consensual o predomínio da *Reciprocidade* e da *Responsividade*. A *reciprocidade* pressupõe mutualidade de comportamentos, em que duas pessoas agem da mesma forma para com o outro, dando e recebendo em troca, (Dunn, 2004, Rubin, & Thompson, 2002), compreendendo afecto e comportamentos mútuos (Bukowski, Motzoi & Meyer, 2009). Por sua vez, a *Responsividade* traduz simetria relacional, onde cada um contribui de forma igualitária para a interacção, (Bukowski, Motzoi & Meyer, 2009). A responsividade visa, de igual forma, o fornecimento da resposta adequada às necessidades e desejos do outro, ilustrando a ajuda e partilha mútua, de forma a assegurar que as interacções da relação são mutuamente satisfatórias, (Hartup, & Stevens, 1997; Berndt, 1982).

As relações de amizade de qualidade são de igual forma, caracterizadas por altos níveis de *Intimidade* (Berndt, 2002; Berndt, & McCandless, 2009; Hartup, 1999; 2000) a qual é considerada, por diversos autores e investigadores como atributo central na adolescência (Hartup, 1999; Berndt, & McCandless, 2009; Berndt, 1999). Uma relação que envolva altos níveis de intimidade, denota uma relação próxima e afectuosa, traduzindo capacidade de auto-revelação, partilha de pensamentos, emoções e sentimentos pessoais e privados, demonstrando de igual forma, grande nível de conhecimento mútuo íntimo, e troca de informações íntimas (Berndt, 1982). Parker & Asher, (1993) no decorrer da sua investigação acerca das dimensões qualitativas da amizade, também salientam a intimidade como atributo associado à qualidade de amizade, designando por *Trocas Íntimas*, o nível de intimidade presente na relação, de modo a perceber até que ponto a

relação é caracterizada pela revelação de informação íntima e pessoal. Vários autores sugerem a importância da intimidade nas relações de amizade, como determinantes para o funcionamento sócio-emocional, estando de igual forma relacionada com o ajustamento e competência interpessoal e social do adolescente (Buhrmester, 1990; Hartup, & Stevens, 1997; Hartup, 1999; Berndt, 2002), e ao desejo de auto-revelação enraizada na necessidade de validação de auto-estima (Buhrmester, 1990, Hartup, 1992). Por outro lado, existem evidências de que adolescentes que não possuem relações de amizade íntimas, apresentam maior probabilidade de sentimentos depressivos, solidão, manifestando-se inseguras e ansiosas devido à falta de suporte social e de interações validativas (Parker & Asher, 1993; Buhrmester, 1990).

Rubin, (2002) distingue características como afecto, confiança, validação e o desejo de ultrapassar conflitos e desentendimentos, como características que compreendem relações de amizade de alta qualidade, as quais desempenham um importante papel na promoção do ajustamento social do adolescente (Berndt, 2002). Para Parker & Asher, (1993), *Validação e Preocupação*, assumem-se também como atributos relacionados à qualidade de amizade, pressupondo o grau em que a relação é caracterizada por cuidado e preocupação, suporte e interesse. A *validação* é promovida, pela experiência de reciprocidade e trocas na relação (Bukowski, Moitzi & Meyer, 2009). A *Resolução de Conflitos*, compreende até que ponto os desentendimentos e discussões são resolvidos eficazmente, justa e honestamente (Parker & Asher, 1993). Se o par desfruta de uma relação de alta qualidade, ambas as partes procuram dissolver o conflito, através da discussão do problema, compromisso e conciliação, promovendo sentimentos positivos acerca da relação, fortalecendo a sua ligação (Rubin, & Thompson 2002). Destacamos ainda, *Companheirismo e Distração/Divertimento*, como importantes características envolvidas nas relações de qualidade, traduzindo a quantidade de tempo agradável e de carácter lúdico de que é desfrutado pelos amigos. Estas características, demonstram o nível de interação e actividade lúdica, o grau de revelação íntima e trocas que caracterizam a relação, até que ponto os amigos partilham, ajudam e se guiam um ao outro e até que ponto consideram a relação validativa e encorajadora de auto-estima (Parker & Asher, 1993). Os autores, salientam ainda, características como *Ajuda e Orientação*, como dimensões integrantes de uma relação de amizade de qualidade, traduzindo as intenções de ajuda mútua ao nível das tarefas rotineiras e desafiadoras.

De acordo com Berndt, (2002) mesmo os melhores amigos podem ter características negativas associadas à sua relação de amizade, como conflitos, sendo que ambas as dimensões, positivas e negativas devem ser consideradas aquando avaliação da qualidade da amizade. Assim é importante considerar aspectos stressantes nas relações de amizade (Parker & Asher, 1993), tais

como *Conflito e Traição*, examinando o nível de conflitos envolvidos na relação, e a facilidade com que os mesmos são resolvidos (Rubin, Bukowski, & Parker, 2006). Contudo, de acordo com Parker, & Asher, (1993) existem evidências de altos níveis de solidão em relações de amizade conflituosas. Desta forma, características como *Conflito e Traição*, afiguram-se importantes aquando a avaliação da qualidade relacional, caracterizando até que ponto a relação envolve discussões, divergências, aborrecimentos, e desconfiança e até que ponto os mesmos são ultrapassados.

A qualidade da amizade pode ser compreendida, considerando o papel moderador da qualidade da amizade e a natureza do processo de interacção entre os amigos. Se o processo interactivo for consensual e positivo, então a ligação entre a amizade, os comportamentos e o bem-estar pode aumentar devido a altos níveis de qualidade de amizade. Contudo, se as interacções entre amigos são traçadas por conflitos e são mutuamente coercivas, evidencia-se a baixa qualidade de amizade como detentora de impacto das interacções e do comportamento (Vitaro, Boivin & Bukowski, 2009).

De acordo com a investigação empírica efectuada ao longo dos anos, a qualidade de amizade tem vindo a manifestar impacto directo e indirecto em muitos aspectos do desenvolvimento social e emocional. Muitos estudos têm assumido a consensual premissa de que elevados níveis de qualidade de amizade em relações de amizade que envolvem suporte, intimidade e comportamentos pró-sociais, contribuem significativamente para os processos de desenvolvimento, manifestando impacto positivo ao nível da auto-estima e ajustamento social, (Berndt, 2002; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006; Demir, & Urberg, 2004; Rubin & Fredstrom, 2008; Buhrmester, 1990; Hartup, 1999).

A alta qualidade amizade pode também ter efeitos indirectos no desenvolvimento, devido à influência que os pares têm uns para com os outros. Estudos têm sugerido que a magnitude da influência dos amigos deve ser afectada pela qualidade da amizade, a qual pode ter um impacto indirecto no desenvolvimento, afectando a influência das características dos amigos. A qualidade da amizade pode também moderar a influência do amigo com resultados positivos e negativos, ou seja, alta qualidade de amizade com um par delinvente, pode aumentar a sua própria delinquência. (Berndt, 2002). A qualidade da amizade desempenha, ainda, um papel importante ao nível da sintomatologia depressiva, sendo evidenciado, pela investigação empírica que adolescentes que manifestam afectos depressivos, experienciam baixos níveis e qualidade de amizade (Demir, & Urberg, 2004). Estudos longitudinais sugerem, também, que em amizades percebidas como de alta qualidade se encontram baixos níveis de solidão (Parker & Asher, 1993; Demir & Urberg, 2004). Existe também a evidência de que adolescentes envolvidos em amizades

de alta qualidade tornam-se mais visíveis socialmente, encontrando-se positivamente correlacionado com a popularidade, boa reputação social (Hartup, 2000; Berndt, 2002) e ajustamento psico-social. (Buhrmester, 1990; Hartup, 1999). Ainda, examinando a relação entre o estatuto sociométrico e predominância da qualidade da amizade, Parker & Asher, (1993) evidenciaram que baixos níveis na aceitação manifestam qualitativamente pobres relações de amizade em comparação a outros grupos.

Existem ainda evidências da influência de factores sócio-culturais, tais como o género, ao nível das percepções da qualidade da amizade durante a adolescência. Neste sentido, evidências empíricas realçam a predisposição das raparigas para manterem relações de amizade pautadas por intimidade e proximidade, dando mais importância à qualidade e a competências relacionais íntimas nas suas amigas do que os rapazes (Berndt, 1982; Parker & Asher, 1993; Rubin et al., 2006). Já os rapazes, parecem manifestar mais orientação para a assertividade e realização, concedendo maior importância à autonomia e individuação (Way & Grenne, 2003, Berndt, 1982).

Por último, é ainda importante salientar a variedade de investigações que têm vindo a apontar que adolescentes que têm alta qualidade de amizade com pares com comportamentos desviantes, tendem a manifestar altos níveis de problemas comportamentais, através da influência mútua entre pares, como já fora evidenciado. Neste sentido, à luz de inúmeras investigações, parecem existir evidências de que altos níveis de qualidade de amizade não são necessariamente sinónimo de ausência de características problemáticas envolvidas na relação (Berndt, 2002; Rabaglietti & Ciairano, 2008)

Compreendemos, assim que, subjacente ao entendimento deste sistema complexo que é a amizade, é necessária a compreensão de diversos sistemas de socialização e aspectos individuais, sociais, emocionais, culturais e sócio-demográficos, que influenciam e ilustram a qualidade relacional associada. *O que é um Amigo? E a Amizade? E o que define uma boa amizade?* Decerto, muito ainda há a investigar para compreender este sistema relacional complexo na sua plenitude.

#### ***4.4. Relações de Amizade e Relações de Vinculação na Adolescência***

O estudo das relações sociais tem passado por mudanças profundas ao longo das últimas décadas, distinguindo-se o reconhecimento da interdependência de vários sistemas de socialização inseridos no campo da psicologia do desenvolvimento, nomeadamente a inter-relação entre o sistema familiar e o sistema de socialização de pares (Parke, & O'Neil, 1999). As ligações entre as experiências familiares e as interações com os pares, têm sido objecto de vasto estudo empírico, sobressaindo fortes evidências teóricas e empíricas que sugerem que as

experiências com a família encontram-se conectadas à qualidade das relações com os pares (Booth-LaForce, & Kerns, 2009).

Partindo deste princípio, considerando os pressupostos teóricos oferecidos por Bowlby, a qualidade das relações de vinculação, afigura-se o constituinte fundamental das bases do desenvolvimento da vinculação segura/insegura da criança com o seu cuidador primário (Bowlby, 1969; Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1979; De Wolf & Van IJzendoorn, 1997). Tal facto tem vindo a ser evidenciado no decorrer da investigação empírica, reconhecendo-se o consenso por muitos autores de que a qualidade desta relação é essencial na compreensão da natureza das relações sociais das crianças e adolescentes, tendo em conta que as experiências de vinculação primárias definem o decurso das relações subsequentes, detendo influencia ao nível do funcionamento psicossocial e sócio-emocional (Booth-LaForce, & Kerns, 2009; Sroufe, Egeland, & Carlson, 1999; Dunn, 2004; Rubin et al., 2006; Rubin, et. al, 2004). De acordo com os teóricos da vinculação as primeiras relações de vinculação das crianças são assim, protótipos importantes para as suas relações posteriores, manifestando-se preditores fundamentais das relações de proximidade com os pares, particularmente as relações de amizade (e.g: Sroufe, 1988; 2005; Doyle, Lawford, & Markiewicz, 2009; Zimmermann, 2004; Lieberman, Doyle, & Markiewicz, 1999; Dwyer, Fredstrom, Rubin, Krasnor, Booth-LaForce & Burgess 2010).

Como é do conhecimento, no decurso do desenvolvimento desta relação primordial, e das interacções entre a criança e o seu prestador de cuidados, evidencia-se o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos (Bowlby, 1969), os quais parecem servir de ponte entre as experiências das relações entre pais-filhos e a qualidade das relações com outros parceiros sociais (Bretherton & Munholland, 1999; Booth-LaForce, & Kerns, 2009; Sroufe, 1988). Através destes modelos a criança constrói um sentido de self competente e merecedor de respostas positivas dos outros, proporcionando um contexto básico para transacções subsequentes com diferentes ambientes, nomeadamente nas relações com os pares (Bowlby, 1969; Sroufe, 1988; Dwyer, et al., 2010). Da mesma forma, Cassidy, (2008) apontou que a sensibilidade parental conduz à segurança, devido à comunicação das suas representações internas emocionais. Tal facto sugere que a segurança da vinculação está ligada por propriedades de comunicação diádica quer com os pais, quer com os pares, tornando-se evidente, que a organização da vinculação e a qualidade de relação com os pais e com os pares, se evidencia paralelamente no decurso dos processos transitivos em desenvolvimento. Em contrapartida, o desenvolvimento de uma relação de vinculação insegura, pode resultar de um desenvolvimento de um modelo dinâmico interno não merecedor, onde as relações inter-pessoais são rejeitantes e negligentes (Bowlby, 1984). O facto da teoria da vinculação pressupor a existência de fortes ligações entre as relações de proximidade

levou vários investigadores a averiguar como a vinculação poderá estar relacionada com aspectos específicos das relações de pares, como as amizades. Hartup, (1983, p. 137) salienta a proximidade destes sistemas relacionais, realçando que *“a child may have affectionate and trust relations within a larger group, but friendships are specific attachments that, in some ways, resemble the attachments existing between children and their mothers. Friendships maintain proximity or contact with the other person; separation is disturbing. Friends provide a sense of security in strange situations that acquaintances do not (Schwartz, 1972); children enjoy their friends, trust them, and receive pleasure from them”*.

Os primeiros estudos a reportar e a examinar as ligações entre a vinculação pais-criança e relações de pares, são apresentados pelos estudos do Minnesota (Sroufe, 1983), os quais suportam a hipótese teórica de que a qualidade da vinculação primária entre criança-cuidador encontra-se relacionada à competência com os pares e ao estabelecimento de relações de proximidade, como as amizades, na adolescência (Sroufe, 2005; Sroufe, 1983). Evidencia-se, desta forma, que adolescentes com vinculação segura na infância, manifestam altos níveis de competência social e emocional, manifestando qualidades positivas relacionais na amizade (Sroufe, 2005; Sroufe, Egeland, & Carlson, 1999) comparativamente a adolescentes com uma representação de vinculação ambivalente ou evitante, mostrando menos hostilidade, mais empatia e maior afecto positivo para com os pares (Sroufe, 1983; Doyle, Lawford, & Markiewicz, 2009; Zimmermann, 2004).

Como já evidenciado, embora a figura materna se evidencie como a figura primordial e a investigação aponte para que a relação de vinculação entre mãe-filho seja a principal promotora do desenvolvimento emocional e social, (Suess, Grossmann, & Sroufe, 1992) vários estudos têm salientando a crescente importância da figura paterna, distinguindo que as relações de vinculação mãe-criança vs pai-criança podem, de facto, influenciar diferentes domínios de desenvolvimento (Hay, Caplan & Nash, 2009, Lamb, 1977). Também, autores como Sroufe, (1988; 2005), Rubin, et al., (2004), apontam que a relação familiar e a relação com os pares, contribuem de forma única para o ajustamento social, competência com os pares, distinguindo que as relações parentais parecem fornecer as bases do estabelecimento da formação de relações de amizade.

Distinguem-se, ainda, um vasto campo de pesquisas que assumem a forte evidência da correlação positiva entre a vinculação aos cuidadores e aspectos qualitativos da amizade (Zimmermann, 2004; Sroufe, 2005; Saferstein, Neymeyer, & Hagans, 2005; Rubin, et al., 2006; Dwyer, et al, 2010). De acordo com os pressupostos da vinculação, espera-se que a segurança, confiança e a intimidade que caracterizam as relações seguras, produzam um modelo internalizante de expectativas das relações que afectam a qualidade das relações de amizade. Seguindo este pressuposto, a meta-análise de Schneider, Atkinson, & Tardif, (2001) suporta tal

hipótese teórica, apresentando dados consistentes, acerca da forte associação entre a qualidade das relações de vinculação parentais, a qualidade da amizade e a competência com os pares. Os autores consideram, tal como Newcomb, Bukowski & Bagwell, (1999, p.63) que “*friendship is a dyadic relationship characterized by a combination of intimacy, mutual understanding, attachment, interpersonal sensitivity and affection*”, sendo através de tais características que encontramos associação entre os sistemas de socialização (Schneider, Atkinson, & Tardif 2001; Dunn, 2004; Booth-LaForce & Kerns, 2009). De acordo com Booth-LaForce & Kerns, (2009), muitos investigadores encontraram forte associação à qualidade de amizade, tornando evidente tal ligação através da avaliação de outras medidas definidoras da mesma tais como suporte, companheirismo, responsividade e conflito (Howes & Tonyan, 2000; Kerns et al., 1996. Também as investigações de Lieberman, Doyle & Markiewicz, (1999) e Rubin, et al., (2004) evidenciam que a segurança na relações com as figuras parentais na adolescência se encontra positivamente associada a qualidades da amizade positivas como suporte, proximidade e segurança, realçando, ainda, que adolescentes que desfrutam de amizades caracterizadas por validação e preocupação, apresentam maiores níveis de ajustamento do que adolescentes com baixos níveis de qualidade de amizade. Da mesma forma, autores como Dwyer, et al., (2010) e Kerns, Klepac, & Cole, (1996), sugerem que a vinculação segura na adolescência está relacionada com relações de amizade caracterizadas por qualidades como confiança, proximidade e mutualidade, encontrando uma correlação positiva entre a força dos laços parentais e envolvimento emocional com os amigos. Predizendo os mesmos resultados, no estudo de Saferstein, Neimeyer & Hagans, (2005), indivíduos inseguros reportam baixos níveis de companheirismo em relação aos melhores amigos, bem como baixos níveis de segurança, manifestando maiores níveis de conflito. Por sua vez Zimmermann, (2004) descobriu que adolescentes seguros apresentam amizades próximas e revelam boa elaboração interna do conceito de amizade, sendo que, em contraste, adolescentes inseguros tendem a não valorizar as relações de vinculação ou relações de proximidade, descrevendo-se como emocionalmente independentes, manifestando representações internas baseadas em experiências rejeitantes. Da mesma forma, tendo em conta investigações anteriores, Rubin, Dwyer, Booth-LaForce, Kim, Burgess & Krasnor, (2004) evidenciam que o suporte materno influencia as percepções da qualidade da amizade e a competência social, distinguindo que ter uma amizade caracterizada por zelo, preocupação e validação parece reforçar o modelo de self competente e merecedor formado no seio da relação parental de qualidade. Por sua vez, o estudo de Howes & Aikins, (2002) sugerem que a experiência de pelo menos uma relação positiva com o prestador de cuidados, entre criança-adulto, fornece aparentemente uma base segura para a construção de relações de amizade positivas na adolescência. No que concerne à diferença de géneros,

Saferstein, Neimyer & Hagans, (2005) evidenciaram que raparigas com relações de vinculação seguras apresentam maiores níveis de companheirismo, protecção e maior ligação afectiva com os amigos, sendo que os rapazes tendem a manifestar maior assistência, apoio, e segurança em relação a amigos do mesmo sexo.

Tais resultados sugerem que as diferenças inter-individuais na qualidade da amizade e conceito de amizade, encontram a sua fundação nas diferenças no padrão e organização interna da vinculação com as figuras de vinculação primárias (Zimmermann, 2004; Doyle, Lawford, & Markiewicz, 2009).

De referir, por último, a incidência de pesquisas que realçam o carácter “atenuante” destas relações de proximidade, ao nível da internalização problemática consequente de pobres experiências relacionais. À luz deste efeito, Rubin, & Fredstrom, (2008) destacam que adolescentes com antecedentes de relações de vinculação seguras e com amizades positivas, e adolescentes com vinculação insegura e envolvidos em amizades positivas, manifestam altos níveis de amizade na adolescência, em comparação com adolescentes com relações de vinculação seguras e com amizades menos positivas e adolescentes envolvidos em relações de vinculação insegura relações de amizade insatisfatórias. Neste sentido, também Rubin et al., (2004), descobriram que para adolescentes que relatam dificuldades nas relações parentais, ter uma forte relação de amizade recíproca, «modera» o impacto das auto-percepções negativas e problemas internalizantes. Ainda, Rubin et al., (2004) salientam, tal como os dados evidenciados por Howes & Aikins, (2002), que rapazes adolescentes que experienciam uma vinculação segura com a mãe, e que se encontram envolvidos em amizades com baixa validação e suporte, o modelo de self mercedor, pode de facto conter os efeitos quando as amizades não apresentam qualidade. Por sua vez, também a alta qualidade de amizade em raparigas adolescentes, parece moderar os efeitos negativos do baixo suporte materno, atenuando problemas internalizantes. Percebemos, desta forma, à luz destas investigações que possuir uma amizade recíproca pautada por qualidades positivas, podem de facto, atenuar os efeitos da adversidade familiar (Rubin, Dwyer, et al., 2004; Howes, & Aikins, 2002). Desta forma, consideramos, que adolescentes com relações inseguras com os prestadores de cuidados e sem suporte parental, envolvidos em amizades próximas, podem usufruir das suas relações de amizade para compensar a sua relação inadequada com as figuras parentais (Howes & Aikins, 2002; Rubin et al., 2004).

Por outro lado, deparamo-nos com investigações que salientam a organização de vinculação enquanto moderador de relações insatisfatórias com os pares, ilustrando mais uma vez, a mútua influência das relações de vinculação e de amizade enquanto sistemas de socialização inter-dependentes. A exemplo, o estudo de Boykin, Immele, Smidth, & Allen,

(2006), evidencia a organização da vinculação como moderador das relações entre a qualidade das amizades e o envolvimento em actividades delinquentes e comportamentos desviantes, sugerindo o carácter compensatório das relações de vinculação aquando a experiência insatisfatória com os pares.

Embora a maioria das investigações evidenciem a inter-dependência dos sistemas relacionais de vinculação e de pares, destacam-se, porém, algumas investigações que têm encontrado divergências na predição da ligação (Booth-LaForce & Kerns, 2009). Dentro deste pressuposto, destaca o estudo de Lieberman, Doyle, & Markiewicz (1999), o qual, contrariamente ao hipotetizado, verificou que a prevalência de amizade, não se encontra directamente relacionada com a vinculação segura às figuras parentais. Contudo, no que concerne à qualidade da amizade, os autores realçam que a segurança na vinculação a ambas as figuras parentais, apresenta associação a diversos aspectos positivos envolvidos nas relações de amizade.

Estes resultados divergentes, ainda que moderados, podem sugerir que a segurança na vinculação nem sempre prediz relações de amizade recíprocas, sendo assim importante a consideração de diversos aspectos, como sejam, as diferenças inter-individuais, decurso e características das relações de vinculação, as consequências desenvolvimentais do indivíduo, as características dos amigos e das díades, salientando o valor da investigação futura envolvendo a interacção de tais variáveis aquando a determinação da influência da vinculação ao nível das relações de proximidade.

## 4.5. INSTITUCIONALIZAÇÃO

### 4.5.1. O Acolhimento Institucional: Funcionamento e suas Implicações.

O acolhimento *institucional ou residencial*, resenha uma longa história no decurso das tradições marcadas pelas sociedades ocidentais, assumindo ao longo do tempo, diferentes formatos consoante a sua utilidade social percebida, subjacente às ideologias dominantes de cada contexto sócio-cultural.

Durante um longo período de tempo, a separação do contexto familiar, foi vista como uma solução definitiva para os problemas desencadeados pelas famílias que não se mostravam capazes ou não queriam proporcionar os cuidados necessários aos menores a seu cargo (Martins, 2007). Progressivamente, as mudanças sociais entretanto registadas, o conhecimento alargado das condições e circunstâncias de vida dos menores entregues aos cuidados de entidades externas à

família, abalaram a firmeza desta confiança. Da mesma forma, a par com a investigação no domínio das políticas e ciências sociais e a revelação dos funcionamentos internos das instituições, acentua-se a emergência da prevenção e intervenção alternativa com o objectivo principal de manutenção do menor na sua família ou da sua reintegração no contexto familiar (Martins 2007).

Contudo, o facto de o acolhimento institucional ser considerado por muitos especialistas e técnicos de protecção infantil o último recurso, não o torna numa desfecho necessariamente negativo, podendo até constituir a solução mais adequada em casos transitórios, consistindo um direito recomendado do interesse das crianças e jovens (Martins, 2004; 2007).

Os efeitos da institucionalização prolongada têm sido apontados na literatura, por interferirem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afectivos nas fases subsequentes do decurso da vida. Como sabemos, muitos autores consideram que o ambiente institucional não constitui um ambiente favorável ao desenvolvimento (e.g: Bowlby, 1984; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Martins, 2004). De facto, a investigação neste contexto tem revelado a falta de informação sobre as necessidades das crianças e jovens em perigo, de modo a proporcionar um desenvolvimento integral dos menores acolhidos, evidenciando a necessidade de reorganização e optimização de recursos (Ferreira, 2007). Neste sentido, vários autores destacam, o rácio de jovens vs cuidadores, despersonalização, a rotatividade de turnos que dificultam a prestação de cuidados e atenção individualizada, a falta de actividades planificadas e a fragilidade das redes de apoio social e afectivo, como alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar na criança e adolescente, parecendo dificultar a formação de vínculos estáveis e seguros e da sua reorganização interna (Siqueira e Dell’Aglío, 2006; Martins, 2004). Por sua vez, Yunes, Miranda & Cuello, (2004) apontam que muitas instituições apresentam um quadro de recursos humanos em número insuficiente, o que pressupõe dificuldades no cumprimento das tarefas, destacando que poucos membros da equipa assumem a importância da prestação de cuidados emocionais, da educação para o crescimento psicológico e de experiências compensatórias, terapêuticas e de apoio, apropriadas, enquanto objectivos primordiais do trabalho institucional. Percebemos assim, de acordo com Martins, (2004), que, é, na maioria das vezes negado à criança e adolescente, a satisfação da necessidade de investir o seu afecto numa figura de vinculação, reparadora das ausências e falhas das relações anteriores, na medida em que, são assegurados um afecto e uma disponibilidade *em serviço*, racionalizados, despersonalizados e indisponíveis, sem relações de pertença, inviabilizando a qualidade das relações com os jovens.

Andrade, (1982) destaca que o menor institucionalizado deve encontrar a instituição como um suporte e um apoio, um elemento de segurança de identidade, de inserção social e aquisição.

Segundo o autor, a instituição constitui, para além de um instrumento de organização e controle social, um instrumento de regulação e de equilíbrio da personalidade, acentuando, que o objectivo básico do trabalho institucional é fazer com que a tarefa realizada sirva de meio de enriquecimento e desenvolvimento da personalidade, possibilitando o exercício de relações humanas construtivas, satisfazer necessidades emocionais e minimizar os conflitos psicológicos (Andrade, 1982).

Assim, uma vez que a instituição é necessária, é fundamental que vise assegurar a individualidade e possua uma estrutura material e de funcionários adequadas, bem como adequar e individualizar o atendimento em função das necessidades específicas de cada menor e das suas circunstâncias (Martins, 2007).

Desta forma, a formação continuada da equipe das entidades institucionais, a formação de uma consciência social em prol do bem-estar desta população, considerando as repercussões ao nível do desenvolvimento que o trabalho institucional traz a adolescentes institucionalizados (Yunes et al., 2004) apresentam-se condições necessárias à capacitação do acolhimento institucional. Da mesma forma, considera-se importante o acréscimo do trabalho organizacional de valorização do funcionário e ou monitor, de forma a que não seja um ofício temporário e rotativo, sendo que a efectivação destas acções contribuiria, em grande medida, para a auto-valorização do funcionário e monitor e conseqüentemente, diminuir a possibilidade de rompimento constante de vínculos, capacitar os cuidadores a reflectirem sobre temas que permeiam suas práticas (entre elas o desenvolvimento infantil as teorias implícitas sobre crianças institucionalizadas, trazer as concepções implícitas à consciência dos cuidadores (Martins 2004; Yunes et al., 2004). É preciso considerar também a importância de valorização do auto-conceito e a dignidade dos trabalhadores sociais, os quais serão os reais condutores de interacções e oportunidades de trocas potencialmente sensíveis, afectivas. Já Andrade, (1982), destaca a necessidade de considerar a dinâmica funcional da personalidade dos profissionais da instituição pois servirão de padrão de identificação, visando a restauração da dignidade e a individualidade do menor acolhido.

Impõe-se, assim, necessária a qualificação da equipe técnica dos profissionais das instituições, transformando-a num ambiente de desenvolvimento, instrumentalizando-a e capacitando-a, possibilitando o estabelecimento de relações interpessoais de qualidade com potencial terapêutico, minimizando as dificuldades intra-psíquicas dos jovens acolhidos (Zegers, 2007; Zegers, van IJzendoorn, & Janssens, 2006; Dalbem, & Dell’Aglío, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Martins, 2004).

#### *4.5.2. Institucionalização e Vinculação na Adolescência.*

O processo de institucionalização constitui um tema que tem vindo a ser, de certa forma, negligenciado em Portugal, especialmente quando nos referimos ao domínio afectivo e emocional dos jovens inseridos em contexto institucional (Mota & Matos, 2008). Facto é, que a problemática da institucionalização na adolescência parece estar actualmente presente na realidade de muitas famílias, representando uma dimensão relevante de estudo na actualidade.

Considerando a Teoria da Vinculação, o processo de institucionalização é acompanhado por sentimentos de perda, abandono e solidão, implicando o confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental. Neste sentido, a carência de uma base segura, e a consequente institucionalização potencia um mecanismo de insegurança emocional que poderá conduzir a trajectórias desenvolvimentais desadaptativas (Zegers, 2007). Também de acordo com (Mota e Matos, 2008), a falta de estabilidade e dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento podem estar associados à manifestação de comportamentos desadaptativos, não exercendo a sua função protectora, mas pelo contrário podendo ser entendidos como facilitadores da entrada na vida infracional.

O processo de acolhimento institucional, parece ser experimentado como uma perda ou rejeição do seio familiar, o qual, por muito disfuncional que se manifeste, traduz um sentimento de pertença no mundo interno dos jovens (Mota & Matos, 2008), o que de alguma forma, lhes confere organização interna (Mota e Matos, 2008). Segundo as autoras (2008; 2010), tal sentimento de pertença parece atenuar a desorientação que a falta de confiança estabelece, sendo que adolescentes com base insegura tendem a procurar apoio e protecção, mesmo que essa procura seja efectuada pelo desvio comportamental, manifestando o sentimento de solidão psicológica que o abandono parental confere, revertendo o sofrimento ao nível do comportamento. Percebemos, desta forma, que a institucionalização implica para o jovem, o deslocamento dos seus contextos afectivos, estando muitas vezes as figuras parentais associadas à idealização de suporte afectivo (Mota e Matos, 2010). Neste sentido, equaciona-se que a qualidade da ligação criada, possa inicialmente suscitar sentimentos de revolta e culpabilização pela institucionalização, levando a barreiras emocionais impedindo os adolescentes de aceitar o apoio emocional de adultos exteriores por receio de novos sentimentos de perda (Schuengel & van IJzendoorn, 2001). Neste sentido, os autores distinguem que o impacto da separação depende das representações de vinculação pré-existentes, das experiências durante a separação, do stress vivido dentro da instituição, e da disponibilidade de um suporte de base segura alternativo. Também Zegers, (2007), refere que para além das condições instáveis da instituição

mas, também os sistemas familiares disfuncionais, são condições instáveis que impossibilitam o desenvolvimento de relações de vinculação seguras. Como consequência a confiança e auto-estima pode ser negativamente afectados.

Vários autores têm salientado, atendendo a uma perspectiva de reorganização terapêutica dos laços de vinculação e de adaptação resiliente, que em alguns casos, os jovens são capazes de manter ligações afectivamente duradouras com figuras significativas alternativas, nomeadamente com figuras inerentes à instituição, ultrapassando as barreiras do risco (e.g: Mota e Matos, 2008; 2010; Schuengel & van IJzendoorn, 2001; Siqueira, & Dell’Aglío, 2006; Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Zegers, Janssens, & van IJzendoorn, 2006). Torna-se assim premente a necessidade de estabelecimento de laços afectivos com outras figuras significativas, de forma a diminuir a vulnerabilidade face ao risco das situações que atravessam, conferindo-lhes protecção e suporte, servindo enquanto modelos identificatórios, possibilitando a formação de novos vínculos que servem como recursos de apoio para a reintegração das disrupções nas interacções precoces, podendo estas relações ser vistas como relações terapêuticas (Siqueira & Dell’Aglío, 2008; Zegers, 2007; Rutter & O’Connor, 1999). Na realidade Zegers, (2007 p.5) refere, “*relationships with treatment staff are an important factor for successful treatment of emotionally and behaviourally disturbed adolescents. Treatment staff may stimulate their adolescent to improve their relationship network and may correct problematic behaviour*”.

Importa ainda considerar, de acordo com Zegers, (2007) que dentro destas relações terapêuticas, possíveis figuras de vinculação, quer adolescentes quer os profissionais da instituição, têm a sua representação interna das suas relações prévias e desta relação, as quais vão ser influenciadas pela disponibilidade psicológica dos profissionais para com os adolescentes, bem como a disposição dos adolescentes para confiar em membros específicos da instituição, predizendo as expectativas em torno do estabelecimento da relação. Também de acordo com Schuengel & van IJzendoorn, (2001), uma das implicações fundamentais da teoria da vinculação em contexto institucional, assenta no facto de que as relações entre criança/adolescente e cuidador devem ser estáveis e contínuas, de modo a que estes profissionais sejam capazes de fornecer um suporte de base segura. Deste modo, referem que “*the relationship with a staff member would only be called an attachment relationship, however, if using the staff member as a secure base would be characteristic of their ‘history of interactions’, that is, would be displayed during an extended period of time. The current state of theory prevents as yet a clear answer to the question what amount of time would be needed for a relationship to qualify as one of persistent attachment*” (p.308). Dentro deste contínuo explicativo, Yunes, Miranda, & Cuello, (2004) realçam que o sentimento de investimento de figuras afectivamente

presentes, estabelece um sentimento de segurança emocional que potencia a capacidade adaptativa destes jovens, promovendo o enquadramento do processo de resiliência face ao risco.

Da mesma forma, a disponibilidade, sensibilidade e responsividade destes adultos, capacidade de manifestar atitudes de empatia, reconhecimento das necessidades do outro e expressão de sentimentos de solidariedade, bem como imposição de regras e limites, resultam numa fonte de organização interna dos afectos, promovendo e possibilitando a reestruturação emocional dos jovens acolhidos (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). No mesmo sentido, Dalbem & Dell'Aglio, (2008), acentuam que as experiências primárias de vinculação caracterizadas por falta de responsividade e protecção parental, situações abusivas, exposição a riscos e negligência, não parecem impedir, mais tarde, a formação de novos vínculos significativos. Embora o ambiente institucional não seja compreendido como ideal para o desenvolvimento, os autores destacam, no seu estudo, que a institucionalização foi considerada como uma medida que em muito contribuiu para o bem-estar dos adolescentes institucionalizados, pelo fornecimento de um ambiente mais organizado, com possibilidades de constituir novas relações afectivas, parecendo funcionar como factor protector, favorecendo o desenvolvimento global do jovem (Dalbem & Dell'Aglio, 2008). Ainda, outros estudos, observaram que crianças e adolescentes retirados dos seus lares por motivos de abuso ou negligência e colocadas em instituições que oferecem qualidade na prestação dos cuidados, podem vir a apresentar um desenvolvimento de relações seguras de vinculação a cuidadores substitutos, promovendo os processos de resiliência e reestruturação de vínculos, através do estabelecimento de relações terapêuticas (Howes & Segal, 1993, cit. por Howes & Spieker, 2008; Zegers, 2007). Por outro lado, deparamo-nos com investigações que acentuam a permanência de padrões inseguros de vinculação, consistentes dificuldades relacionais e perturbações a nível comportamental, realçando o impacto do acolhimento precoce e a falta da prestação de cuidados continuados assim como alternância dos cuidadores, impossibilitando o estabelecimento de vínculos (Rutter & O' Conner, 1999).

Atendendo a estas divergências, e à insuficiência de estudos inseridos neste contexto, é assim necessário o desenvolvimento das pesquisas que busquem o aprimoramento deste tipo de investigação, adoptando delineamentos longitudinais que se fazem necessários para que os processos de vinculação na adolescência possam ser compreendidos de forma mais dinâmica e efectiva.

#### 4.5.3. *As Relações de Proximidade em Adolescentes Institucionalizados.*

Ao longo dos anos, a literatura tem vindo a evidenciar que as relações de proximidade podem contribuir, em grande medida, para a reorganização e processos de resiliência dos vínculos afectivos e da estrutura emocional e desenvolvimento adaptativo dos adolescentes institucionalizados (Bronfenbrenner, 1996; Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Mota & Matos, 2008; 2010; Zegers, IJzendoorn & Janssens, 2006; Schuengel & van IJzendoorn, 2001) considerando-se que *“a relação com as figuras que rodeiam os jovens em acolhimento institucional, é indispensável, a disponibilidade e a receptividade e a capacidade de escuta, atitude empática e incondicionalmente aceitante, promove sentimentos de segurança nos jovens, detendo maior receptividade a uma possível ligação futura”* (Mota e Matos, 2008, 2010).

De acordo com a ênfase dada pela Teoria Ecológica (Bronfenbrenner, 1996) aos processos proximais ocorridos em contextos de desenvolvimento e sobretudo tendo em conta a importância do afecto mútuo e recíproco das relações interpessoais, torna-se crucial investir em interações mais estáveis e afectuosas no ambiente institucional, (Bronfenbrenner, 1996) tanto ao nível das relações dos funcionários com os adolescentes, quanto ao nível das relações com os pares. A instituição necessita, portanto, de se incluir enquanto rede de apoio social e afectivo, fornecendo recursos para o confronto com eventos negativos advindos quer das famílias quer do mundo externo, devolvendo aos jovens modelos identificatórios positivos, segurança e protecção. Só desta forma, oferecerá um ambiente propício para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afectivo dos adolescentes inseridos neste contexto (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Como sabemos, por vezes o contacto com o seio familiar é escasso e insuficiente neste contexto, sendo que a verdadeira aceção da família passa a ser criada, em torno das figuras que os jovens entendem como securizantes, e que estão física e emocionalmente próximas. Tal facto faz com que a qualidade da ligação com os funcionários da instituição sejam uma variável de relevo na promoção da segurança dos jovens (Mota e Matos 2010), sendo neste sentido, a identificação afectiva com essas figuras, indispensável na contribuição da escolha das suas trajectórias de vida (Mota e Matos, 2008).

No que concerne à ligação de proximidade e afecto, estas podem ser proporcionadas por funcionários das instituições, como sejam, monitores, técnicos, educadores, sendo que as relações estabelecidas neste contexto podem alcançar a satisfação em muitas dimensões de vinculação, conferindo ao adolescente um maior sentido de segurança e confiança (Mota & Matos, 2008; Dalben & Dell’Aglío, 2008). No que respeita aos efeitos das representações de vinculação dos

jovens para com os cuidadores na instituição, estudos têm constatado que as representações de vinculação se encontram fortemente relacionadas com o aumento da confiança nos monitores, e do fornecimento de modelos de vinculação positivos, predizendo mudanças nas percepções dos adolescentes e (Zegers, IJzendoorn, & Janssens, 2006; Dalbem & Dell' Aglio, 2008; Mota e Matos, 2010). Também a construção da resiliência, o sentimento de pertença e o desenvolvimento de competências sociais proporcionadas pelas relações afectivas com os funcionários, possibilitam aos adolescentes a condução de relações de longo termo, experienciando respostas empáticas face às situações traumáticas, para além de aprender estratégias de coping. Assim, os cuidadores representam figuras que trabalham na reorganização interna das vias de vinculação, moderando os comportamentos e proporcionando «intervencções de ensino terapêutico» (Mota e Matos, 2010). Tal intervençção, de acordo com as autoras, centra-se na transmissãõ de níveis consistentes de segurança para explorar novos comportamentos de vinculaçãõ no sentido de promover a resiliência. Neste sentido, a identificaçãõ afectiva proporcionada pelas relações com estas figuras, manifestam-se relevantes na natureza das trajectórias de vida, potenciando o desenvolvimento da qualidade das relações com o exterior, através do desenvolvimento de competências de comunicaçãõ e confiança (Mota e Matos, 2010).

Ainda, um aspecto de importãncia fundamental a considerar neste domínio é o das relações de pares, cuja importãncia assume máxima expressãõ na adolescência (Martins, 2004). O contacto com os pares, pode configurar um apoio social e afectivo, operando como factor de protecçãõ. Ao conviver com os pares, os adolescentes institucionalizados podem envolver-se em parcerias sociais, partilhando sentimentos positivos e negativos, apoiando-se mutuamente (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Porém, de acordo com Mota e Matos, (2008) estas relações podem manifestar-se demasiado lábeis, apesar de relevantes para o desenvolvimento pisco-afectivo e social, tendendo a ser de pouca durabilidade e consistência, próprias de uma fase de experimentaçãõ e estruturaçãõ interna. Neste sentido, os autores salientam, que embora importantes, as relações de pares, não são relações que possam prever e satisfazer níveis de segurança necessários a vinculações seguras. No entanto, representam um excelente cenário de aprendizagem de competências, de resoluçãõ de dificuldades, de auto-controlo e de manutençãõ de proximidade relacional (Mota e Matos, 2010). Compreendemos, deste modo, que os pares assumem uma parte importante na vida dos adolescentes acompanhando todo o percurso de alterações cognitivas, sócio-emocionais, familiares, vocacionais, e de imagem de si próprio, desafiando o sentido da identidade e da auto-estima, mudançães estas que aumentam a capacidade do estabelecimento de relações de vinculaçãõ entre os jovens e os pares (Mota e Matos, 2010). Por sua vez, Tomazoni e Vieira, (2004), acentuam que as relações entre pares nas instituições estabelecem-se de forma

semelhante às relações de vinculação primárias, em que se procura conforto e segurança na interação, e cumplicidade e reciprocidade entre os jovens, relações estas que parecem ter impacto ao nível da adaptação dos adolescentes ao contexto institucional e no processo de resiliência. Tal como revelam Mota e Matos, (2010, p.251) *“a proximidade que pauta esta relação advém de uma vivência diária com os jovens, pelo que os funcionários da instituição podem ser mais ou menos percebidos num papel de parentalidade sempre que se encontram disponíveis para conter as angústias, medos, expectativas e alegrias dos jovens. Destacamos que a qualidade desta relação para além de carinho e afecto aporta também elementos referentes aos limites sendo consideradas questões extremamente organizadoras no mundo destes jovens”*. Assim, a qualidade desta relação, o carinho e afecto transmitido, são elementos de suporte e indicadores de ajustamento pessoal e social, sendo extremamente organizadores no mundo dos adolescentes acolhidos (Mota e Matos, 2010; Schuengel e van IJzendoorn, 2001).

Torna-se assim fundamental o melhor conhecimento da organização emocional e social do processo de institucionalização, salientando o importante papel das figuras exteriores à família, e a interação entre os sistemas relacionais e sociais, como sejam, a família, os amigos e a instituição, dando ênfase às relações na instituição, as quais têm pouco figurado ao longo da literatura enquanto predictoras de processos de resiliência e formação de novos relacionamentos afectivos.

## 5. Objectivo e Hipóteses

O presente estudo tem por objectivo analisar de que forma a qualidade da vinculação com as figuras significativas se relaciona com a qualidade da amizade em adolescentes institucionalizados. Pretende-se, assim, perceber que representações de vinculação têm adolescentes em regime de acolhimento institucional, afastados e privados das suas figuras significativas, e como estas representações influenciam o estabelecimento de relações sociais com o grupo de pares, nomeadamente as relações de amizade. Da mesma forma, pretende-se averiguar a influência do contacto familiar que os adolescentes mantêm, assim como a possível interferência das figuras significativas pertencentes, ou não, ao sistema familiar, ao nível das representações de vinculação, e ao nível das relações de amizade e qualidade da mesma.

Estabeleceu-se, assim, a seguinte hipótese:

*Hipótese 1*- A segurança da vinculação está relacionada com a qualidade da amizade.

## 6. Método

### 6.1. Participantes

O presente estudo, contou com a participação de 78 adolescentes em regime de acolhimento institucional, sendo 32 do sexo masculino e 46 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade com uma média de idades de aproximadamente 15 anos. A recolha de dados foi realizada em 6 Instituições/Lares de Crianças e Jovens do Distrito de Santarém, sendo que, a selecção destas mesmas entidades e da amostra, foi realizada por razões de conveniência. Procedeu-se à recolha de dados junto de várias entidades, em locais diferentes do Distrito de modo a conseguir um maior número de participantes.

Para o melhor entendimento dos participantes deste estudo, as tabelas seguintes mostram as características demográficas da amostra total (*ver tabelas 1 e 2*).

Observou-se uma predominância de sujeitos com 13 e 16 anos de idade, como é possível verificar no Quadro 1, onde se apresenta a distribuição da amostra por idade.

**Tabela.1** – *Distribuição da Amostra por Idade*

<b>Idade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
12	9	11,5 %
13	19	24,4 %
14	12	15,4 %
15	14	18 %
16	16	20,5 %
17	2	2,6 %
18	6	7,6 %
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>

Relativamente aos dados sócio-demográficos dos sujeitos da amostra, a tabela 2, permite-nos verificar que a maioria dos sujeitos envolvidos nesta investigação são de etnia caucasiana e de nacionalidade portuguesa, encontrando-se na sua totalidade integrados na escolaridade obrigatória, denotando-se maior incidência no 9º ano, seguido do 6º ano de escolaridade. No que concerne ao contacto com a família, observamos, que existem mais sujeitos que mantêm

contacto com a sua família (nuclear ou alargada) N= 46; (59%), sendo que as figuras significativas mais expressivas são pai e mãe N= 35; (44,9%); N= 42; (53,9%) respectivamente.

**Tabela. 2** – *Características Sócio-Demográficas da Amostra*

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<b><i>Etnia</i></b>		
Caucasiana	73	93,6%
Africana	5	6,4%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>
<b><i>Nacionalidade</i></b>		
Portuguesa	78	100%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>
<b><i>Habilitações Literárias</i></b>		
5º ano	6	7,7%
6º ano	17	21,9 %
7º ano	15	19,2%
8º ano	11	14,1%
9º ano	18	23%
10ºano	6	7,7%
11ºano	4	5,1%
12ºano	1	1,3%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>
<b><i>Contacto com a Família</i></b>		
Sim	46	59%
Não	32	41%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>
<b><i>Figura Significativa Masculina</i></b>		
Pai	35	44,8%
Avó	8	10,3%
Tio	8	10,3%
Padrasto	5	6,4%
Irmão	2	2,6%
Padrinho	5	6,4%
Tutor	1	1,3%
Monitor	4	5,1%
Educador/Psicólogo	2	2,6%
Família de Afecto	8	10,3%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>
<b><i>Figura Significativa Feminina</i></b>		
Mãe	42	53,8%
Avó	6	7,7%
Tia	3	3,8%
Madrasta	1	1,3%
Prima	2	2,6%
Madrinha	3	3,8%
Monitora	9	11,5%
Educadora/Psicóloga	6	7,7%
Família de Afecto	6	7,7%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>

## 6.2. Instrumentos

Para a concretização dos objectivos desta investigação, assim como para a validação das hipóteses formuladas, procedeu-se à utilização de dois instrumentos, designadamente a *Escala de Vinculação de Kerns et al, (KSS, 1996)*, adaptado por Santos et al. (ISPA, 2009), e o *Questionário da Qualidade da Amizade (FQQ, Parker & Asher, 1989)* em adaptação por Santos e colaboradores (ISPA, 2011).

A *Escala de Vinculação de Kerns et al.,(1996)*, foi concebida para avaliar as percepções de base segura de crianças e jovens, relativamente a ambas as figuras parentais, ou figuras de referência, (uma feminina e uma masculina), avaliando, portanto, a segurança de relações específicas de vinculação.

A escala é constituída por 15 itens, com respostas avaliadas numa escala tipo Likert de 4 pontos, adoptando o formato de Susan Harter, (1982), “*Alguns jovens*” ... “*Outros jovens*”. São apresentados dois tipos de frases, caracterizando dois tipos de jovens e dois tipos de situações, e.g: “*Alguns jovens acham fácil confiar nas suas mães MAS Outros jovens não têm a certeza se podem confiar nas suas mães*”, sendo-lhes solicitado para indicar com qual das frases mais se identificam, e que tipo de jovem lhe é mais característico. No momento seguinte, depois de escolherem a frase que lhes é representativa, é-lhes pedido para indicar se o conteúdo da frase é realmente verdadeiro mais ou menos verdadeiro, estes designados por “exactamente como eu” ou “mais ou menos como eu” respectivamente (Kerns; Klepac; & Cole, 1996).

Os itens apresentados pela escala de segurança compreendem, segundo os autores, três tipos de constructos a ser avaliados, sendo eles: a) o grau/nível em que cada jovem acredita que uma figura particular de vinculação é responsiva e disponível (e.g: preocupação quanto à presença e disponibilidade da figura vinculativa em caso de necessidade); b) a tendência para confiar na figura de vinculação em situações de stress (e.g: se existe procura a tal figura quando chateado); e c) se o jovem manifesta facilidade e interesse em comunicar com a figura vinculativa (e.g: se o jovem gosta de contar à figura de vinculação o que está a pensar e a sentir). É um instrumento que avalia as dimensões comportamentais, cognitivas e afectivas das relações actuais do adolescente com as suas figuras de vinculação. Os resultados variam de 1 a 4 valores, sendo que, quanto mais alto for o resultado e valor apresentado, maior nível de segurança apresenta a relação de vinculação com a respectiva figura parental ou figura de referência (Kerns; Klepac; & Cole, 1996).

Nesta investigação, no que respeita à consistência interna da escala, observamos um  $\alpha$  de *Cronbach* de 0,89, M=2,73 e DP=,72, para a escala paterna, sendo que para a escala materna, verificámos um  $\alpha$  de *Cronbach* de 0,87, M=2,78 e DP=,71.

O *Questionário da Qualidade da Amizade (FQQ, Parker & Asher, 1989)*, permite aceder às percepções que as crianças e jovens têm de vários aspectos qualitativos da sua melhor amizade. O FQQ (Friendship Quality Questionnaire) é compreendido por 41 itens, os quais são mensurados numa escala tipo Likert de 5 pontos, na qual o 1 corresponde ao “Nada Verdadeiro” e o 5 ao “Muito Verdadeiro”, avaliando o grau de veracidade correspondente a uma qualidade particular das relações com um amigo específico, e.g: “*Eu e o(a) Maria escolhemo-nos sempre um ao outro para parceiros nas coisas*”. Em cada pergunta é solicitado ao jovem que qualifique, tendo por base esta escala, a sua relação de amizade, completando a totalidade do questionário, referindo-se a um único amigo(a) específico(a), cujo nome é indicado no início do questionário e preenchido ao longo do mesmo, em cada item individualmente (Parker & Asher, 1993).

De referir que, a alusão à especificidade da amizade, é requerida com o intuito de desencorajar o jovem a completar o questionário com base numa representação interna de um amigo estereotipado ou idealizado. De acordo com Parker & Asher, (1993), normalmente, o amigo escolhido tende a ser o melhor amigo recíproco, tal como foi determinado pela avaliação sociométrica.

O questionário é constituído por 6 sub-escalas, nas quais se insere um variado número de itens ao longo do questionário, nomeadamente *Trocas Íntimas*, sub-escala que procura saber até que ponto a relação é caracterizada pela revelação de sentimentos, pensamentos e trocas de informações pessoais; *Resolução de Conflitos*, a qual propõe avaliar até que ponto os desentendimentos e discussões são eficazmente esclarecidos; *Companheirismo e Distração/Entretenimento*, a qual avalia a quantidade de tempo agradável que passam um com o outro; *Validação e Preocupação*, percebendo até que ponto a relação é caracterizada por preocupação, apoio e interesse; *Ajuda e Orientação*, analisando até que ponto se esforçam para apoiar e ajudar-se mutuamente em determinadas situações, e por último, *Conflito e Traição*, sub-escala que avalia o nível de discussões e desentendimentos envolvidos na relação (Parker & Asher, 1993).

Ao nível da consistência interna do instrumento, verificamos neste estudo, relativamente às várias dimensões do instrumento os seguintes  $\alpha$  de *Cronbach*: na sub-escala *Preocupação e Validação* um  $\alpha = 0,88$ , M=3,54 DP=,74 ; a sub-escala *Conflito e Traição* apresenta um  $\alpha=0,87$  M=1,85 DP=,88 ; na sub-escala *Ajuda e Orientação* observa-se um  $\alpha= 0,92$  M= 3,69, DP= ,98, e ao nível

da sub-escala *Trocas Íntimas* verifica-se um  $\alpha=0,91$   $M=4,08$  e um  $DP=,97$ , apresentando-se indicadores satisfatórios de consistência interna. Relativamente à sub-escala *Resolução de Conflitos* observamos um  $\alpha=0,54$ ,  $M=3,71$ ,  $DP=,93$ , e na sub-escala *Companheirismo e Distracção*, um  $\alpha=0,52$ ,  $M= 2,54$ ,  $DP= ,76$  4, os quais apresentando um  $\alpha$  de Cronbach mais baixo, sendo assim, indicadores mais frágeis da consistência interna neste estudo.

**Tabela 3** - *Sub-Escalas do FQQ - Itens Correspondentes.*

<i>Escala</i>	<i>Sub- Escalas</i>	<i>Itens Correspondentes</i>
<i>Questionário da Qualidade da Amizade (FQQ)</i>	Validação e Preocupação	4; 5; 6; 8; 10; 12; 13; 15; 30 e 41
	Resolução de Conflitos	11; 26 e 35
	Conflito e Traição	3; 9;20;21; 27; 31;37
	Ajuda e Orientação	17;18;24;28;32;33;34;36;39
	Companheirismo e Distracção	2;7;19;22;23
	Trocas Íntimas	14;16;25;29;38;40

### 6.3. Procedimento

De forma a obter uma amostra representativa da população que se pretendia estudar, foram contactadas 6 Instituições de Acolhimento/Lares de Crianças e Jovens, localizadas no Distrito de Santarém, solicitando-se disponibilidade de forma a obter a autorização para a realização deste estudo, nomadamente a recolha da amostra representativa. Neste seguimento, foram enviadas as cartas dos pedidos de autorização e esclarecimento do estudo a efectuar e instrumentos a utilizar às respectivas Instituições. Após o contacto inicial e concedida a aprovação dos respectivos Directores das Instituições, procedeu-se à recolha de dados em espaço institucional, sendo que as datas e horários calendarizados, foram agendados de acordo com a disponibilidade e conveniência dos intervenientes.

A aplicação de cada um dos instrumentos foi efectuada em pequenos grupos de jovens, máximo 5 jovens por grupo, e em alguns casos administrado individualmente, dependendo tal facto da disponibilidade dos mesmos e do funcionamento da instituição. Antes da aplicação foi devidamente explicitado o teor de cada instrumento, e as respectivas instruções de aplicação, reforçando-se o facto de se tratar de questionários anónimos, de modo a que as respostas dadas pelos jovens fossem as mais verdadeiras possíveis. No decorrer da aplicação em grupo, os jovens

foram devidamente separados uns dos outros, de forma a terem a sua privacidade e a responderem em consciência. O tempo de aplicação dispendido em cada uma das provas foi aproximadamente 30 minutos, sempre na presença da investigadora.

Da mesma forma, foi garantida, a todos os jovens e respectivos super intendentos de cada Instituição, a confidencialidade das informações obtidas, tendo sido, de igual forma, apresentada a total disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional, como também providenciar e dar a conhecer os resultados e esclarecimentos obtidos pela investigação.

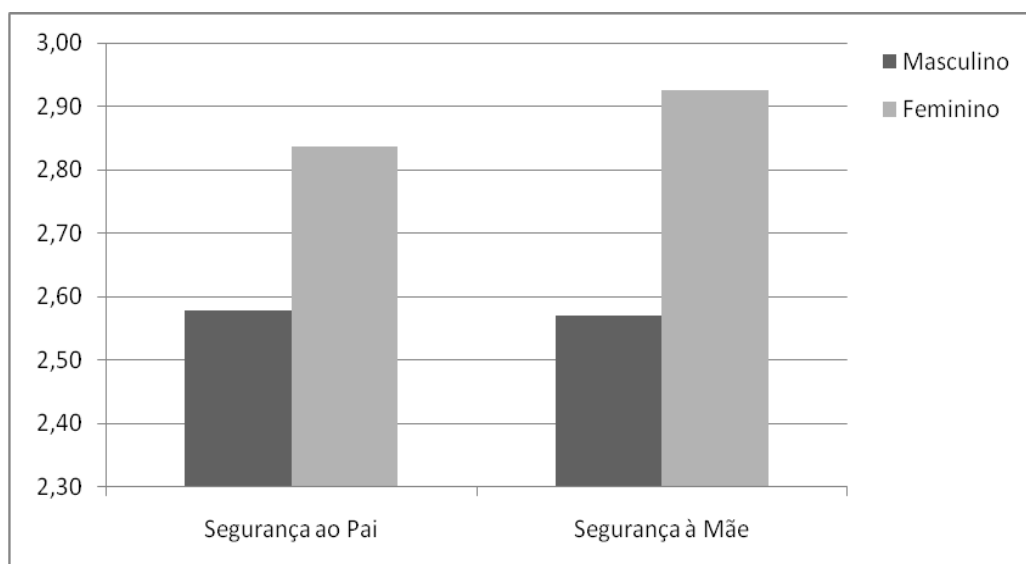
## 7. Resultados

### 7.1. Diferenças de Géneros

#### 7.1.1- Comparação entre Géneros para as Representações de Vinculação em jovens Institucionalizados.

Para averiguar se existem diferenças entre géneros, relativamente à segurança na vinculação em jovens institucionalizados, efectuou-se uma ANOVA (análise de variância), na qual se verificou não existir diferenças estatisticamente significativas entre géneros para a segurança ao pai ( $F(1,76)=2.48$ ;  $p=.12$ ), embora as raparigas apresentem um valor mais elevado na segurança à figura significativa masculina. Relativamente à segurança à mãe, observam-se diferenças estatisticamente significativas entre géneros ( $F(1,76)=4.93$ ;  $p=0.03$ ), verificando-se mais uma vez, que as raparigas apresentam uma média mais elevada do que os rapazes na segurança à figura significativa feminina (ver fig 1).

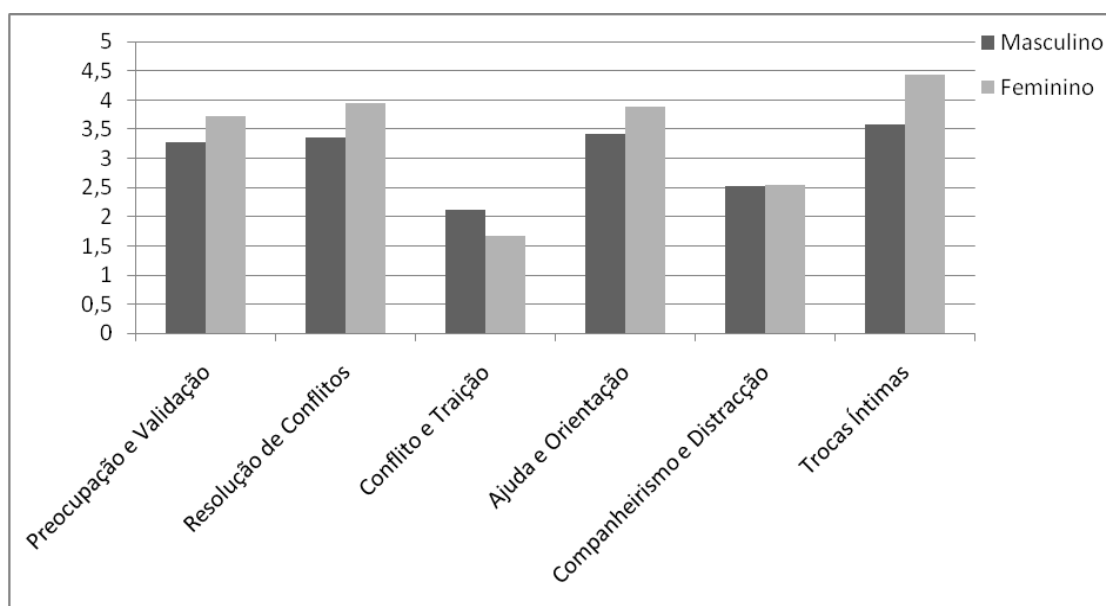
**Figura 1. Diferenças de Géneros na Segurança ao Pai e à Mãe.**



#### 7.1.2- Comparação entre Géneros relativamente à Qualidade de Amizade em jovens Institucionalizados.

Para avaliar as diferenças entre géneros ao nível da qualidade de amizade, realizou-se uma ANOVA (Análise de Variância), tendo-se verificado diferenças significativas para todas as dimensões (sub-escalas) da escala da qualidade de amizade, à excepção da dimensão *Companheirismo e Distração*  $F(1,76)=.02$ ;  $p=0.88$ .

**Figura. 2.** Diferenças entre Géneros na Qualidade da Amizade.



Como se pode verificar na figura 2, é possível observar que as raparigas manifestam valores mais elevados nas dimensões, *Preocupação e Validação*  $F(1,76)= 7.83$ ;  $p=.006$ , *Resolução de Conflitos*,  $F(1,76)= 8.35$ ,  $p= .005$ ); *Ajuda e Orientação*  $F(1,76)=4.68$ ,  $p=.034$ ) e *Trocas Íntimas*  $F(1,76)= 17.85$ ;  $p=.000$ ), denotando-se, da mesma forma, diferenças significativas entre géneros ao longo das respectivas dimensões apresentadas.

Por sua vez, verificamos que os rapazes apresentam níveis mais altos na dimensão *Conflito e Traição*  $F(1,76)=5.28$ ;  $p=.024$  em comparação com as raparigas o que de igual forma, se encontra em conformidade com estudo de Parker & Asher, (1993), e com o estudo de Rabaglietti & Ciairano, (2008).

## **7.2- Correlação entre as Representações de Vinculação e a Qualidade de Amizade para a amostra total.**

Para avaliar as associações existentes entre a segurança da vinculação e a qualidade das relações de amizade, realizou-se uma análise de *Correlações de Pearson*, de onde se verificou não existirem diferenças significativas entre as duas dimensões em estudo, não existindo, portanto nenhuma relação entre a segurança ao pai e à mãe e a qualidade da relação de amizade ao par (ver tabela 4).

**Tabela 4.** Correlações entre as Escalas da Vinculação e da Amizade para a amostra total.

	Preocupação e Validação	Resolução de Conflitos	Conflito e Traição	Ajuda e Orientação	Compan. e Distracção	Trocas Íntimas
Seg. Pai	,07	,08	-,18	,10	,10	,11
Seg. Mãe	,06	,15	-,19	,01	-,01	,13

Desta forma, de acordo com os dados apresentados na tabela, ao contrário do esperado, verificamos que as associações significativas entre a segurança na vinculação e a qualidade de amizade são inexistentes em todas as dimensões da escala da amizade, traduzindo que as representações de vinculação de adolescentes em contexto de acolhimento institucional com as suas figuras significativas não predizem a relação e a qualidade de amizade com o par.

### **7.3. Diferenças na Segurança ao Pai e à Mãe em função do Contacto Familiar (Com contacto familiar vs Sem contacto familiar)**

Para determinar a existência de diferenças na segurança ao pai e à mãe (figuras significativas) entre adolescentes institucionalizados que têm contacto com a família e adolescentes que não têm contacto familiar realizou-se uma Anova, não se tendo verificado diferenças significativas entre a manutenção do contacto e proximidade familiar e a inexistência de relacionamento e contacto com o sistema familiar, no que respeita à segurança com as figuras significativas: - segurança à mãe  $F(1,76)=.14$ ;  $p= .71$ , segurança ao pai,  $F(1,76)=.00$ ;  $p=.95$ . É assim possível verificar que, no que se refere às representações de vinculação para com as figuras significativas, o facto destes adolescentes em regime de acolhimento institucional manterem, ou não, contacto e proximidade com o sistema familiar e respectivos membros, não se apresenta uma variável expressiva nem significativa ao longo do estudo, não tendo sido portanto expressado o seu impacto.

### **7.4. Diferenças na Segurança ao Pai e à Mãe em função das Figuras Significativas**

#### **7.4.1 Diferenças na Segurança à mãe e ao pai em função da Figura Significativa Paterna (Figura significativa é Familiar vs Não Familiar)**

De forma a perceber a existência de diferenças na segurança ao pai e à mãe tendo em conta a figura significativa Paterna (masculina) enquanto membro familiar ou não familiar, devido à diversidade de figuras significativas referidas pelos adolescentes, procedeu-se à realização de uma análise de variância, Anova, não se distinguindo diferenças significativas, no que respeita à figura significativa Paterna (masculina), entre os adolescentes que referem as figuras significativas

enquanto membros familiares e não familiares: segurança à mãe  $F(1,76)=.01$ ;  $p=.92$  ; segurança ao pai  $F(1,76)=.33$ ;  $p=.57$ . Observamos, porém, valores médios mais elevados na segurança ao pai e à mãe enquanto figuras não familiares, o que de alguma forma, contrapõe a importância das primeiras relações familiares, podendo suscitar, uma reestruturação do vínculo afectivo por parte de alguns adolescentes ao encontrarem suporte em figuras externas à família. Contudo, aferimos, que ao nível da segurança às figuras significativas, o facto da mesma ser membro familiar ou não familiar, não parece apresentar relevância, não se apresentando expressiva ao longo desta amostra.

#### **7.4.2. Diferenças na segurança ao pai e à mãe em função da Figura Materna**

##### **(Figura significativa é Familiar vs Não Familiar)**

De modo a analisar a existência de diferenças na segurança ao pai e à mãe tendo em conta a figura significativa Materna (feminina) como familiar ou não familiar, efectuou-se uma Anova onde, de igual forma, não foram encontradas diferenças significativas: segurança à mãe,  $F(1,76)=.61$ ;  $p=.44$ ; segurança ao pai,  $F(1,76)=.50$ ;  $p=.48$ . Embora se verifiquem valores médios mais elevados na segurança à mãe como figura significativa não familiar, e na segurança ao pai valores mais elevados enquanto figura familiar, denotando-se preferência para a figura paterna enquanto membro familiar em detrimento da materna, mais uma vez denotamos que o facto da figura significativa pertencer ao sistema familiar ou não, não evidencia expressividade ao nível da segurança da vinculação nestes adolescentes.

#### **7.5. Diferenças nas dimensões da escala da amizade em função do Contacto Familiar**

##### **(Com Contacto Familiar vs Sem Contacto Familiar)**

De forma a averiguar a existência de diferenças nas várias dimensões da escala da amizade entre adolescentes que mantêm contacto e proximidade com a família, e adolescentes que não têm qualquer contacto familiar, efectuou-se uma Análise de Variância (Anova), não se verificando diferenças significativas na totalidade das dimensões da escala, distinguindo-se porém, uma tendência na sub-escala *Ajuda e Orientação*  $F(1,76)=3.55$ ;  $p=0.06$ . Estes resultados, parecem revelar que a proximidade e o contacto com a família tende a influenciar, de alguma forma, as relações de amizade ao nível das intenções de ajuda mútua, da reciprocidade, do apoio em diversas tarefas, ou seja, aspectos mais organizadores que intentam ao suporte e companheirismo relacional, que compõem esta dimensão da escala da amizade. Verificamos, de igual forma, valores mais elevados na totalidade das dimensões da escala da amizade onde os adolescentes mantêm proximidade e contacto familiar, indo ao encontro da importância do suporte e

contribuição das relações familiares que tanto insiste a literatura, na construção de relações de proximidade, como as relações de amizade. Destaca-se, porém, na sub-escala *Conflito e Traição* valores equivalentes ao nível do contacto familiar vs sem contacto familiar, dimensão esta que, apesar de envolver o nível de conflitos e divergências presentes na relação, enfatiza a oportunidade de aperfeiçoamento relacional através da resolução dos mesmos, parecendo não haver diferenças ao nível da importância do contacto familiar neste domínio (ver tabela 5).

**Tabela 5.** Diferenças nas sub-escalas da amizade, em função do contacto familiar.

		N	Média	DP	F	Sig.
<b>Preocupação e Validação</b>	C/ Contacto Familiar	46	<b>3,65</b>	,75	2,30	,13
	S/ Contacto Familiar	32	3,39	,72		
<b>Resolução de Conflitos</b>	C/ contacto Familiar	46	<b>3,73</b>	,96	,04	,84
	S/ Contacto Familiar	32	3,69	,91		
<b>Conflito e Traição</b>	C/ Contacto Familiar	46	1,87	,85	,03	,87
	S/ Contacto Familiar	32	1,83	,95		
<b>Ajuda e Orientação</b>	C/ Contacto Familiar	46	<b>3,87</b>	,94	3,554	<u>,063</u>
	S/ Contacto Familiar	32	3,45	1,01		
<b>Companheirismo e Distracção</b>	C/ Contacto Familiar	46	<b>2,63</b>	,75	1,88	,18
	S/ Contacto Familiar	32	2,40	,77		
<b>Trocas Íntimas</b>	C/ Contacto Familiar	46	<b>4,21</b>	,88	1,91	,17
	S/ Contacto Familiar	32	3,91	1,07		

Nota: \*  $p \leq ,05$  \*\*  $p \leq ,01$  \*\*\*  $p \leq ,001$

## 7.6. Diferenças nas dimensões da escala da amizade em função das Figuras Significativas (Familiar vs Não Familiar)

### 7.6.1. Diferenças nas dimensões da escala de amizade em função da Figura Significativa Paterna

#### (Figura Significativa Familiar vs Não Familiar)

Para averiguar a existência de diferenças nas várias sub-escalas da amizade tendo em conta a figura significativa *paterna* enquanto membro familiar vs não familiar, realizou-se uma Anova, evidenciando-se diferenças estatisticamente significativas na dimensão *Companheirismo e Distracção*,  $F(1,76)=11.11$ ;  $p=.001$ , distinguindo-se, de igual forma, uma tendência na dimensão *Ajuda e*

*Orientação*,  $F(1,76)=3.30$ ;  $p=0.07$ ). Podemos assim perceber, que a relação com a figura paterna enquanto membro familiar, parece influenciar aspectos interaccionais e lúdicos envolvidos nas relações de amizade, bem como o nível de partilha, ajuda e suporte mútuo em termos de uma relação validativa e encorajadora, orientada para a acção. Tal como verificamos na análise anterior, existe uma tendência ao nível do contacto familiar na dimensão *Ajuda e Orientação*, expressa agora através da importância da figura paterna enquanto membro familiar, a qual se apresenta semelhante na intenção de cooperação e suporte, confirmando mais uma vez a importância e a influência da dinâmica relacional do sistema familiar nas relações de proximidade.

**Tabela. 6. Diferenças na escala da amizade considerando a figura paterna enquanto familiar vs não familiar**

		N	Média	DP	F	Sig.
<b>Preocupação e Validação</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>3,56</b>	,78	,18	,67
	Figura significativa Não Familiar	20	3,48	,61		
<b>Resolução de Conflitos</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>3,73</b>	,94	,07	,79
	Figura significativa Não Familiar	20	3,67	,89		
<b>Conflito e Traição</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>1,95</b>	,97	2,39	,13
	Figura significativa Não Familiar	20	1,59	,52		
<b>Ajuda e Orientação</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>3,81</b>	,95	3,30	<u>,07</u>
	Figura significativa Não Familiar	20	3,36	1,02		
<b>Companheirismo e Distracção</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>2,70</b>	,72	11,114	,001***
	Figura significativa Não Familiar	20	2,08	,70		
<b>Trocas Íntimas</b>	Figura significativa Familiar	58	<b>4,13</b>	,96	,41	,52
	Figura significativa Não Familiar	20	3,97	,99		

Nota: \*  $p \leq ,05$  \*\*  $p \leq ,01$  \*\*\*  $p \leq ,001$

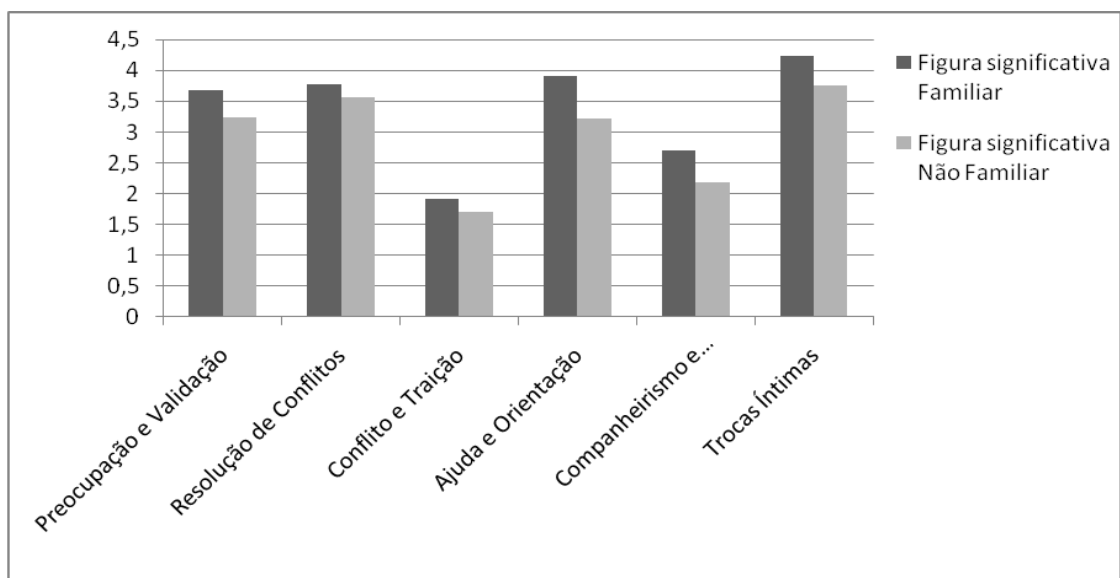
### 7.6.2. Diferenças nas dimensões da escala de amizade em função da Figura Significativa Materna

#### (Figura Significativa Familiar vs Não Familiar)

De modo a averiguar a existência de diferenças significativas nas sub-escalas da amizade, considerando a figura significativa *materna* enquanto membro familiar vs não familiar, procedeu-se, mais uma vez, à realização de uma análise de variância Anova, tendo-se verificado a existência

de diferenças estatisticamente significativas nas dimensões *Validação e Preocupação*  $F(1,76)=6.05$ ;  $p=.02$ , *Ajuda e Orientação*,  $F(1,76)=8.81$ ;  $p=.004$ ; *Companheirismo e Distração* ( $F(1,76)=7.92$ ;  $p=.006$ ) e *Trocas Íntimas*  $F(1,76)= 4.38$ ;  $p=0.40$ . À luz destes resultados, compreendemos que a figura materna parece deter bastante influência ao nível das relações de proximidade, manifestando expressividade significativa em vários aspectos qualitativos da amizade, nomeadamente aspectos mais íntimos e relacionais, construídos e fortalecidos nas relações primárias (ver figura 3).

**Figura.3.** Diferenças na escala da amizade considerando a figura materna enquanto familiar vs não familiar



## 8. Discussão

Esta investigação, teve como objectivo primordial verificar a existência de associação entre as representações de vinculação e a qualidade da amizade em adolescentes institucionalizados, analisando a influência da segurança da vinculação às figuras significativas, ao nível de vários aspectos qualitativos das suas relações de amizade. Os resultados encontrados, ao contrário do esperado, evidenciaram a inexistência de correlações significativas entre a segurança na vinculação e a qualidade da amizade, traduzindo que as representações de vinculação de adolescentes em contexto de acolhimento institucional com as suas figuras significativas não predizem a qualidade e a relação de proximidade com o par, não se verificando, portanto, relação entre os sistemas de socialização.

Contudo, tais resultados não ficam à mercê de esclarecimento e consideração, alertando-nos para importantes questões, de alguma forma previsíveis e expectáveis, atendendo ao contexto no qual se encontram inseridos estes adolescentes. Acresce, o facto da inacessibilidade das histórias anteriores e das relações familiares destes adolescentes, permite-nos equacionar diferentes hipóteses como possíveis explicações para os resultados obtidos.

Considerando os episódios de privação e das disrupções relacionais experienciadas, decorrentes do acolhimento institucional, podemos pensar que os dados observados entram em conformidade com a importância da relação de base segura primária, com a qualidade das interações precoces, e dos cuidados continuados, com a estabilidade a nível relacional afectivo e dinâmica familiar, condições estas de que estes adolescentes poderão ter privado e continuam a privar para o seu pleno desenvolvimento emocional e social.

Como enfatizado pela Teoria da Vinculação, a qualidade da relação primária e o fornecimento de cuidados parentais de qualidade, contínuos, responsivos e sensíveis aos sinais emocionais e necessidades das crianças, potenciam o aumento de competências pessoais e sociais, promovendo o desenvolvimento de experiências e sentimentos relacionais semelhantes nas relações de proximidade com os pares (Bowlby, 1969; Sroufe, Egeland & Calson, 1999; Dunn, 2004; Booth-LaForce & Kerns, 2009) nomeadamente nas amizades, inferindo em aspectos que caracterizam a qualidade da mesma (Sroufe, 2005; Rubin, Bukowski, & Parker, 2006; Rubin et al., 2004; Dwyer et al., 2010).

Neste sentido, é assim provável, de acordo com os pressupostos da teoria bowlbyana, que a segurança, suporte e intimidade que caracterizam as relações seguras nas experiências de vinculação primárias, bem como os modos de organização interna ao nível emocional, afectivo e cognitivo, moldem a natureza das relações de intimidade, influenciando o decurso das relações de amizade.

Atendendo a tais pressupostos, e uma vez reconhecida a importância da relação de vinculação primária, cuidados parentais contínuos e de um sistema familiar equilibrado no desenvolvimento do adolescente, concebemos que o acolhimento institucional não se evidencia um contexto de desenvolvimento, na medida em que implica a ruptura de laços afectivos familiares, e a confrontação com a perda e abandono, com a destruturação das suas estruturas familiares às quais sentia pertença, desorganizando internamente o adolescente, detendo o seu percurso desenvolvimental psíquico e emocional, e assim desfavorecendo o estabelecimento de relações. Na realidade, sabemos que muitos autores defendem que o ambiente institucional não constitui o melhor ambiente de desenvolvimento, (Bowlby, 1984; Bronfenbrenner, 1996; Martins, 2004; Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Zegers, 2007) expondo a necessidade de reprodução de um ambiente familiar, que promova a reestruturação dos vínculos afectivos e a reorganização interna do adolescente às adversidades do acolhimento institucional.

A relação de qualidade com o sistema familiar também se evidencia fundamental para o desenvolvimento saudável do adolescente, na medida em que, é o primeiro sistema social com o qual o indivíduo em desenvolvimento interage. Nas palavras de Bronfenbrenner, (1996) a família constitui um sistema dinâmico e em interacção, envolvendo vários contextos e vários papéis, e um complexo de relações inter-pessoais, que contribuem para o desenvolvimento dos processos proximais, os quais encontram os processos de desenvolvimento através da reciprocidade, equilíbrio e relação afectiva. De acordo com o autor, estas características permitem com que o sistema familiar se mantenha estruturado afim de promover o desenvolvimento saudável. Neste sentido, a instituição, encontra, na maioria das vezes, dificuldades no fornecimento dos equivalentes necessários do sistema familiar ao nível do relacionamento afectivo, dinâmica, equilíbrio e reciprocidade, bem como na prestação de uma atenção e cuidados individualizados, podendo assim deter e não promover os processos desenvolvimentais. Assim, evidenciam-se como algumas condições que inviabilizam o desenvolvimento neste contexto, o atendimento padronizado, o alto ratio de adultos vs adolescentes, rotatividade dos funcionários, falta de recursos e formação atendendo à situação social e emocional destes jovens, os quais dificultam a prestação de cuidados e atenção individualizada, afigurando-se como condições e aspectos relacionados aos prejuízos da vivência institucional, afectando a formação de vínculos estáveis e seguros (Siqueira & Dell’Aglío, 2006; Martins, 2004). Ainda, Yunes, Miranda & Cuello, (2004) acrescentam um quadro de recursos humanos em número insuficiente, o que pressupõe dificuldades no cumprimento das tarefas, realçando também os escassos membros da equipa que compõem os centros de acolhimento, que assumem a importância da prestação de cuidados emocionais para o crescimento psicológico. De acordo com Martins, (2004), de facto, alguns

profissionais chegam a exprimir reservas sobre o envolvimento em relações de proximidade com adolescentes institucionalizados, receando a repetição traumática da separação, sendo assim negado, de certa forma, ao adolescente a satisfação da necessidade de investir o seu afecto numa figura de vinculação reparadora das ausências e falhas das relações anteriores. São pois, assegurados um afecto e disponibilidade em serviço racionalizados e despersonalizados, sem relações de pertença inviabilizando a qualidade das relações com os jovens. Segundo a autora, as dinâmicas institucionais, caracterizadas por um número excessivo menores cuidados por vários adultos, e pela sua conflitualidade latente, não facilitam o estabelecimento de relações de proximidade afectiva, de vínculos ou relações de confiança. Compreendemos assim a complexidade e ambivalência do papel inculcado a estes profissionais, os quais são investidos de um papel parental por determinação jurídica e atribuição das suas competências profissionais (Martins, 2004).

Da mesma forma, inerente aos resultados obtidos, a falta de estabilidade dos vínculos afectivos, de uma dinâmica relacional afectiva, portanto, uma trajectória marcada pela interrupção e pela alternância de relações afectivas, característica do processo de acolhimento, pode potenciar nestes jovens uma grande fragilidade e vulnerabilidade, inferindo ao nível do seu desenvolvimento, impossibilitando o estabelecimento de relações de proximidade. Nestes casos, afigura-se premente o desencadear de problemas externalizantes e internalizantes, bem como a entrada na vida infracional, revertendo o seu sofrimento no comportamento, face ao abandono psicológico que experimentam. De facto, ao longo do estudo da Teoria da Vinculação, a estabilidade das relações afectivas, afigura-se condição essencial para a qualidade da relação criança e cuidador, devendo permanecer estável ao longo do tempo e das várias fases desenvolvimentais (Bowlby, 1969; Hamilton, 2000; Aikins, Howes & Hamilton, 2009; Howes, Hamilton, & Philipsen, 1998). Assim sendo, tendo em conta o contexto em que estes jovens se inserem, podemos hipotetizar, tal como referem Howes, Hamilton, & Philipsen, (1998) percebemos que relações problemáticas precoces entre a criança e o prestador de cuidados, baseadas em padrões de interacção deficitários, predizem relações conflituosas subsequentes. De igual modo, Bowlby, (1984) salienta que relações pautadas por privações e interrupções de cuidados, parecem predizer dificuldades no estabelecimento relacional e relações conflituosas subsequentes, nomeadamente com os parceiros sociais.

Podemos, portanto, considerar que o deslocamento dos contextos afectivos impostos pelo processo de acolhimento institucional, a ocorrência de repetidas rupturas nas relações afectivas bem como a falta de um ambiente familiar estável e organizador, manifestam-se condições que

poderão estar na base dos resultados evidenciados, e assim não se verificar correlação entre os sistemas de socialização.

Compreendemos, à luz destes resultados, que é assim premente a necessidade de instrumentalizar a instituição, fazendo dela um estabelecimento que potencie a experiência de acolhimento, a qual já que necessária, constitua uma oportunidade de desenvolvimento, capacitando-a de modo a proporcionar um melhor ambiente para jovens em contexto de acolhimento. É assim necessário, reproduzir o ambiente familiar com atenção individualizada, utilização de recursos da comunidade de inserção, a inclusão de pessoal técnico e profissionais com qualificação superior e formação adequada ao desempenho de funções requeridas, incentivo e valorização dos mesmos, cooperação com equipas técnicas de instâncias envolvidas na colocação do adolescente, bem como o reconhecimento compreensão e minimização e reorganização das dificuldades intra psíquicas do adolescente acolhido, favorecendo e proporcionando o estabelecimento de relações interpessoais de qualidade com sentido terapêutico (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Martins, 2004).

Apesar de não se ter verificado correlação entre a vinculação às figuras significativas e a qualidade da amizade, foram porém, observados valores médios razoáveis ao nível da segurança às figuras significativas e ao nível das relações de amizade, resultados estes que podemos interpretar de algumas formas.

Em primeiro lugar, apesar da confrontação com as adversidades do acolhimento, e da vivência institucional, estes resultados podem dar-nos conta da possível permanência do modelo interno de vinculação e das relações precoces retidos desde a relação primária, os quais, apesar das rupturas e separações podem ter permanecido estáveis, resistindo às adversidades do processo de institucionalização. Tal facto, vai ao encontro do proposto por Bowlby, (1969; 1984), de que a proximidade, a qualidade das interações e a prestação de cuidados, a capacidade de acolher, dar e cuidar evidencia-se na forma como a criança vem a tolerar os momentos mais difíceis, incluindo separações prolongadas e perdas de figuras importantes. Da mesma forma, o autor (1969) sugeriu o estabelecimento, a par com as suas relações de vinculação de qualidade, de modelos representacionais internos e externos positivos e merecedores, os quais vão ficando cada vez mais estáveis ao longo do tempo. De acordo com o autor, à medida que os indivíduos servem estes modelos como base fundamental das suas interpretações, expectativas e comportamentos, estas vão ficando cada vez mais resistentes à mudança, podendo explicar, quer os valores ao nível da segurança, quer ao nível da proximidade com os pares. Também Hamilton, (2000) e Aikins, Howes & Hamilton, (2009), destacam que, embora sejam possíveis alterações ao nível destas representações, estas tendem ao longo do tempo, a manifestar menos flexibilidade e assim menos

susceptibilidade à mudança. Quer isto dizer que estes adolescentes, apesar das contrariedades por que passaram, decorrentes do processo de institucionalização, poderão ter mantido estáveis os seus padrões de vinculação primários, fundados em relações de qualidade e representações internas com as figuras cuidadoras, ou simplesmente poderão ter retido os padrões relacionais que tiveram, não obstante da qualidade da interação e dos cuidados, sendo estes estilos relacionais que conhecem e aos quais encontram pertença, o que de alguma forma os organiza internamente. Podemos assim conceber, tal como expõe Bowlby, (1969) que nem sempre uma relação de vinculação tem de ser uma relação de qualidade. É ainda relevante considerar estes resultados, à luz da questão da idealização das figuras de referência, traduzida na necessidade e desejo de conceber as figuras parentais enquanto presentes e cuidadoras, permanecendo o desejo de ser querido e acolhido, indo ao encontro do referido por (Mota e Matos, 2008), o que, mais uma vez, nos indica que por mais disfuncionais que as relações primárias possam ter sido, constituem alvo do sentimento de pertença destes jovens, enquanto figuras de vinculação às quais manifestam ligações afectivas.

Ainda, afigura-se importante distinguir, de modo a compreender melhor os resultados, que as relações familiares dos jovens em colocação não se focalizam somente na figura materna e paterna, sendo que a rede das relações familiares dos jovens em colocação institucional é alargada à família extensa (tios, avós, padrinhos) e a amigos, revestindo-se de grande importância e funcionando como estrutura de apoio quando os adolescentes deixam os cuidados residenciais. Assim, consideramos ainda essencial distinguir a importância destes elementos extensos à família, evidenciando-se como rede de suporte, podendo reorganizar estes adolescentes face ao abandono parental e à adversidade da situação de acolhimento. Neste sentido, indo ao encontro do referido por Martins, (2004) compreendemos que a família alargada tem revelado um grande potencial de influência sobre as vidas destes jovens, desempenhando um papel importante na modelação de padrões de relacionamento familiar, funcionando enquanto rede de suporte, preservando o sentimento de pertença, ajudando-os a partilhar a adversidade, os quais também poderão ter impacto ao nível dos resultados obtidos.

Por outro lado, tendo em conta algumas das figuras significativas mencionadas pelos adolescentes, tais resultados podem ainda, em oposição à primeira suposição, dar-nos conta de uma reorganização dos modelos de vinculação, onde os adolescentes podem ter encontrado suporte em figuras externas ao sistema familiar, nomeadamente com os funcionários da instituição, apresentando consistência com os estudos de Schuengel e van IJzendoorn, (2001), Mota & Matos, (2010), Dalbem & Dell' Aglio, (2008); Zegers et al., (2006), Howes, (1999) e Howes & Hamilton, (1992). Aparentemente, o processo de institucionalização, pode ser entendido como uma situação

de risco pela conotação imposta de ruptura e perda, podendo fazer com que o jovem ceda à sua vulnerabilidade interna. Contudo, a possibilidade do jovem poder vir a estabelecer ligações afectivamente significativas com pessoas dentro ou fora da instituição, possibilita, de alguma forma, a sua organização emocional e afectiva, evitando a permanência de estados de vulnerabilidade, actuando como factor protector face ao risco. Atendendo a um ambiente familiar disfuncional, o facto das instituições de qualidade poderem oferecer um ambiente mais organizado, com possibilidades de construir novas relações afectivas, parece funcionar como factor de protecção face a problemas desadaptativos, comportamentais e emocionais, que possibilita um incremento no desenvolvimento global do acolhido (Dalbem & Dell' Aglio, 2008; Mota e Matos, 2008; Shuengel & van IJzendoorn, 2001; Zegers, 2007).

De facto, vários estudos têm apontado que crianças e adolescentes com relações maladaptativas prévias e histórias relacionais problemáticas, podem formar vinculações seguras com novos prestadores de cuidados, destacando-se a ocorrência de processos de resiliência, onde os jovens institucionalizados encontram segurança para a consolidação de laços afectivos quer com funcionários da instituição quer com outros jovens institucionalizados (e.g: Tomazoni & Vieira, 2004; Dalbem e Dell' Aglio, 2008; Zegers, 2007; Howes, 1999). A oportunidade de formação de novas relações afectivas, pode servir como recurso de apoio, para novas identificações e para a reintegração das disrupções nas interacções precoces, actuando como factor protector e desencadeador de processos de resiliência como referem Zegers, (2007) e Dalbem e Dell' Aglio, (2008). Da mesma forma, Schuengel e van IJzendoorn, (2001) acentuam que a qualidade da relação estabelecida pelos funcionários da instituição pode ser um indicador de ajustamento social e emocional, podendo ter consequências terapêuticas benéficas na forma como estes adolescentes se relacionam com o exterior.

É ainda essencial destacar, tal como Howes & Hamilton, (1992) evidenciaram, a importância da estabilidade relacional com as figuras de vinculação alternativas, para a organização de uma vinculação segura. Compreendemos assim, seguindo os pressupostos do estudo de Howes, (1999) que é possível a construção de relações de vinculação com base nas experiências repetidas e na vivência com os prestadores de cuidados, mesmo após vinculações prévias difíceis, possibilitando ou de reorganização das representações da vinculação, ou a construção de relações independentes baseadas nas experiências com o novo prestador de cuidados, levando-nos a concluir, que o processo de vinculação com prestadores de cuidados alternativos é semelhante ao processo de vinculação mãe-filho, facto que poderá ter acontecido na relação destes adolescentes com as suas figuras significativas, indo ao encontro do referido por Howes, & Segal, (1993) e Howes, (1999).

Neste sentido, percebemos que a relação criada com os funcionários da instituição desempenha um papel central na vida destes adolescentes, pois assumem verdadeiros papéis protectores e orientadores, constituindo os seus modelos identificatórios (Mota e Matos, 2008).

Como já evidenciado é necessário que as relações entre adolescente e cuidador sejam estáveis e contínuas, de modo a que estes profissionais sejam capazes de fornecer segurança, através da disponibilidade, e responsividade, capacidade de manifestar atitudes de empatia, reconhecimento das necessidades do jovem, bem como impor regras e limites. É através desta relação contínua que o prestador de cuidados fornece crenças e expectativas pessoais ao jovem, traduzindo os seus próprios modelos internos, os quais que podem ser os reorganizadores dos modelos internalizantes destes jovens, servindo de modelos identificatórios, resultando numa fonte de organização interna dos afectos, promovendo e possibilitando a reestruturação emocional dos jovens acolhidos, tal como referido nos estudos de Mota e Matos, (2010) e Schuengel & van IJzendoorn, (2001). Porém, há que salientar que as representações internas (MDI) destes jovens, as quais, tal como acentuado por Bowlby, (1969) começam a ser formadas através das experiências de vinculação e das interacções com as figuras cuidadoras, podem não ser as mais positivas. Os MDI contêm crenças e expectativas sobre o próprio comportamento e o comportamento do outro, sobre o valor próprio e sobre a disponibilidade e interesse do outro e sua capacidade de providenciar protecção, os quais vão ditar a trajectória básica do desenvolvimento subsequente da criança/adolescente. Contudo, as mudanças do meio social e alterações na responsividade do outro podem desconfirmar e alterar esses modelos. Essas internalizações influenciam a percepção que a criança tem dela própria e dos outros e vão afectar o comportamento, o estilo relacional e a competência social, cada um dos quais, por sua vez, afecta a forma como o indivíduo percebe e lida com o mundo social. Isto explica por que é que as relações próximas são importantes, como se desenvolvem e como as suas qualidades influenciam a experiência psicológica, os modelos cognitivos e o estilo relacional (Bowlby, 1984). É assim possível alguns jovens terem interiorizado um modelo interno não merecedor, baseado em experiências rejeitantes, dificultando o estabelecimento de uma relação de confiança. Assim percebemos que neste contexto, os modelos internos destes jovens podem reger-se em função de experiências de vinculação passadas, de negligência, abuso ou agressão, fazendo com que possam demorar a sentir pertença a uma relação mais empática e sensível (Schuengel & van IJzendor, 2001; Mota e Matos, 2010).

Contudo, indo ao encontro do referido por Waters & Cummings, (2000), não sendo estáticos, estes modelos podem alterar-se de acordo com importantes transições de vida e mudanças na sensibilidade e disponibilidade das figuras de vinculação caracterizando-se pela capacidade de transformação e de adaptação às características dos novos contextos de

desenvolvimento (Bretherton & Munholland, 2008). Podemos, desta forma, conceber que as experiências relacionais contínuas com estas figuras vão criando uma organização interna que promove o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos mais positivos, à medida que vão assumindo o papel orientador e protector, os quais vão sendo percebidos pelos jovens como securizantes (Mota & Matos, 2010). Assim, o facto de encontrarmos diversos funcionários da instituição referidos pelos adolescentes enquanto suas figuras de referência, bem como os níveis de segurança apresentados a estas figuras, pode na realidade sugerir uma possível reestruturação dos laços afectivos, por parte de alguns jovens, apresentando conformidade com os estudos de Dalbem & Dell' Aglio, (2008), Zegers, (2007), Schuengel & van IJzendoorn, (2001) e Mota & Matos, (2010).

Embora o ambiente institucional não seja compreendido como ideal para o desenvolvimento, os vários autores têm evidenciado, ao longo da investigação, a instituição como uma medida que em muito contribuiu para o bem-estar dos adolescentes institucionalizados, pelo fornecimento de um ambiente mais organizado, com possibilidades de constituir novas relações afectivas, funcionando como factor protector, favorecendo o desenvolvimento global do jovem (Dalbem & Dell'Aglio, 2008).

No que concerne à diferença entre géneros, foram evidenciadas algumas diferenças significativas, quer ao nível das representações de vinculação, quer ao nível de alguns aspectos da qualidade das relações de amizade.

Relativamente à segurança da vinculação à figura materna (figura significativa feminina), foram evidenciadas diferenças estatisticamente significativas entre géneros, onde as raparigas apresentam valores superiores aos rapazes. Por sua vez, no que respeita à segurança ao pai (figura significativa masculina), não foram encontradas diferenças significativas entre os géneros, distinguindo-se porém, valores médios superiores nas raparigas. Apesar de não termos acesso às relações primárias destes adolescentes, sabemos que todos eles se referiram a uma figura significativa feminina, na sua maioria a mãe ou substituta, sendo portanto acerca das mesmas que se pronunciaram. Como enfatizado por inúmeros autores, (e.g: Bowlby, 1969; Lewis & Lamb, 2003; Main & Weston, 1981; Suess, Grossmann & Sroufe, 1992) as crianças e adolescentes tendem a manifestar uma clara preferência para as mães em vez dos pais, como figura de vinculação e interacção, sendo esta destacada como figura de vinculação mais importante. Podemos entender estes resultados, devido à tendência, empiricamente documentada, de que a figura materna ou substituta, em comparação com os pais ou figuras significativas masculinas, tenderem a passar mais tempo com os filhos, cedendo mais disponibilidade e prestação de cuidados, enquanto que a figura masculina passa mais tempo de interacção em brincadeira, envolvendo portanto, diferentes

tipos de experiências (Lamb, 1987; Lewis, & Lamb, 2003; Newland, Coyl & Freeman, 2008). Atendendo aos resultados apresentados podemos, ainda pensar que estes adolescentes parecem demonstrar níveis superiores de vinculação à figura materna, destacando, uma mãe mais presente e próxima, e um pai mais focado no incentivo ao estabelecimento de comportamentos independentes, apresentando consistência com o estudo de Benson, Harris & Rogers, (1992) realçando o papel diferencial de ambos no sistema de socialização dos filhos. Em consequência, percebemos, à luz de algumas investigações, que as raparigas na adolescência manifestam mais ligação às figuras significativas do que os rapazes, sendo mais sensíveis e dando mais atenção às relações de proximidade e intimidade, sendo que, por outro lado os rapazes centram-se em ganhar a sua autonomia e independência, demonstrando mais desprendidos afectivamente (Berndt, 1982; Rubin et al., 2006; Way & Grenne, 2006). Ao nível do contexto em que estes adolescentes se inserem, podemos equacionar de igual forma que, tendo as raparigas maior predisposição para relações afectivamente mais intensas, poderão apresentar maior vulnerabilidade que os rapazes, manifestando mais necessidade de estabelecer uma relação afectiva recíproca e empática e daí expressarem maiores níveis na segurança na vinculação às figuras significativas.

Ainda, atendendo à diversidade de figuras significativas referenciadas que não cumprem semelhança biológica, percebemos, tal como confirmado pela teoria da vinculação, que as figuras de referência são escolhidas, não pela proximidade biológica, mas sim pela qualidade dos cuidados prestados, segurança, disponibilidade e responsividade, que muitos jovens encontram em figuras externas à família, o que se apresenta consistente com os resultados apresentados. Quanto à qualidade da amizade em adolescentes institucionalizados, foram também observadas diferenças estatisticamente significativas entre géneros, nomeadamente nas dimensões *Preocupação e Validação*, *Resolução de Conflitos*, *Ajuda e Orientação* e *Trocas Íntimas* onde foram manifestados valores mais elevados pelas raparigas. Estes resultados vão de encontro ao estudo de Parker & Asher, (1993), uma vez que os autores verificaram que as raparigas apresentam valores mais elevados nas mesmas dimensões da escala da amizade, evidenciando que estas tendem a ser mais positivas ao descrever as suas relações de amizade, mais orientadas para a relação, envolvendo características relacionais mais positivas em relação aos rapazes. Os resultados encontrados apresentam, da mesma forma, consistência com o referido por Way & Grenne, (2006) e Berndt, (1982) distinguindo a tendência por parte das raparigas para manifestarem maiores níveis de intimidade e expressão de sentimentos nas suas relações em comparação com os rapazes (Parker & Asher, 1993). De igual forma, são as raparigas que parecem expressar maior auto-revelação nas suas relações de amizade, e a fornecer maior suporte emocional, o que, mais uma vez apresenta consistência com vários estudos efectuados (Rubin, Dwyer, et al., 2004; Demir & Urberg, 2004; Rabaglietti & Ciairano, 2008). Por

sua vez, os rapazes evidenciaram níveis mais altos na dimensão *Conflito e Traição* em comparação com as raparigas, o que de igual forma, se encontra em conformidade com estudo de Parker & Asher, (1993), e com o estudo de Rabaglietti & Ciairano, (2008).

Compreendemos assim, que as raparigas tendem a descrever a sua amizade em termos de proximidade emocional, dando especial importância a aspectos qualitativos da amizade enfatizando competências relacionais e íntimas e compreensão interpessoal. Já os rapazes parecem conceder maior importância à autonomia e individualização, orientando a sua relação para a acção em detrimento da intimidade apresentando-se, desta forma, mais retraídos ao nível da expressão emocional.

Ainda, no decurso do presente estudo, tendo em conta o contexto em que estes jovens estão inseridos, a relação familiar disfuncional e o escasso contacto que mantêm com a família, procurámos averiguar a importância e possível influência do contacto com as figuras significativas e familiares alargados, ao nível da segurança da vinculação a ambas as figuras parentais e em relação à qualidade da amizade. Ainda, atendendo à diversidade de figuras cuidadoras com que estes jovens se relacionam, e à variedade de figuras significativas referenciadas pelos mesmos, analisámos a importância das figuras significativas parentais enquanto membros pertencentes ao sistema familiar e membros externos ao mesmo, atendendo de igual modo, às representações de vinculação, e à qualidade das relações de amizade.

No que se refere às representações de vinculação, não foram encontradas diferenças significativas entre adolescentes institucionalizados que mantêm proximidade e contacto com a família, e adolescentes sem contacto familiar. Compreendemos, desta forma, no que concerne à segurança da vinculação a ambas as figuras significativas (materna e paterna), o facto destes adolescentes em regime de acolhimento institucional manterem, ou não, contacto e proximidade com o sistema familiar e respectivos membros, não se evidenciou relevante neste estudo. Da mesma forma, atendendo, às representações de vinculação, não foram evidenciadas diferenças significativas na segurança às figuras parentais enquanto figuras significativas pertencentes ao sistema familiar e figuras significativas externas à família. Estes resultados, ao contrário do esperado, e indo de encontro à importância das relações familiares e do sentimento de pertença destes jovens à família, por mais disfuncional que esta se manifeste, não se verificou a relevância desta variável para o estudo em análise, podendo indicar que estes adolescentes, através do processo de acolhimento, possam ter encontrado uma alternativa de reorganização externa à disfuncionalidade do sistema familiar em que estavam inseridos, não manifestando portanto necessidade e ansia de contacto familiar. Por outro lado, tais resultados podem ser resultado do reduzido número da amostra o qual não possibilitou a análise de diferenças significativas ao nível

desta variável. Foram, porém observados, valores médios mais elevados na segurança ao pai e à mãe enquanto figuras significativas não pertencentes ao sistema familiar, em função da figura paterna, os quais, muito embora não se evidenciem expressivos, dão-nos conta, mais uma vez da possibilidade da reestruturação dos vínculos afectivos por parte destes adolescentes, encontrando suporte em figuras externas à família.

Relativamente à qualidade de amizade, analisando a importância do contacto familiar e sua influência ao nível de vários aspectos qualitativos presentes nas relações de amizade, não se evidenciaram diferenças significativas entre adolescentes que mantêm contacto e proximidade com membros familiares e adolescentes que não têm qualquer contacto, revelando-se mais uma vez uma variável inexpressiva nesta investigação. Porém, foi observada uma tendência na sub-escala *Ajuda e Orientação*, revelando, pelo contrário, que a proximidade e o contacto com a família tende a influenciar, de alguma forma, as relações de amizade ao nível das intenções de ajuda mútua, da reciprocidade, do apoio em diversas tarefas, ou seja, aspectos mais organizadores que intentam ao suporte e companheirismo relacional, que compõem esta dimensão da escala da amizade. De igual forma, foram identificados valores mais elevados na totalidade das dimensões da escala da amizade onde os adolescentes mantêm proximidade e contacto familiar, indo ao encontro da importância do suporte e contribuição das relações familiares que tanto insiste a literatura, na construção de relações de proximidade, como as relações de amizade. Mais uma vez, entendemos a importância das relações afectivas e sua contribuição para as relações de amizade, enquanto promotoras de desenvolvimento.

Podemos assim pensar acerca destes resultados de algumas formas. Por um lado, evidenciamos a importância das relações precoces e experiências primárias internalizadas enquanto contribuidoras para as relações de proximidade com os pares, hipótese esta que já fora evidenciada e que não poderá ser excluída devido à inacessibilidade das interações precoces e histórias de vinculação primárias destes adolescentes. Por outro lado, podemos incluir nesta análise a perspectiva da reestruturação dos vínculos também já evidenciada, onde estes jovens poderão ter encontrado organização na relação afectiva com profissionais da instituição, reorganização esta que através da responsividade da figura significativa, conferindo-lhes segurança, desenvolvimento de competências, promovendo uma melhor ligação com o exterior e naturalmente com os pares. Ainda, e atendendo ao facto de não nos estar disponível as histórias de vinculação destes adolescentes e estilos relacionais com os cuidadores, podemos considerar a hipótese de que os resultados ao nível das relações de amizade e qualidade da mesma, possam ter sido evidenciados enquanto factor atenuante ou factor moderador das relações familiares insatisfatórias, fazendo com que estes adolescentes invistam nas relações de proximidade com os pares, e nas amizades

caracterizadas por intimidade, segurança e suporte, como modo de atenuar o sofrimento das relações disfuncionais com as figuras de referência, apresentado conformidade com o estudo de Howes & Aikins, (2002). Indo ao encontro do estudo de Siqueira e Dell’Aglío, (2006), o contacto com os pares, principalmente em igual situação de vida, pode configurar um apoio social e afectivo, operando como factor de protecção, através da partilha de experiências, sentimentos positivos e negativos, conferindo-lhes suporte mútuo. Na verdade, extensa é a investigação que realça o carácter moderador das relações de amizade recíprocas na adolescência enquanto factor protector ou atenuante/compensador, de relações de vinculação insatisfatórias primárias, para compensar a sua relação inadequada com as figuras parentais moderando os efeitos negativos do baixo suporte materno, do impacto das auto-percepções negativas, do self enquanto não merecedor, e de problemas internalizantes (e.g: Rubin et al., 2004; Howes & Aikins, 2002).

Já no que concerne à análise das figuras significativas enquanto membros familiares e membros não familiares, considerando a sua influência ao nível da qualidade das relações de amizade, foram evidenciadas diferenças significativas em algumas dimensões da escala da amizade em função da figura paterna (figura significativa masculina). Encontraram-se diferenças na dimensão *Companheirismo e Distração*, tendo-se distinguindo, de igual forma, uma tendência na dimensão *Ajuda e Orientação*. Estes resultados dão-nos, mais uma vez, conta da importância da figura paterna membro familiar, como já fora explicitado, bem como da sua influência ao nível de aspectos interaccionais e lúdicos envolvidos nas relações de amizade, bem como o nível de partilha, ajuda e suporte mútuo em termos de uma relação validativa e encorajadora, orientada para a acção. Tal como verificamos na análise anterior, existe uma tendência ao nível do contacto familiar na dimensão *Ajuda e Orientação*, expressa agora através da importância da figura paterna enquanto membro familiar, a qual se apresenta semelhante na intenção de cooperação e suporte, confirmando mais uma vez a importância e a influência da dinâmica relacional do sistema familiar nas relações de proximidade. De facto, tais resultados evidenciam, tal como expõe a investigação, que a figura paterna, encontra-se associada a aspectos dirigidos para a interacção e para a actividade lúdica, promovendo o comportamento exploratório, o suporte e a competência social com os pares (Booth-La Force & Kerns, 2009), servindo como guia de apoio na interacção sensível e desafiante, envolvida na promoção de autonomia e realização (Rubin, Dwyer, Booth-La Force, Kim, Burgess & Krasnor, 2004). Ainda, indo ao encontro da investigação acima referida, neste estudo os valores mais elevados encontram a sua expressividade em todas as dimensões da escala da amizade, englobando a figura paterna enquanto membro familiar, traduzindo mais uma vez a importância da figura paterna nas relações precoces na construção do sistema relacional. Compreendemos, desta forma, o importante papel da figura paterna na construção e manutenção

das relações de proximidade com os pares, promovendo as interações diádicas, o desenvolvimento psicossocial e desenvolvimento de características interpessoais orientadas para a acção (Grossmann & Grossmann, 2009; Lamb, Frodi, Hwang, & Frodi, 1983; Lamb, 1977), apresentando-se em conformidade com os resultados apresentados nestas dimensões.

No que se refere à averiguação da figura materna (figura significativa feminina) enquanto membro familiar e membro não familiar, foram também realçadas diferenças significativas ao nível de algumas sub-escalas da amizade, nomeadamente ao longo das dimensões *Validação e Preocupação*, *Ajuda e Orientação*, *Companheirismo e Distração* e *Trocas Íntimas*. À luz destes resultados, tal como evidenciado pela teoria bowlbyana, compreendemos que a figura materna parece deter bastante influência ao nível das relações de proximidade, manifestando expressividade significativa em vários aspectos qualitativos da amizade, nomeadamente aspectos mais íntimos e relacionais, construídos e fortalecidos nas relações primárias. Vejamos, no que se refere às relações de amizade envolvidas por características como *intimidade*, *validação* e *preocupação*, estas ilustram relações próximas e intensas, traduzindo capacidade de auto-revelação, suporte emocional, partilha e troca de sentimentos e emoções pessoais e íntimas (Berndt, 1982; Buhrmester, 1990; Hartup, 1999). Estas dimensões têm sido descritas ao longo da literatura como características essenciais para o funcionamento sócio-emocional, ajustamento, validação e auto-estima (Buhrmester, 1990; Hartup, & Stevens, 1997; Berndt, 2002), enfatizando o papel sensível e responsivo da figura materna no desenvolvimento e promoção da competência emocional e das relações de intimidade, parecendo estar em conformidade com a extensa documentação empírica que evidencia a importância da influência das relações primárias com a mãe nas relações subsequentes, nomeadamente nas relações de amizade e aspectos qualitativos da mesma (e.g: Sroufe, 1988; Kerns, Klepac & Cole, 1996; Sroufe, Egeland & Carlson, 1999; Booth-LaForce & Kerns, 2009). Ainda, indo ao encontro dos dados apresentados, Hartup, (1983) salienta que as relações de amizade que envolvem características íntimas relacionais, laços afectivos e confiança, constituem vinculações específicas, que de alguma forma, se assemelham às relações de vinculação às figuras maternas.

Compreendemos assim que a qualidade da relação precoce com figura materna parece ser determinante para a construção, manutenção e sucesso nas relações sociais de proximidade. Podemos assim conceber que no meio da disfuncionalidade inerente ao processo de institucionalização, as relações primárias com a figura materna parecem deter alguma influência, para aspectos qualitativos das relações sociais íntimas, na maioria destes jovens. Denotamos, de igual forma, diferenças significativas ao nível das dimensões *Ajuda e Orientação* e *Companheirismo e Distração*, as quais embora possam ser características favorecidas pela relação paterna, mais orientadas para a acção, encontram ainda maior expressividade ao nível da relação com a figura

materna, mais uma vez traduzindo a importância das bases primárias relacionais sensíveis e responsáveis com a figura primordial, que promovem a confiança e a exploração dos ambientes sociais permitindo melhor entendimento no que respeita à competência com os pares, crescentemente evocada pela literatura. Por último, verificamos em conformidade, valores mais elevados em todas as dimensões em que a figura primordial (figura significativa feminina) é referida enquanto figura familiar, o que mais uma vez vai ao encontro da importância da figura materna no estabelecimento e manutenção das relações de amizade reforçando a ligação dos sistemas de socialização, familiar e de pares.

De um modo geral, compreendemos à luz dos resultados obtidos, as representações de vinculação, e a segurança com as figuras significativas, não parecem estar relacionadas às relações de amizade estabelecidas por estes jovens, não havendo portanto, ligação entre os sistemas de socialização, familiar e de pares. Podemos, desta forma, conceber que estes resultados poderão estar relacionados com o contexto em que os jovens se encontram inseridos e com as adversidades relacionais inerentes ao processo de institucionalização, o que desde logo diferencia uma dinâmica de relações familiares estáveis e harmoniosas, de que a literatura expõe como subjacente ao processo de socialização com os pares, e às relações de amizade de qualidade. De igual forma, aquando a inserção das variáveis do contacto familiar e da distinção das figuras significativas referidas enquanto membros familiares vs não familiares, não se verificam diferenças significativas ao nível da segurança e das representações de vinculação destes adolescentes às suas figuras primordiais, não se tendo distinguindo, portanto, qualquer resultado expressivo no que concerne à vinculação.

Contudo, apesar de não se observar diferenças significativas relativas ao papel das relações de vinculação nas relações de amizade, no que respeita à amizade, quando inserimos as variáveis relativas às figuras significativas enquanto membros familiares ou não, e testamos a importância do contacto familiar, evidenciam-se algumas tendências, verificando-se, de igual forma, diferenças estatisticamente significativas. Tais resultados salientam a importância e influência do contacto familiar e do relacionamento com as figuras significativas enquanto membros familiares, em vários aspectos qualitativos da amizade. Podemos assim considerar a importância das relações e cuidados primários com as figuras significativas como impulsionadores e promotores do desenvolvimento de qualidades positivas relacionais nas relações de proximidade (Sroufe, Egeland & Carlson, 1999) fornecendo as bases para a aquisição de confiança ao explorar novos ambientes como as relações com os pares. Ainda, subjacente a esta associação relacional, apesar da disfuncionalidade existente ao nível das relações com as figuras significativas imposta pela necessidade do acolhimento institucional, afigura-se importante distinguir a possível influência dos modelos e representações

de vinculação e de comunicação diádica construídos primariamente, ou da possível reorganização dos vínculos afectivos, os quais parecem deter alguma influência, repercutindo-se ao longo das relações de proximidade subsequentes destes jovens.

Assim, apesar do percurso relacional destes jovens para com as suas figuras significativas, as dinâmicas primárias relacionais podem ter contribuído para o melhor entendimento com os pares, reflectindo-se em alguns aspectos qualitativos nas relações de amizade, reforçando a existência da ligação entre o sistema de socialização familiar e de pares. Por outro lado, atendendo à perspectiva de reestruturação dos vínculos, afigura-se essencial realçar o importante papel dos funcionários da instituição, enquanto fornecedores de estabilidade, segurança promovendo processos resilientes e competências que possibilitem as relações de proximidade nestes jovens. Tal como Sroufe (1997) refere, o processo de resiliência é uma construção desenvolvimental, pois indivíduos resilientes, em momentos de stress demonstram maior tendência para procurar apoio em figuras em que pode contar. Nestes casos o processo de resiliência permite a construção de experiências que promovem a formação de novos vínculos.

Quanto às limitações presentes nesta investigação, salientamos, em primeiro lugar, a dimensão da amostra em estudo, a qual não possibilitou a elaboração de comparações relevantes, assim como a diversidade de figuras significativas referidas pelos jovens, o que não nos permitiu perceber as diferenças existentes entre estas figuras referenciadas enquanto figuras externas à família e as figuras pertencentes à família. Da mesma forma, destacamos, a inacessibilidade às histórias de vida destes adolescentes anteriores ao acolhimento à sua situação e relação familiar, o que nos poderia fornecer informações essenciais à existência ou não, de um contexto de desenvolvimento, pautado por factores de risco que podem ter desfavorecido a representação de uma vinculação primária, informações estas fundamentais ao estudo das representações de vinculação, como também na predição das relações de amizade. De igual modo, realçamos a inacessibilidade a algumas variáveis do acolhimento, como o motivo do acolhimento institucional, o tempo de institucionalização de cada jovem e a idade à entrada do acolhimento, sendo estas informações preciosas, que nos poderiam ter elucidado acerca do impacto do acolhimento nos jovens, o impacto da saída do sistema familiar, proporcionado a elaboração de comparações, e o melhor entendimento dos processos de vinculação nestes adolescentes.

Assim, em investigações futuras sugere-se a recolha de uma amostra superior representativa da população estudada, em que se intente o acesso à história familiar e às variáveis do acolhimento descritas, a fim de enriquecer os resultados do estudo e compreender as representações de vinculação destes jovens às suas figuras de referência e como estas relações inferem ao nível do estabelecimento das amizades. Torna-se igualmente pertinente realizar estudos comparativos quer

ao nível das figuras de referência, do tempo de institucionalização, e do motivo da retirada da família, introduzindo a análise de variáveis relativas aos problemas desadaptativos, comportamentos externalizantes e internalizantes desta população em risco, bem como incluir a avaliação das competências sociais, estratégias de coping e processos de resiliência. Destacamos, por último, a investigação com delineamento longitudinal, a qual se afigura essencial à compreensão dos processos de vinculação na adolescência, e ao impacto do tempo de acolhimento, nesta população em risco. Apontamos ainda a necessidade do estudo mais profundo que inclua as relações com figuras exteriores à família, como os professores, os pares, e as relações na instituição de forma a compreender o impacto que os mesmos têm nestes adolescentes, os quais têm aparecido pouco referenciados na literatura enquanto preditores do desenvolvimento.

Em suma o presente trabalho permitiu reflectir sobre a realidade institucional, sobre alguns aspectos fundamentais ao melhor conhecimento e funcionamento da organização emocional e social do processo de institucionalização, e ao impacto que tem nos jovens, enquanto rede de suporte e enquanto agente destabilizador e desorganizador interno. Sendo uma realidade necessária, é então fundamental repensá-la, recuperá-la e investir no seu universo, superando os estigmas que a acompanham como fracasso, fazendo dela um alternativa viável para a construção de relações e da identidade e de protecção, para que estes adolescentes possam vir a integrar um universo com possibilidade de lhe fornecer um olhar e um lugar de construção de si, de desejos e de possibilidades.

## Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Hillsdale, Lawrence Associates, Publishers New Jersey.
- Ainsworth, M. D. (s/data) *The Effects of Maternal Deprivation: A review of Findings and Controversy in the context of research strategy*. Department of Psychology, John Hopkins University, Baltimore, Md., USA.
- Aikins, J., Howes, C., & Hamilton, C. (2009) Attachment Stability and the emergence of unresolved representations during adolescence. *Attachment and Human Development, 11*,(5) 491-512, Routledge.
- Allen, J. P. (2008). *The Attachment System in Adolescence*. In J. Cassidy & P.R. Shaver, (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory Research and Clinical Applications*,(2º ed.), New York: Guilford Press.
- Allen, J. P., & Land, D. J. (1999). Attachment in Adolescence. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, Research and Clinical Applications*, p.319-335. New York: Guilford Press.
- Allen, J. P., McElhaney, K. B., Kuperminc, G. P., & Jodl, K. M. (2004). Stability and change in attachment security across adolescence. *Child Development, 75* (6) 1792-1805.
- Allen, J. P., McElhaney, K. B., Land, D. J., Kuperminc, G. P., Moore, C. W., O'Beirne, Kelly H., & Kilmer, S. L. (2003). A secure-base in adolescence: markers of attachment security in mother-adolescent relationship. *Child Development, 74* (1) 292-307.
- Allen, J. P., Moore, C., Kuperminc, G., Bell, K. (1998). Attachment and Adolescent Psychosocial Function. *Child Development, 69* (5) 1406-1419.
- Ammanitti, M., Van IJzendoorn, M. H., Speranza, A. M., & Tambelli, R. (2000). Internal working models of attachment during late childhood an early adolescence: an exploration of stability and change. *Attachment & Human Development, 2* (3) 328-346.
- Andrade, I. D. (1982). O Cuidado ao menor abandonado institucionalizado. *Revista Semestral do Instituto de Psicologia da PUC. Psico, 4* (1) 49-63.
- Atger, F.(2004). *Vinculação e Adolescência*. In Guedeney, N., & Guedeney, A. (Eds), *Vinculação: Conceitos e Aplicações*. Manuais Universitários, Climepsi Editores.

- Benson, M. J., Harris, P. B., & Rogers, C. S. (1992). Identity Consequences of Attachment to mothers and fathers among late adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 2 (3) 187-204.
- Berndt, T. J. (1982). The features and effects of friendship in early adolescence. *Child Development. Society for Research in Child Development, Inc*, 53 1447-1460.
- Berndt, T. J., & McCandless, M. A. (2009). Methods for Investigating Children's Relationships with Friends. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 4. The Guilford Press, New York: London.
- Berndt, T. J. (2002) Friendship quality and social development. *Current Directions in Psychological Science, American Psychological Society*, 7-10.
- Booth-LaForce, C., & Kerns, K. A. (2009). Child-Parent Attachment Relationships, Peer Relationships, and Peer-Group Functioning. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 27. The Guilford Press, New York: London.
- Bowlby, J. (1976). A Natureza da Ligação da criança com a mãe. In, L. Soczka (Eds.), *As Ligações Infantis*. Bertrand.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Attachment*. Volume I (1st Edition). Harmondsworth: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. 2º Edição, Martins Fontes Editora.
- Bowlby, J. (1984). *Separação: Angústia e Raiva*. Volume II da Trilogia. Psicologia e Pedagogia, São Paulo: Martins Fontes.
- Boykin, K. M., Immele, A., Smidth, F. D. & Allen, J. P. (2006). Attachment organization as a moderator of the link between friendship quality and adolescent delinquency. *Attachment and Human Development*. 8 (1) 33-46.
- Buhrmester, D. (1990). Intimacy of friendship, interpersonal competence, and adjustment during preadolescence and adolescence. *Child Development*, 61 1101-1111. By *Society for Research in Child Development, Inc*.
- Bretherton, I. (1992). Origins of Attachment Theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Department of Child and Family Studies, University of Wisconsin, Madison. Developmental Psychology*, 28 (5) 759-775.

- Bretherton, I. & Munholland, K. (2008). Internal Working Models in Attachment Relationships: Elaborating a central Construct in Attachment Theory. In J. Cassidy & P.R. Shaver, (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, Research and Clinical Applications*, 2<sup>o</sup> Edition p.102-123, New York: Guilford Press.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brown, G. L., McBride, B. A., Shin, N., & Bost, K. K. (2007). Parenting Predictors of Father Child Attachment Security: Interactive Effects of Father Involvement and fathering Quality. *Fathering*, 5 (3) 197-219.
- Brown, B. B., & Klute, C. (2003). Friendships, Cliques and Crowds. In G. Adams, & M. D. Berzansky (Eds.), *Adolescence Handbook of Developmental Psychology*, Chapter, 16, Blackwell Publishers.
- Bukowski, W. M., Motzoi, C., & Meyer, F. (2009). Friendship as Process, Function and Outcome. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions , Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 12. The Guilford Press, New York: London.
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in Twenty-First Century. *Child Development*, 71(1) 127-136.
- Caldera, Y. M. (2004). Paternal involvement and infant-father attachment: a Q-Set study. Department of Human Development and Family Studies, Texas Tech University, *Fathering*, 2 (2) 191-210.
- Cassidy, J., Scolton, L. K. Kirsh, J. S., & Parke, D. R. (1996). Attachment and representations of peers relationships. *Developmental Psychology*, 32 (5) 892-904.
- Cassidy, J. (2008). The Nature of Child's Ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver, (Eds.), *Handbook of Attachment, Theory, Research and Clinical Applications*, (2<sup>a</sup> Ed), p.3-19, New York: The Guilford Press.
- Coleman, J. C. (1980) *The Nature of Adolescence*. Chapter 6, Methuen & Co. Ltd, New Fetter Lane, London: New York.
- Cox, M. J., Owen, M. T., Henderson, V. K., & Margand, N. A. (1992). Prediction of Infant Father and Infant-Mother Attachment. *Developmental Psychology*, 28 (3) 474-483.

- Chen, X., Chung, J., & Hsiao, C. (2009). Peer Interactions and Relationships from a Cross-Cultural Perspective. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 24. The Guilford Press, New York: London.
- Dalbem, J. X., & Dell' Aglio, D. S. (2008). Apego em adolescentes institucionalizados: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *PSICO, Porto Alegre, PUCRS, 39 (1) 33-40*.
- Demir, M. & Urberg, K. A. (2004). *Friendship and adjustment among adolescents. Journal of Experimental Child Psychology, (88) 68-82*.
- De Wolff, M. S., & Van IJzendoorn, M. H. (1997). Sensitivity and attachment: A meta-analysis on parental antecedents of infant attachment. *Child Development, (68) 571-591*.
- Doyle, A, Lawford, H., Markiewicz, D. (2009). Attachment style with mother, father, best friend, and romantic partner during adolescence. *Journal of Research on Adolescence 19 (4) 690-714*.
- Dunn, J. (2004). *Children's Friends: The beginnings of Intimacy*. Blackwell Publishing.
- Dwyer, K. M., Fredstrom, B., Rubin, K. H., Booth-LaForce, C., Krasnor, L. R., & Burgess, K. (2010). Attachment, social information processing and friendship quality of early adolescent girls and boys. *Journal of Social and Personal Relationships, 27 (1) 91-116*.
- Fabes, R. A., Martin, C. L., & Hanish, L. D. (2009). Children's Behaviours and Interactions with Peers. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 3. The Guilford Press, New York: London.
- Ferreira, F. (2007). Centros de Acolhimento e Instituições destinadas a crianças. In, Fonseca, A. D. C., Silva, J. P., Marques, M. E., & Martins, N. (Eds.), *Actas do Colóquio do Direito das Crianças e Jovens*. ISPA, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.
- Fox, N. A., Kimmerly, N. L., Schafer, W. D. (1991). Attachment to mother/attachment to father: a meta analysis. *Child Developmental, 62 210-225*.
- Goossen, F. A., & van IJzendoorn, M. H. (1990). Quality of infants' attachment to professional caregivers: Relation to infant-parent attachment to professional caregivers: relation to infant-parent attachment and day care characteristics. *Child Development, 51, 832-837*.

- Grossmann, K., & Grossmann, K. E. (2009). *The Impact of Attachment to Mother and Father and sensitive Support of Exploration at an Early Age on Children's Psychosocial Development through young Adulthood*. Encyclopaedia on Early Childhood Development. University of Regensburg, Germany.
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Fremmer-Bombik, E., Kindler, H., Scheuerer-Englisch, H., & Zimmermann, P.(2002). The uniqueness of the child-father attachment relationship: father's sensitive and challenging play as a pivotal variable in a 16-year longitudinal study. *Social Development, 11 (3) 307-331*.
- Hamilton, C. E. (2000). Continuity and discontinuity of attachment from infancy through adolescence. *Child Development, 71 (3) 690-694*.
- Hay, D. F., Caplan, M., & Nash, A. (2009) The Beginnings of Peer Relations. In Rubin, K., Bukowsky, W. M., & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 7. The Guilford Press, New York: London.
- Hartup, W. W. (1992). Friendship and their Developmental Significance. In Hove & Lea, (Eds.), *Childhood Social Development, Contemporary Perspectives*.
- Hartup, W. W. (2009) Critical Issues and Theoretical Viewpoints. In Rubin, K., Bukowsky, W. M., & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 1. The Guilford Press, New York: London.
- Hartup, W. W. (1999). Peer Experience and its Developmental Significance. In M. Bennet, (Eds.), *Developmental Psychology: Achievements and Prospects*, Chapter, 7, p. 106-125. London: Psychological Press.
- Hartup, W. W. (2000).The Company They Keep: Friendships and their Developmental Significance. In W. Craig, (Eds.), *Childhood Social Development: The essential Readings in Developmental Psychology*, Chapter 3, Blackwell Publishers.
- Hartup, W. W. (1983). Peer Relationships. In P. Mussen, (Eds.), *Handbook of Child Psychology, Socialization, Personality and Social Development*. 4<sup>th</sup> Edition, Chapter 2, John Wiley & Sons, N.Y.
- Hartup, W.W., & Stevens, N. (1997). Friendships and adaptation in the life course. *Psychological Bulletin 7 by the American Psychological Association, Inc. 121 (3) 355-370*.

- Howes, C., Hamilton, C. E. (1992). Children's relationships with caregivers: mothers and child care teachers. *Child Development, 53* 859- 878.
- Howes, C., Hamilton, C. E., & Philipsen, L. C. (1998). Stability and continuity of child caregiver and child-peer relationships. *Child Development, 69* (2) 418-426.
- Howes, C., & Segal, J.(1993). Children's relationships with alternative caregivers: the special case of maltreated children removed from their homes. *Journal of Applied Developmental Psychology, 17* 71-81.
- Howes, C., & Tonyan, H. (1999). Peer Relations. In Ballter, L., & Tamis-LeMonda, C. S. (Eds.), *Child Psychology: A Handbook of Contemporary Issues*. Philadelphia: Psychology Press.
- Howes, C. & Spieker, S. (2008). Attachment Relationships in the Context of Multiple Caregivers. In J. Cassidy & P. R. Shaver. (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, Research and Clinical Applications, 2<sup>o</sup> Edition* p.317-329. New York, The Guilford Press.
- Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the mother-child relationship. *Developmental Psychology, 32* (3) 457-466.
- Kobak, R., & Madsen, S. (2008). Disruptions in attachment bonds. In J. Cassidy & P. R. Shaver, (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory Research and Clinical Applications, 2<sup>o</sup> Edition*, New York:Guilford Press.
- Kobak, R. R., & Sceery, A. (1988). Attachment in late adolescence: working models, affect regulation, and representations of self and others. *Child Development, 59* 135- 146.
- Lamb, M. E. (1977). Father-infant and mother-infant interaction in the first year of life. *Child Development, 48* 167-181.
- Lamb, M. E. (1987). *The Father's Role: Cross- Cultural Perspectives*. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers: New Jersey.
- Lamb, M. E. (2010). *The Role of the Father in Child Development*. University of Cambridge, 5<sup>th</sup> Edition, John Wiley & Sons Inc, Hoboken: New Jersey.
- Lamb, M. E., Frodi, M., Hwang, C. P., & Frodi, A. M. (1983). Effects of paternal involvement on infant preferences for mothers and fathers. *Child Development, 54* 450-458.
- Lewis, C., & Lamb, M. E. (2003). Father's influences on children's development: the evidence from two parent families. *European Journal of Psychology of Education, 18* (2) 211-228.

- Lieberman, M., Doyle, A., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in later childhood and early adolescence: associations with peer relations. *Child Development, 70* (1) 202-213.
- Lopes, J., Rutherford, R., Cruz, M. C., Mathur, S. & Quinn, M. M. (2006). *Competências Sociais: Aspectos Comportamentais, Emocionais e de Aprendizagem*. Psicologia Escolar.
- Main, M., & Hesse, E. (2000). Disorganized infant, child and adult attachment: collapse in behavioural and attentional strategies. *Journal of the American Psychoanalytic Association, 8* (4) 1097 -1127.
- Main, M. & Soloman, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth strange situation. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years*, p. 121-160. Chicago: University of Chicago Press.
- Main, M., & Weston, D. R. (1981). The Quality of the toddler's relationship to mother and to father: related to conflict behaviour and the readiness to establish new relationships. *Child Development, 52* 932-940.
- Martins, P. C. (2007). O Acolhimento Institucional no quadro das Políticas e Protecção Infantil; tendências e contradições. In, Fonseca, A. D. C., Silva, J. P., Marques, M. E., & Martins, N. (Eds.), *Actas do Colóquio do Direito das Crianças e Jovens*. ISPA, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.
- Martins, P. C. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Intenerários de Risco: Representações Sociais, Modos e Espaços*. Tese de Doutoramento em estudos da Criança. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J. (2008) Envolvimento paterno e organização dos comportamentos de base segura das crianças em famílias portuguesas. *Análise Psicológica, 26* (3) 395-409.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J., & Fernandes, M. (2008). Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: as relações criança/mãe e criança/pai. *Psicologia, 22* (1) 105-125.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade, 2* (3) 367-377.

- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e auto controlo. *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII) 245-254.
- Newcomb, A. F., Bukowski, W. M., & Bagwell, C. L. (1999). Knowing the Sounds: Friendship as a Developmental Context. In W. A. Collins, & B. Laursen (Eds.), *Relationships as Developmental Contexts: The Minnesota Symposia of Child Psychology*, vol. 30, Lawrence Erlbaum Associates.
- Newland, L. A., Coyl, D. D., Freeman, H. (2008). Predicting preschoolers' attachment security from father's involvement, internal working models, and use of social support. *Early Child Development*, 178 (7;8) 785-801.
- Parker, J. G., & Asher, S. R. (1993). Friendship and friendship quality in middle childhood: links with peer group acceptance and feelings of loneliness and social dissatisfaction. *Developmental Psychology*, 29 (4) 611-621.
- Rabaglietti, E. & Ciairano, S. (2008). Quality of friendship relationships and developmental tasks in adolescence. *Cognition, Brain, Behaviour*, 12 183-203.
- Rubin, K. H., Bukowsky, W. M., & Parker, J. G. (2006). Peer Interactions, Relationships and Groups. In Eisenbeg, N., Damon, W., & Lerner, R. (Eds.), *Handbook of Child Psychology Social, Emotional and Personality Development*, 6<sup>th</sup> Editions, vol. 3, Chapter 10.
- Rubin, K. H., Dwyer, K. M., Booth-LaForce, C., Kim, A., Burgess, K., & Krasnor, L. R. (2004). Attachment, friendship and psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24 (4) 326-356.
- Rubin, K., & Fredstrom, B. (2008). Future directions in... friendship in childhood and adolescence. *Social Development*, 14 (4) 1085-1096.
- Rubin, K. H., & Thompson, A. (2002). *The Friendship Factor: Helping our Children Navigate Their Social World, and Why it Matters for their Success and Happiness*. Penguin Books.
- Rutter, M.(1979). Maternal deprivation, 1972-1978: new findings new concepts, new approaches. *Child Development*, (50) 283-305.
- Rutter, M., & O'Connor, G. T. (1999). Implications of Attachment Theory in Child Care Policies. In J. Cassidy & P. R. Shaver (eds.), *Handbook of Attachment, Theory, Research and Applications*, p. 823-844. Guilford Press.

- Saferstein, J., Neymeyer, G., & Hagans, C. (2005). Attachment as predictor of friendship qualities in college youth. *Social Behaviour and Personality*, 33 (8) 767-776.
- Salvaterra, F.(2007). *Vinculação e Adopção*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada, Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Schneider, B. H., Tardif, C., & Atkinson, L. (2001). Child-parent attachment and children's peer relations: a quantitative review. *Developmental Psychology*, 37(1) 86-100.
- Schuengel, C., & van IJzendoorn, M. H. (2001). Attachment in mental health institutions: a critical review of assumptions, clinical implications, and research strategies. *Attachment & Human Development*, 3 (3) 304-323.
- Siqueira, A. C., & Dell' Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, 18 (1) 71-80.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7 349-367.
- Sroufe, A. L. (1988) The role on infant-caregiver attachment in development. In J. Belsky & T. Nezworski, (Eds.), *Clinical Implications of Attachment*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Publishers: New Jersey.
- Sroufe, L. A., Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development*, 48 1184-1199.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. A. (1999). One Social World: The integrated development of parent-child and peer relationships. In W. A. Collins & B. Laursen (Eds.), *Relationships as Developmental Contexts: The Minnesota Symposia on Child Psychology*, vol. 30. Lawrence Erlbaum Associates.
- Suess, G. J., Grossmann, K. E., & Sroufe, L. A. (1992). Effects on infant attachment to mother and father on quality of adaptation in preschool: from dyadic to individual organisation of self. *International Journal of Behavioural Development*, 1 (1) 43-65.
- Tizard, B., Cooperman, O., Joseph, A. & Tizard, J. (1972). Environmental effects on language development: a study of young children in long-stay residential nurseries. *Child Development*, 43 337-358.
- Tomazoni, D., & Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9 (2) 207-217.

- Vitaro, F., Boivin, M., & Bukowski, W. M. (2009). The Role of Friendship and Adolescent Psychosocial Functioning. In Rubin, K.; Bukowsky, W. M.; & Laursen, B. (Eds.), *Handbook of Peer Interactions, Relationships and Groups: Social, Emotional and Personality in Context*, Chapter, 31. The Guilford Press, New York: London.
- Waters, E., & Cummings, E. M. (2000) A Secure Base from Which to Explore Close Relationships. *Child Development*, 71 (1) 164-172.
- Way, N., & Greene, M. L. (2006). Trajectories of perceived friendship quality during adolescence: the patterns and contextual predictors. *Journal of Research on Adolescence*, (16) 293- 320.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T. & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar Ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. (Artigo disponibilizado em formato digital, publicado no Livro: *Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano*, Editora, Casa do Psicólogo).
- Zegers, M. A. M. (2007). *Attachment among Institutionalized Adolescents: Mental Representations, Therapeutic Relationships and Problem Behaviour*. Tese de Doutorado, Academisch Proefschrift, Vrije Universiteit Amsterdam.
- Zegers, M. A. M., van IJzendoorn, M. H., & Janssens, J. M.A.M. (2006). Attachment representations of institutionalized adolescents and their professional caregivers: predicting the development of therapeutic relationship. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76 (3) 325-334.
- Zimmermann, P. (2004). Attachment representations and characteristics of friendship relations during adolescence. *Journal of Experimental Child Psychology*, 88 83-101.